



CLÉSIA PACHÚ
Organizadora

COGNIÇÃO E COMPORTAMENTO NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA À LUZ DA NARRATIVA CIENTÍFICA

 eduepb



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

CLÉSIA PACHÚ

Organizadora

**COGNIÇÃO E
COMPORTAMENTO
NO CONTEXTO DA
DEPENDÊNCIA QUÍMICA
À LUZ DA NARRATIVA
CIENTÍFICA**



Campina Grande - PB | 2024

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre

Thaise Cabral Arruda

Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

C676 Cognição e comportamento no contexto da dependência química à luz da narrativa científica [recurso eletrônico] / organização de Clésia Oliveira Pachú ; apresentação de Clésia Oliveira Pachú e Liana Clébia de Morais Pordeus. – Campina Grande : EDUEPB, 2024.
186 p. : il. color.

ISBN: 978-65-87171-51-7 (2530 KB - PDF)

ISBN: 978-65-87171-56-2 (1.000 KB - Epub)

1. Dependência Química. 2. Atuação do Profissional da Saúde. 3. Núcleo de Educação e Atenção em Saúde (NEAS/UEPB). 4. Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde/Doença e Direitos Sociais (GEPsADDS). 5. Programa Educação e Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas (PEPAD). I. Pachú, Clésia Oliveira. II. Título.

21. ed. CDD 615.507 1

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

11 APRESENTAÇÃO

Clésia Oliveira Pachú
Liana Clébia de Moraes Pordeus

15 O EU, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE: UMA NARRATIVA CIENTÍFICA DO APREENDER/FAZER DO ADOLESCENTE ADICTO

Lívia Maria Oliveira Santos
Clésia Oliveira Pachú

32 EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE COMO INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO À ADICÇÃO NO BRASIL

Beatriz Macedo Ignácio Ferreira
Gabriel Medeiros Pereira
Clésia Oliveira Pachú

49 A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS ACERCA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL

Ana Vitória Cabral de Lima
Clésia Oliveira Pachú

64 INFORMAÇÕES ACERCA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM SITES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS

Victor de Andrade Nascimento
Thalita Soares de Freitas
Clésia Oliveira Pachú

78 CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA COMO DIREITO SOCIAL À SAÚDE

Débora Dantas de Oliveira
Clésia Oliveira Pachú

92 COGNIÇÃO E COMPORTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS FRENTE À DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Juliana dos Santos Sousa
Clésia Oliveira Pachú

102 IMPACTOS COGNITIVOS EM ADOLESCENTES ESCOLARES NO BRASIL ENVOLVIDOS PELO USO DE DROGAS

Mateus Lucas da Silva Lima
Alessandra Albuquerque Pessoa
Clésia Oliveira Pachú

116 RESPOSTA COMPORTAMENTAL DE ADULTOS FRENTE À ABORDAGEM DO USO DE DROGAS

Ana Clara de Queiroz Souza
Maria Bianca Antunes Rodrigues
Clésia Oliveira Pachú

132 PREVENÇÃO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA ENTRE TRABALHADORES DE FEIRAS LIVRES NO BRASIL

Brenda Caetano de Azevedo
Luana Taynara Sousa Ramos
Clésia Oliveira Pachú

144 COMPORTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Jeferson Victor Viana Silva
Layany Alves da Silva
Sabryna Vitória Azevedo Neves
Clésia Oliveira Pachú

**156 A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO TRATAMENTO DA
DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL**

Bárbara Pinheiro Araújo
Naelly Lays Monteiro Florêncio
Clésia Oliveira Pachú

**174 PREPARAÇÃO DE GRADUANDOS EM SAÚDE PARA A ATUAÇÃO
NO CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

Renata Pachú Florêncio
Liana Clébia de Moraes Pordeus
Clésia Oliveira Pachú

186 SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

Na contemporaneidade um grande problema de saúde carece de implementações no âmbito das Instituições de Ensino Superior: Dependência Química. A presente coletânea reúne artigos advindos das leituras, discussões e intervenções sociais realizadas pelo Núcleo de Educação e Atenção em Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (NEAS/UEPB) por meio Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde/Doença e Direitos Sociais (GEPsADDS) e Programa Educação e Prevenção ao uso de Álcool, tabaco e outras Drogas (PEPAD) da Universidade Estadual da Paraíba. Observa-se a necessidade de formação acadêmica, vinculada e vivenciada pelo protagonismo, visando a implantação em ambientes laborais de profissionais socialmente comprometido com os anseios da sociedade/comunidade, em especial os usuários do Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, a execução da tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão, efetiva a política de educação e aprimora a saúde do país, traduzindo-se na ação e reflexão da diversidade de pensamento e comportamento frente ao controle da dependência química por futuros profissionais que precisam ser sensibilizados para assistência de adictos, sua família e a sociedade. O NEAS/UEPB executa há 10 anos estudos voltados a temática dependência química com trabalhadores, aqueles que exercem atividade de forma ativa, por entender ser essa temática negligenciada nos bancos, muros e extramuros apresentados pelas Instituições de Ensino Superior. Na presente coletânea foi priorizado o “estado” da arte por promover amplitude de olhares por graduandos da área da saúde em espaços diversificados.

Estima-se que 250 milhões de pessoas utilizaram drogas nos últimos anos e mais de 30 milhões sofrem de transtornos associado ao uso de drogas, em conformidade com Relatório das Nações Unidas sobre drogas e crimes do ano de 2021. A relativização da influência do meio ambiente para o desenvolvimento da adicção aumenta, ainda mais, a necessidade de atuação de profissionais da área de saúde por ser o aprender/fazer do consumo de drogas uma complexa interação entre o eu, a família e a comunidade, definida pela perspectiva

holística visando abordagens mais eficazes e abrangendo a cognição e comportamento de cada indivíduo. Evidencia-se a necessidade de enfrentamento da complexidade da dependência química estratégias colaborativas da saúde, educação e cultura de políticas, medidas educativas atuantes que se apresentem como promessas de apoio transmitindo implicações positivas no controle da adicção.

A decisão de pautar a temática drogadição, move-se pela delicadeza dos indivíduos afetados com chamamentos e entendimento de pertencimentos a determinados grupos, soma-se a necessidade da observação de informação em saúde por meio das redes sociais, embora tenham se tornado essenciais na vida moderna, trazendo inúmeros benefícios por conectarem o mundo por meio de um simples dispositivo, crescendo cada vez mais a preocupação acerca do seu papel na disseminação do uso de substâncias. Há influência das redes sociais correlacionada a dependência química, por proporcionarem entretenimento, indivíduos visualizam a felicidade por meio de festas, com musicalidade, influenciando o sujeito ao uso de substâncias psicoativas, demonstrando o uso de substâncias psicoativas como algo natural em seu dia a dia, em especial o álcool.

De outro modo, as publicações das instituições brasileiras de ensino superior oferecem uma gama de informações para discentes e docentes, profissionais de saúde e sociedade em geral. Nesse sentido, ficando evidente o cumprimento da tarefa de conhecerem a temática, porém, ínfima participação na perspectiva de se tornarem protagonistas na efetividade das políticas públicas do controle de drogas em ambientes públicos e privados. A efetividade do direito social à saúde, revela-se como fator intrínseco ao controle - prevenção, promoção da saúde, tratamento e reinserção social - do uso de drogas psicoativas estando diretamente vinculado ao disposto na Constituição Federal, somando-se ainda, fatores que propiciam ao indivíduo a mudança comportamental de modo positivo: formação familiar, educação, religiosidade e interação saudável com a comunidade.

O ambiente laboral pode representar um meio de incentivo ao uso dessas substâncias, em virtude do trabalhador, em certas ocasiões, não conseguir lidar com as exigências impostas pelas tarefas requeridas, gerando ansiedade e estresse. Há alterações de aspectos negativos da cognição e o comportamento no ambiente de trabalho de servidores públicos em virtude do estresse contribuindo para o uso de drogas e, em consequência a dependência. O local de trabalho pode representar um incentivador ao uso dessas substâncias, em

virtude do trabalhador, em certas ocasiões, não conseguir lidar com as exigências impostas pelas tarefas requeridas, gerando ansiedade e estresse, em consequência iniciação ao uso de drogas. O facilitado acesso as drogas, em especial por adolescentes, produz danosas consequências diretas, como a perda de memória, deficiência de atenção e concentração, retardo no desenvolvimento cognitivo, impactos neuropsicológicos e a evasão escolar.

A dependência química representa um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil e os estigmas envoltos a sua abordagem dificultam sua prevenção, resultando na dificuldade de elevação dos níveis de saúde. A presente obra oferece uma reflexão acerca da percepção de pesquisadores/extensionistas do Núcleo de Educação e Atenção em Saúde da Universidade Estadual da Paraíba podendo nortear o futuro profissional dos membros desta Equipe e estimular professores em sala de aula, comumente guiados por um paradigma que ainda tende à valorização das drogas psicoativas não prescritas, oferecendo pouca ênfase aos perigos da adicção em sua prática laboral. Há um bloqueio social quanto a discussão acerca do uso de drogas, mesmo na atualidade, estigma com quem consome ou consumiu essas substâncias, os excluindo do meio social. Os serviços de saúde se mostram essenciais para acesso efetivo ao direito à saúde para todo cidadão.

O uso abusivo de drogas pode conduzir a transtornos psicóticos e à dependência química, afetando usuários de drogas lícitas e ilícitas, sendo influenciada por diversos fatores, como ambientais, mental e familiar. Nesse sentido, os feirantes, por serem trabalhadores informais, estão em maior risco devido ao estresse laboral. Os indivíduos acometidos pela dependência química necessitam de uma assistência multiprofissional e integralizada, voltada para a prevenção e a reabilitação por intermédio de ações educativas e elaboração de um plano de cuidados individualizado. Nesse contexto, exige-se a participação das universidades brasileiras na formação de profissionais socialmente comprometidos, de forma efetiva obrigadas a ofertarem e tornarem indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão nos termos da Constituição Federal. Nesse sentido, desempenham papel fundamental na promoção social e no desenvolvimento pessoal de futuros profissionais e das comunidades.

A dependência química representa um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após o uso repetido de uma determinada substância. Foi possível verificar que o farmacêutico no tratamento da dependência química deve atuar em conjunto com equipe multidisciplinar, reduzindo erros de prescrição, promovendo a adesão ao

tratamento e o uso racional dos medicamentos para garantir a melhora do quadro do paciente. O uso de drogas lícitas e ilícitas causa diversas comorbidades no paciente, sendo necessária a atuação de profissionais de saúde na resolução do quadro clínico dos acometidos, sendo fundamental a atuação do farmacêutico não apenas no tratamento da dependência química em si, mas no tratamento das comorbidades associadas a esta. O farmacêutico atuante no controle da dependência química no Brasil promove educação em saúde, monitoramento da prática farmacoterapêutica e, assim, podendo evitar interações e as reações adversas a medicamentos.

As instituições de ensino superior, orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, mostram-se comprometidas com a formação de profissionais para melhoria da qualidade de vida, de morbidade e mortalidade. Atrelada ao Sistema Único de Saúde, os cursos da área de saúde, de forma obrigatória, observam as necessidades sociais em saúde, projetos políticos pedagógicos vislumbrando os anseios da população e relevância social. No tocante ao controle da dependência química foi possível observar a intersectorialidade e multidisciplinariedade podendo ser melhor trabalhada quando contempladas as iniciativas de organizações sociais. A preparação de graduandos em saúde para atuação no controle da dependência química se apresentou escassa, restringindo-se a breves estágios em equipamentos de saúde. A formação de profissionais necessita de maior investimento na demanda relativa a dependentes químicos por se tratar de complexa demanda biomédica e social.

Nesse sentido, espera-se que a presente coletânea desperte para necessidade de efetividade da tríade universitária, em especial no tocante a dependência química por possibilitar a sensibilização de (futuros) profissionais reparando a ausência de reconhecimento da importância de discussão do tema dependência química. Em alguns casos, também, de uma forma ou de outra, promover o controle da adicção, seja pela prevenção ao uso de drogas, promoção em saúde, tratamento e/ou reinserção social. Assim, espera-se ampliar os estudos acerca da drogadição a partir de um material de qualidade, norteando o saber/fazer, buscando a sensibilização dos atores sociais para responsabilidade, compromisso e engajamento com a abordagem da temática em todos os cantos e recantos.

Clésia Oliveira Pachú

Liana Clébia de Moraes Pordeus

Campina Grande, João Pessoa, Paraíba, 2024.

O EU, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE: UMA NARRATIVA CIENTÍFICA DO APREENDER/FAZER DO ADOLESCENTE ADICTO

**Lívia Maria Oliveira Santos
Clésia Oliveira Pachú**

INTRODUÇÃO

A adolescência representa uma fase marcada por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais. Este período da vida se encontra caracterizado pela busca de identidade, autonomia e integração social, processos que ocorrem em simultâneo à necessidade de pertencimento e reconhecimento tanto no seio familiar quanto na comunidade. Para compreensão dessa fase de transformação se deve enxergar o adolescente como um sujeito histórico e social, assim como suas vulnerabilidades. A vulnerabilidade é entendida diante de três dimensões: individual, social e pragmática, sendo elas interconectadas e interdependentes. A teoria da vulnerabilidade social se instrumentaliza para que se analisem as complexas e diferentes realidades vivenciadas pelo sujeito, constituindo o processo saúde-doença da população (Mancilha; Covic, 2024).

A vulnerabilidade deve ser compreendida não somente por condições que envolve a desigualdade social ou falta de recursos materiais, mas também a fragilização de vínculos de pertencimento, violência, perda de direitos fundamentais e alto índice de reprovação escolar. Além de falta de perspectiva profissional e inserção precoce ao mundo do trabalho (Cavalcante; Schenker, 2015). Nesse contexto de vulnerabilidades, muitas situações são

experimentadas pela primeira vez e vividas com muita intensidade. Essas novas e diferentes experiências têm uma relação direta com o meio social e cultural, conferindo características singulares aos modos de ser e viver e aos diferentes estilos de vida (Mancilha; Covic, 2024). O uso de substâncias psicoativas, por exemplo, reconhece-se como um dos comportamentos de risco mais comuns entre adolescentes vulneráveis, sendo particularmente preocupante entre aqueles que fazem o uso de múltiplas drogas, em um padrão conhecido como policonsumo. O policonsumo se encontra definido como o uso de mais de uma substância lícita ou ilícita, podendo ocorrer de forma concorrente, consistindo no uso de mais de uma substância psicoativa em ocasiões diferentes, no âmbito de um período de um mês, ano ou de forma simultânea (Sousa et al., 2019).

O envolvimento de adolescentes com substâncias psicoativas emerge como uma preocupação significativa, não apenas devido aos impactos negativos imediatos na saúde, mas também pelas repercussões a longo prazo no desenvolvimento pessoal e social. O uso de maconha e alucinógenos por jovens aumentou de maneira considerável em 2021 em comparação há 10 anos atrás (Instituto Nacional Sobre o Abuso de Drogas, 2024). Os jovens que usam essas substâncias se afastam de atividades saudáveis e de relacionamentos positivos, favorecendo a associação com grupos de pares que também estão envolvidos em comportamentos de risco podendo conduzir ao isolamento social, conflitos familiares e problemas legais. Além disso, o estigma associado ao uso de drogas pode dificultar a reintegração social e ao acesso a oportunidades educacionais e de emprego no futuro. Dessa forma, ao abordar a questão do uso de drogas na adolescência se faz importante considerar alguns elementos envolvidos, como a relação do adolescente com a substância psicoativa e suas características químicas e culturais, a história de vida do sujeito e o contexto em que ele está inserido (Calassa; Pessa, 2016).

Para tanto, compreender as trajetórias dos adolescentes adictos exige uma abordagem multifacetada que abranja as dimensões pessoais, familiares e comunitárias. Logo, este artigo pretende lançar luz sobre como esses três fatores podem moldar as experiências e os desafios enfrentados por jovens em situação de dependência química. A compreensão do “eu” no contexto da adição envolve a análise das características individuais, como a vulnerabilidade genética, traços de personalidade e a presença de transtornos mentais concomitantes. A adolescência, sendo um período de intensa experimentação e busca por novas experiências, pode amplificar esses riscos, especialmente quando associada a ambientes desestruturados. A família, como primeira

instituição social, desempenha um papel crucial nesse cenário. A qualidade das relações familiares, o estilo de parentalidade e o suporte emocional se apresentam como fatores determinantes que podem tanto mitigar quanto exacerbar a propensão ao uso de substâncias psicoativas.

Além do núcleo familiar, a comunidade em que o adolescente está inserido exerce uma influência significativa sobre seus comportamentos e escolhas. O acesso a recursos comunitários, a presença de redes de apoio e a exposição a ambientes seguros ou de risco se mostram como elementos que contribuem para o desenvolvimento e as oportunidades de reabilitação. Programas comunitários de prevenção e intervenção, bem como políticas públicas direcionadas, demonstram serem componentes essenciais na construção de um ambiente que favoreça a resiliência e o bem-estar dos jovens. Objetivou-se analisar o apreender/fazer do adolescente adicto na complexa interação entre o eu, a família e a comunidade por meio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

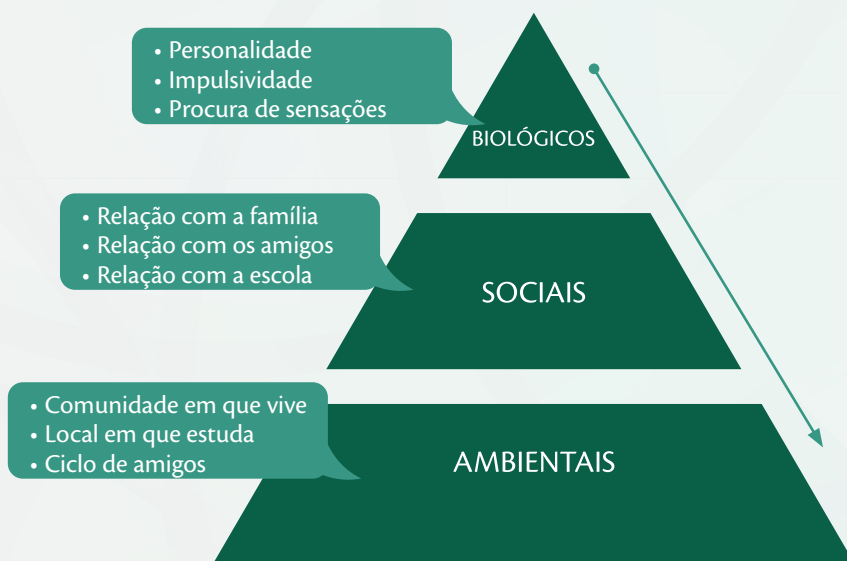
Trata-se de uma revisão narrativa que busca explorar a interação entre o adolescente adicto, sua família e a comunidade, o processo de aprendizado e construção de identidade nesse contexto. Artigos que utilizam como referência a revisão narrativa se apresentam como publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Além disso, constituem-se, basicamente, da análise de literatura publicada em livros, artigos de revista e análise crítica pessoal do autor. Essa categoria de artigos têm um papel fundamental para a educação continuada, por permitir ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento acerca de uma temática específica em curto espaço de tempo (Rother, 2007).

Assim, serão revisados estudos científicos que abordem tanto os fatores individuais quanto os contextuais relacionados à dependência química na adolescência, com ênfase nas influências familiares e comunitárias. Como fonte de coleta de dados foi realizada uma busca abrangente de artigos científicos no Pubmed e LILACS, utilizando os termos de busca “adolescência”, “dependência química”, “família” e “comunidade”. Os artigos foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: Artigos que abordem fatores psicossociais atrelados ao consumo de drogas na adolescência; Pesquisas que utilizem abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas para investigar o tema e fortalecer o embasamento científico; Artigos publicados em inglês, português ou

espanhol, com restrição do ano de publicação, até 10 anos de publicado. Os critérios de exclusão foram aqueles que fugissem da temática principal e em duplicados.

Foram definidos fatores biológicos, sociais e ambientais que possuem relação direta no processo de formação do adolescente adicto. Para cada fator existem variáveis que estão em formato de pirâmide (Figura 1). A hierarquia dos fatores também foi baseada no grau de importância que cada um exerce nesse panorama social. No topo da pirâmide estão os fatores individuais como os traços de personalidade e impulsividade. Estes fatores determinam a vulnerabilidade interpessoal do indivíduo ao uso de drogas. Logo abaixo estão os fatores sociais, destacando a relação do indivíduo com seus familiares, amigos e com a escola em que estuda, visto grande parte dos usuários ainda não ter finalizado o ciclo básico. Por último, estão os fatores ambientais, que incluem as influências como a criminalidade na comunidade e a disponibilidade de recursos de apoio. É válido ressaltar que comunidades com altos níveis de violência e poucas oportunidades de lazer e educação estão mais propensas a enfrentar problemas com drogas.

Figura 1. Modelo piramidal proposto para a determinação de fatores que se relacionam intrinsecamente com a dependência química na adolescência



Fonte: O autor, 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise de dados foi possível desenvolver três aspectos acerca da temática sendo o pensamento do adicto frente à dependência química; a família no contexto de informação, acolhimento e aconselhamento; e, a convivência do adolescente na comunidade frente a drogadição. Analisar os fatores biológicos/individuais, sociais e ambientais no contexto da dependência química se mostra essencial para entender a complexidade desse problema. Uma abordagem que considera a totalidade desses fatores permite a criação de programas de prevenção e tratamento mais eficazes, incluindo a identificação de adolescentes em risco, o desenvolvimento de planos de tratamento personalizados e a elaboração de políticas públicas que abordem a dependência química de forma abrangente.

O adicto frente a dependência química

A dependência química se apresenta como uma doença crônica cuja etiologia tem natureza complexa. Muitas pessoas não entendem porque ou como alguém se torna dependente de drogas e muitas vezes possuem uma visão errônea de que o consumo de drogas se apresenta como fruto de questões morais ou falta de força de vontade. A dependência química, acima de tudo, a incapacidade do indivíduo de controlar seu comportamento e, embora o consumo esteja relacionado com comportamentos voluntários, as alterações cerebrais decorrentes da dependência desafiam o autocontrole e capacidade de resistir a impulsos muito intensos (Chaim; Bandeira; Andrade, 2015).

Outro fator importante, os genes presentes nos indivíduos, mostram-se responsáveis por cerca da metade dos casos de dependência química, assim como o ambiente em que o indivíduo está inserido. Esse contexto vai desde o seio familiar até o ciclo de amigos. Fatores como a pressão dos colegas, exposição precoce às drogas, falta de orientação dos pais aumenta a probabilidade do adolescente se tornar adicto (Instituto Nacional Sobre o Abuso de Drogas, 2024). Em nível neurobiológico, a dependência química envolve processos de reforço positivo e negativo. O uso contínuo de substâncias altera os sistemas de recompensa do cérebro, gerando a necessidade crescente da substância para obter os mesmos efeitos, um fenômeno conhecido como tolerância.

Dessa forma, as substâncias psicoativas podem alterar a liberação e a reabsorção de neurotransmissores como a dopamina e serotonina sendo cruciais

na regulação do humor e das emoções. Essas mudanças neuroquímicas podem conduzir a um estado de dependência física e psicológica (Chaim; Bandeira; Andrade, 2015). Acrescido a isto, outros neurotransmissores se encontram significativamente afetados pela dependência química como o glutamato, por exemplo, crucial para a plasticidade sináptica e a memória. O uso de drogas pode alterar a sinalização de glutamato, contribuindo para a compulsão e a busca de drogas, muitas substâncias, como álcool e benzodiazepínicos, aumentam a atividade desse neurotransmissor inibitório, resultando em efeitos sedativos. Com o uso crônico o cérebro se adapta, necessitando de mais substância para obter os mesmos efeitos.

Além disso, experiências traumáticas estão associadas ao uso de substâncias e ao desenvolvimento de transtornos decorrente desse uso. Violência, abuso, negligência e conflitos familiares ou sociais estão entre as circunstâncias traumáticas que mais estão associadas ao risco do adolescente desenvolver um transtorno decorrente ao uso de drogas. Crianças e adolescentes que vivenciam traumas estão particularmente suscetíveis a desenvolver algum transtorno mental mais tarde na vida. Muitas pessoas que foram diagnosticadas com transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) também apresentam transtornos decorrentes do uso de drogas. Podendo assim, afetar os circuitos cerebrais envolvidos no sistema de recompensa, na motivação e no aprendizado, além de diminuir a capacidade do indivíduo de controlar seus impulsos. O vício afeta esses mesmos processos cerebrais, razão pela qual os pesquisadores relacionem a vulnerabilidade dessas pessoas ao vício e a recaída (Instituto Nacional Sobre o Abuso de Drogas, 2024).

Ademais, a pressão social também se mostra como fator psicossocial que contribui para um consumo mais precoce de drogas. A pressão para ter sucesso na escola, na faculdade ou no trabalho, a pressão em busca de uma boa nota e rendimento escolar, a pressão dos colegas e o desejo de pertencer a um grupo também representam influências poderosas, conduzindo muitos jovens a experimentar substâncias para ganhar aceitação social. Além disso, muitos adolescentes desenvolvem mecanismos de enfrentamento mal adaptativos, onde o uso de substâncias se torna a principal estratégia para lidar com problemas emocionais e desafios da vida, perpetuando o ciclo da dependência (Instituto Nacional Sobre o Abuso de Drogas, 2024).

Em documento denominado “Stress In América”, a Associação Americana de Psicologia (APA) relata que adolescentes experimentam níveis de estresse comparáveis aos dos adultos, mas muitas vezes não têm os mesmos mecanismos

de enfrentamento para lidar com esse estresse. A pesquisa indica que mais de 30% dos adolescentes relatam se sentir oprimidos e sobrecarregados pelo estresse e muitos recorrem ao uso de substâncias como uma estratégia de enfrentamento. Os mecanismos de enfrentamento se mostram fundamentais para entender como a pressão social e o estresse levam ao uso de substâncias. Adolescentes que não possuem habilidades adequadas para lidar com o estresse e a pressão podem recorrer ao uso de substâncias como uma forma imediata de alívio (Associação Americana de Psicologia, 2020).

A dependência química também tem sido associada a diversos distúrbios psicopatológicos e, considera-se que seja resultado do uso crônico de drogas, bem como, de fatores preexistentes. Um estudo que discutiu dois traços de personalidade prevalentes entre dependentes químicos- impulsividade e busca de sensações- comparou 30 pares de irmãos, nos quais um deles apresentava diagnóstico de dependência e o outro não apresentava histórico do uso de drogas. No estudo foi apresentada a hipótese de que a impulsividade e a busca de sensações se apresentam como marcadores de vulnerabilidade para adicção influenciados geneticamente, pois os níveis elevados desses traços seriam observados não somente nos dependentes, mas também em seus irmãos (Chaim; Bandeira; Andrade, 2015).

Dessa forma, verificou-se que a impulsividade pode ser considerada um marcador biológico geneticamente influenciado para adicção, por ter sido encontrada entre os irmãos, saudáveis e dependentes. Já a busca por novas sensações, foram marcadores do uso prolongado da droga, por ter sido encontrado diferenças entre o grupo de dependentes e os demais. Contudo, este resultado não anula o fato de que a busca constante por novas sensações também ocorre anterior a drogadição (Chaim; Bandeira; Andrade, 2015).

A família no contexto de informação, acolhimento e aconselhamento

Na multiplicidade de fatores envolvendo o consumo de drogas na adolescência, a família, apresenta-se como um dos agentes que mais contribuem na formação do adolescente adicto. Entre os fatores de risco estão a falta de relações empáticas, de apoio familiar e a violência doméstica. Esse último, também associado a outros fatores de vulnerabilidade social, como os fatores parentais de risco, representados pela ausência de investimento nos vínculos que unem pais e filhos, envolvimento materno suficiente, educação autoritária associada a pouco zelo e pouca afetividade nas relações. Somado ao monitoramento

parental insuficiente, conflitos familiares sem desfecho de negociação e práticas disciplinares inconsistente ou coercitivas. Nesse sentido, a família se mostra uma das fontes primárias de educação, juntamente com a escola e o grupo de amigos, cumprindo um papel importante na criação de condições de fatores de proteção e riscos às situações do uso problemático de drogas (Cavalcante; Schenker, 2015).

No contexto da informação, aponta-se a família, muitas vezes, como fonte primária acerca dos perigos das drogas e os recursos disponíveis para ajudar na recuperação. Os pais têm a responsabilidade de educar os adolescentes no sentido dos efeitos nocivos das substâncias, os riscos associados ao uso e os sinais de dependência. Níveis mais altos de controle parental foram associados com menos problemas de comportamentos em adolescentes ao longo do tempo, quando análises para o uso de tabaco, maconha e outras drogas, como a cocaína, foram incluídas. O monitoramento ativo, como o conhecimento das atividades realizadas e as pessoas do convívio social, desempenha papel ativo na proteção quanto ao risco de consumo de drogas e dependência química (Chaim; Bandeira; Andrade, 2015). Pais que adotam um estilo de criação centrado na cordialidade e vigilância de seus filhos, constroem adaptação positiva e socialização de seus membros. Trata-se de um modo de criação fundamentado em relações de reciprocidade, correlacionando atitudes e comportamentos de adolescentes para enfrentamento das adversidades (Alvarez; Gomes; Xavier, 2014).

Além disso, a literatura científica aponta para necessidade de envolvimento da família na reabilitação do usuário, adesão ao tratamento e na prevenção da recaída. É fundamental o envolvimento da família junto ao tratamento do seu membro, por permitir uma melhor compreensão do paciente, podendo ampliar suas possibilidades de intervenção terapêutica. Quando há uma participação ativa da família há reflexos positivos no tratamento, uma vez que essa participação possibilita trabalhar conflitos intrafamiliares, estrutura da família, vínculos, alinhamento de papéis, reinserção social e autonomia do dependente químico. Uma dessas formas de envolvimento familiar no processo de tratamento da dependência química e da prevenção dela, mostra-se o acolhimento, aconselhamento e, acima de tudo, de uma escuta ativa, qualificada e empática (Mota, 2015). O acolhimento se torna crucial para garantir que o adolescente se sinta seguro e apoiado ao enfrentar a dependência química.

A família deve criar um ambiente onde o adolescente se sinta confortável para falar acerca de seus problemas e buscar ajuda. Para que o acolhimento

seja efetivo, faz-se necessário que a família adote uma postura de compreensão e empatia, tal postura significando escutar o adolescente sem julgamento, reconhecendo a complexidade de seus sentimentos e experiências. Muitas vezes, adolescentes dependentes químicos enfrentam sentimento de culpa, vergonha e baixa autoestima. Um ambiente familiar acolhedor ajuda a mitigar esses sentimentos, proporcionando um espaço onde o adolescente se sinta valorizado e compreendido. A comunicação aberta e honesta também representa um pilar do acolhimento. As famílias devem incentivar conversas francas acerca dos desafios da dependência, as dificuldades enfrentadas pelo adolescente e as expectativas para o futuro. Isso não só fortalece os laços familiares, mas também ajuda a identificar sinais de recaída e outras preocupações que podem ser abordadas precocemente (Mota, 2015).

Levando em consideração as múltiplas funções reguladoras dos papéis familiares, o aconselhamento da família pode desempenhar um papel vital no apoio ao adolescente durante o processo de recuperação. Os pais podem oferecer orientação e conselhos práticos de como lidar com os desafios da dependência, enfrentar a pressão dos colegas, desenvolver habilidades de enfrentamento saudáveis e reconstruir relacionamentos interpessoais. Além disso, a família pode participar de sessões de aconselhamento em grupo ou terapia familiar, onde podem discutir abertamente seus sentimentos, preocupações e expectativas em relação à recuperação do adolescente. O aconselhamento terapêutico também se mostra como uma forma de incentivo à participação ativa da família nas terapias e tratamentos do adolescente. É importante a construção de um ambiente seguro e acolhedor para a família, assim o terapeuta pode ajudar a desvendar padrões de comportamento e dinâmicas disfuncionais que pode estar impedindo a evolução do usuário (Queiróz, 2023).

A terapia familiar, onde todos os membros participam, pode ser particularmente eficaz para abordar e resolver questões subjacentes que contribuem para a dependência química. Esse tipo de terapia também ajuda a melhorar a coesão familiar e a desenvolver estratégias coletivas para apoiar a recuperação do adolescente. O envolvimento dos pais em programas de reabilitação pode reforçar a importância do tratamento e mostrar ao adolescente que ele não está sozinho em sua jornada. O aconselhamento terapêutico também aborda o estigma associado à dependência química. Muitas famílias enfrentam vergonha e culpa quando um membro luta contra a adicção. Reduzir este estigma se torna essencial para criar um ambiente de apoio podendo favorecer a

disposição da família para se envolver ativamente no processo de recuperação (Queiróz, 2023).

Nesse sentido, compreender a dependência química no contexto da família reflete numa tarefa complexa e influenciada por inúmeras variáveis. A partir de uma perspectiva sistêmica, quando analisamos o comportamento de um membro, devemos considerar o princípio da circularidade, por ser afetado e alterará o comportamento de todos os demais membros da família. Portanto, uma mudança vivida por um membro da família trará mudança para todo o seio familiar. A família não representa apenas o conjunto de indivíduos apresentados, mas um lugar interdependente onde as condições do processo de saúde e doença circulam pelo sistema por meio de suas interações, só podendo ser compreendida em seu panorama relacional (Garcia, 2018).

A convivência do adolescente na comunidade frente a drogadição

Embora no Brasil a temática do consumo de drogas por adolescentes venha sendo abordada cientificamente, alguns aspectos acerca da influência dos amigos e da família no uso de drogas, revela-se na reação dos pais ao descobrirem que os filhos estão usando tais substâncias, ainda, merecem um aprofundamento maior (Silva; Pereira, 2020). O início do uso de drogas lícitas como o álcool e o tabaco ocorre por volta dos 12 anos de idade e este uso vem sendo relacionado com a influência de fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Durante a adolescência, o indivíduo está mais exposto às influências do meio ambiente onde se encontra inserido, desde a família até a comunidade em que está residindo, apresentando maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de condutas que podem colocar sua saúde e sua vida em risco (Domingues et al., 2014). Uma das formas de influência no processo de consumo de drogas são as amizades.

Em pesquisa realizada em uma comunidade terapêutica com adolescentes se evidenciou sentimentos de curiosidade, além do desejo de corresponder às atitudes pelo grupo de amigos. Após experimentarem as substâncias químicas pela primeira vez, os adolescentes referiram dificuldade de controlar o vício, tornando o uso mais frequente e com maiores quantidades da substância, como refere Amy: “foi com os amigos, eu ia muito na boate, eles me ofereceram aí eu fui e fumei, e não parei mais”. A influência pode se dar de modo direto ou indireto; direto com os amigos oferecendo droga, ou facilitando o acesso à mesma, ou indireto, pelo convívio com os amigos que usam drogas, conforme o

relato de Whitney: “usei por impulso, estava com os amigos, aí eu peguei e usei, eles não me ofereceram! Eu que pedi. Eu chegava na roda, eles me chamavam aí a gente fumava” (Silva; Pereira, 2020).

Nesse sentido, aprimorar a relação entre familiares dos colegas dos adolescentes e participar de eventos por estes promovidos, além de minimizar o uso de drogas que causam dependência na presença dos adolescentes, pode ser uma boa estratégia para evitar a iniciação do uso de drogas. Além da influência do ciclo de amigos, os adolescentes que participaram da pesquisa vivenciaram no contexto familiar tanto situações em que os familiares são usuários de álcool ou outras drogas, como de responsáveis que criticam as pessoas que fazem o uso dessas substâncias. No caso dos familiares usuários, estes influenciam o consumo oferecendo droga ou despertando o interesse dos adolescentes quanto a experimentação da mesma. Uma das entrevistadoras, Jessica, relatou: “eu via ele [irmão] assim, eu ficava ah [pensando], como é o gosto, eu até falava para ele: para que você usa isso, para que mexer com isso? Ele respondia que era a única forma de esquecer os problemas. Aí eu peguei e comecei a usar”.

Quanto às críticas que recebem de parentes, alguns adolescentes relataram que a aproximação com a droga se deu como meio de afrontar a família e desafiar os responsáveis. Muitas vezes para romper com o padrão imposto pelos familiares, adolescentes transgridem regras impostas pela família e busca comportamentos que irá adotar por um período ou pela vida, essa quebra de regras funciona como um processo de resistência ao que é imposto por uma autoridade no seio familiar (Silva; Pereira, 2020). Dessa forma, o contexto familiar influencia diretamente na aproximação do adolescente com o mundo das drogas. O uso de drogas por pais ou responsáveis, por exemplo, pode proporcionar um déficit quanto à proteção oferecida aos adolescentes. Além disso, os pais que fazem o uso de drogas, passam a servir de modelo para os filhos na experimentação e uso dessas substâncias.

Os indivíduos que crescem nesse ambiente constroem um relacionamento parental inadequado, marcado muitas vezes por conflitos familiares, violência e negligência por parte dos pais. No entanto, não se tem estabelecido que famílias com pais usuários de drogas são obrigatoriamente disfuncionais, mas tem-se que os elementos comportamentais e afetivos que permeiam a relação são impactados a partir do uso dessas substâncias (Silva; Pereira, 2020). Logo, a influência familiar e dos amigos constitui-se como um dos principais responsáveis pelo envolvimento do adolescente com as substâncias

psicoativas. Este fato, comumente observado, porque as pessoas mais próximas aos adolescentes, principalmente os amigos, atuam como um modelo de comportamento, além de exercerem forte pressão social, influenciando esta fase de modo particular.

Estudo mostram que o adolescente busca constantemente se integrar na sociedade com independência individual, focando principalmente na formação da sua identidade. Esse fato promove a inserção do adolescente em grupos de amigos, facilitando ainda mais o consumo de drogas. Sendo assim, a formação de uma identidade grupal pode torna-se um fator de risco para o uso dessas substâncias (Silva; Pereira, 2020). Por fim, o ambiente em que o jovem está inserido também tem uma relação intrínseca com o desenvolvimento da dependência química. Uma pesquisa realizada com 13 adolescentes em um CAPS AD no sul do Brasil mostra essa forte relação entre o ambiente e o consumo de drogas. A fala dos participantes revela que a alta disponibilidade de drogas nesses locais se apresenta como um facilitador do consumo de crack e outras drogas: “voltar para lá, lá para a praia, só de passar perto me dá uma coisa. Lá tem todo tipo de droga e todos os meus amigos de lá usam. Eu não resisto”.

A relação da comunidade e o tráfico fazem com que o adolescente se torne insensível ao consumo e à venda. Essa disponibilidade de drogas na comunidade, também expressa pela oferta de crack por amigos e, muitas vezes, influencia o adolescente a reproduzir o comportamento dos pares. Por conseguinte, a violência surge em decorrência da manutenção do consumo de drogas. Com isto, há uma transformação progressiva dos significados morais, podendo conduzir a ações violentas, compreendidas como normalidade na comunidade. Com a normalização de condutos, muitos usuários passam a matar, roubar, traficar, vender seus bens, manipular e também roubar sua própria família (Mota et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apreender/fazer do adolescente adicto na complexa interação entre o eu, a família e a comunidade demonstrou ser diretamente proporcional ao uso de drogas por parte destes e nível de dependência química. A relação entre fatores biológicos, sociais e ambientais no consumo de drogas entre adolescentes se apresenta como panorama multifacetado e complexo, no qual a interação entre diferentes influências desempenha um papel crucial no

comportamento de uso de substâncias psicoativas. O olhar holístico se mostra essencial para que a dependência química na adolescência passe a ter um cuidado integral tanto por parte da família, da sociedade, bem como, por parte dos profissionais de saúde que precisam considerar todas as vertentes envolvidas nesse contexto para prestar uma assistência de qualidade e que abranja todos os determinantes sociais, bem como os fatores de riscos que tornam o adolescente adicto.

Além disso, é fundamental reconhecer os fatores biológicos como predisposições genéticas e desenvolvimento neurobiológico estabelecem uma base importante para entender a vulnerabilidade ao consumo de drogas. No entanto, os fatores biológicos não operam isoladamente, estando profundamente interligados com os contextos sociais e familiares dos adolescentes. A dinâmica familiar, por exemplo, representa um componente crítico por ser a família a base do adolescente enquanto indivíduo que está em processo de formação de sua identidade na sociedade em que vive. Famílias desestruturadas, falta de comunicação eficaz entre pais e filhos e ambientes domésticos caracterizados por conflitos e violência podem aumentar a suscetibilidade dos adolescentes ao uso de drogas. O papel dos pais como modelos de comportamento também se mostra significativo pois a exposição ao consumo de substâncias por parte dos pais pode normalizar esse comportamento para os jovens. Assim, aumentando a probabilidade de experimentação e uso contínuo. Uma família que normaliza comportamentos de riscos contribui gradativamente para que o consumo de drogas na adolescência seja cada vez mais frequente.

Soma-se ainda, fatores sociais incluindo a influência dos pares e o ambiente escolar, como determinantes poderosos que podem tanto contribuir para o consumo quanto para o tráfico. A pressão dos colegas que possuem comportamentos de risco e a busca por aceitação em grupos sociais podem conduzir os adolescentes a experimentar drogas como uma forma de integração social. Como o adolescente está no processo de formação de sua identidade, torna-se comum que o ciclo de amigos contribua positivamente ou negativamente nesse processo. Isso porquê, grande parte do tempo ele convive com esse grupo social, seja na escola, seja na comunidade. Ademais, escolas com baixa supervisão, falta de atividades extracurriculares e ambientes de alto estresse acadêmico também podem contribuir para o aumento do consumo de drogas à medida que os jovens lidam com uma alta carga de estresse e a ansiedade na busca por um rendimento escolar que atinja o padrão que a escola estabelece e as expectativas dos pais ou responsáveis.

Ademais, expõe-se como imperativo considerar as interações entre esses fatores no processo de formação e aprendizado do adolescente. Ao estudar as características psicossociais presentes no contexto da dependência química, não se pode atribuir o consumo de drogas a um único aspecto isolado. Ficando demonstrado a convergência de predisposições biológicas, experiências familiares e contextos sociais que, em conjunto, moldam o comportamento de uso de substâncias. O indivíduo, enquanto ser múltiplo, complexo e dinâmico, passível de um olhar abrangente e integral que considere todo o seu interno e externo. Assim, para que a dependência química na adolescência passe a ter um olhar holístico (eu, família e comunidade) por parte da sociedade e das autoridades públicas, deve-se praticar estratégias eficazes de prevenção e intervenção desenvolvidas na sociedade para minimizar os impactos da dependência. Nesse sentido, abordando simultaneamente os diversos níveis de influência para mitigar o risco de consumo de drogas. Isso inclui educação contínua acerca dos riscos do consumo de drogas, fortalecimento dos vínculos familiares, criação de ambientes escolares seguros e de apoio, e implementação de Políticas Públicas que facilitem o acesso a recursos de prevenção e tratamento.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Simone; GOMES, Giovana; XAVIER, Daiani. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**. Recife, 2014, 8(3):641-8. DOI: 10.5205/reuol.5149-42141-1-SM.0803201419

Associação Americana de Psicologia (APA). Stress In América. Universidade de Oxford, Inglaterra: APA; 2020 [citado em 07 de junho de 2024]. Disponível em: <https://www.apa.org/news/press/releases/stress/2020/sia-mental-health-crisis.pdf>

CALASSA, Glacy; PENSO, Maria. Articulando a visão sistêmica com os conceitos fundamentais da política atual para álcool e outras drogas. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**. Rio de Janeiro, 2016, n. 54, v. 25 p. 45-57. Disponível em: <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/102>. Acesso em: 9 junho de 2024.

CAVALCANTE, Fátima; SCHENKER, Miriam. Famílias que se comunicam por meio de violências. **Impactos da Violência na Saúde** [online]. 4th ed. updat. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, p. 261-276. ISBN: 978-65-5708-094-8. <https://doi.org/10.7476/9786557080948.0013>.

CHAIM, Carolina; BANDEIRA, Kercya; ANDRADE, Arthur. Fisiopatologia da dependência química. **Revista Med**. São Paulo. 2015 out.-dez.;94(4):256-62. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v.94i4p256-262>

COBUCCI, Ana. Nações Unidas. Relatório Mundial Sobre Drogas 2021 avalia que pandemia potencializou riscos de dependência. Brasil: UNODC; 2021. [citado em 09 de junho de 2024]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/133058-relat%C3%B3rio-mundial-sobre-drogas-2021-avalia-que-pandemia-potencializou-riscos-de-depend%C3%Aancia>.

DOMINGUES, Sara et al. Comportamentos de risco dos adolescentes portugueses e influência do meio ambiente. **Nascer e Crescer: Revista de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto**. Portugal, 2014, n. 3, v. XXIII. Disponível em: https://repositorio.chporto.pt/bitstream/10400.16/1763/1/03_ArtigoOriginal-1_23-3.pdf. Acesso em 08 de junho de 2024.

GARCIA, Isabela. A dependência química no contexto familiar: uma análise do relato de três mães. **Psicologia. PT**. 2018. ISSN 1646-6977. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1198.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

Instituto Nacional Sobre o Abuso de Drogas (NIDA). Trauma e Estresse. Estados Unidos: NIDA; 2024. [citado em 08 de junho de 2024]. Disponível em: <https://nida.nih.gov/research-topics/trauma-and-stress>

MANCILHA, Grasiella; COVIC, Amalia. Cuidado em saúde ao adolescente em vulnerabilidade ao uso de drogas. **Revista Saúde Em Debate**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 140, e8516, Jan-Mar 2024. DOI: 10.1590/2358-289820241408516P.

MOTA, Marina et al. Mundo da vida: influência socioambiental para o consumo de crack por adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Rio Grande do Sul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0007>.

MOTA, Maria. **A experiência de envolver a família no tratamento da dependência química**. 2015. Monografia (Saúde Mental) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11307/1/2015_MariadeFatimaFernandesMota.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2023.

OWENS, Rebecca; SMALLING, Maxine; FITZPATRICK, Joyce. Saúde mental, transtorno por uso de substâncias e transtorno por uso de opioides: atualização e estratégias de tratamento. **Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**. São Paulo. 2021 jul-set.;17(3):88-100. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2021.187412>

QUEIRÓZ, Patrícia. **Reestabelecendo vínculos familiares através da terapia: o caso de uma família lidando com transtorno de personalidade borderline e dependência química**. 2023. Trabalho de Conclusão do Curso (Psicanálise) - Sociedade Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://sobrap.com.br/assets/img/bucket/c49b4f3e1c6625b4d7c5a380d0199ff0.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2024.

ROTHER, Edna. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Editora Técnica da Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

SILVA, Luciana; PEREIRA, Andrea. Percepções de adolescentes sobre influências e consequências do uso de drogas. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**. Minas Gerais, 2020, n. 3, v. 8. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/sdh.V8i3.6751>.

SILVA, Aline; RODRIGUES, Thais; GOMES, Katia. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Revista Psicologia política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 335-354, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200007&lng=pt&nrm=iso.
Acesso em 09 de junho de 2024.

SOUSA, Maria et al. Fatores associados ao policonsumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas: pesquisa nacional de saúde do escolar 2019. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 2024.4; 29: e06882023, ISSN 1413-8123. v. 29, n. 5. DOI: 10.1590/1413-81232024295.06882023.

EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE COMO INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO À ADICÇÃO NO BRASIL

Beatriz Macedo Ignácio Ferreira
Gabriel Medeiros Pereira
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga representa qualquer substância não sintetizada pelo organismo humano, tendo propriedade de produzir alterações no seu funcionamento. Atuando assim, na sensação, pensamento, agir e no modo de se expressar. Estudos vêm sendo produzidos acerca da temática do uso de drogas e sua relação com o trabalho. Estes apontam efeitos negativos tanto para indivíduos quanto para empresas, devido ao baixo rendimento proveniente do alto absenteísmo e de entraves na redução de suas funções (Azevedo, 2004). Para atender às suas necessidades, torna-se indispensável refletir acerca do consumo de substâncias. No entanto, essa reflexão não deve se limitar apenas ao indivíduo. Deve-se considerar como a sociedade molda o uso dessas substâncias, criando condições sociais que implicam no uso problemático.

Nesse contexto, apresenta-se a responsabilidade do Estado de intervir e abordar essas questões de maneira abrangente (Bokany, 2018). Em 2005, foi aprovada a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) por meio de resolução com o objetivo de criar uma sociedade livre do uso de drogas ilícitas e do uso inadequado de drogas lícitas. Baseia-se em promover, guiar e melhorar a legislação

para assegurar o monitoramento das ações resultantes desta política. Neste contexto, surgiu a nova lei Antidrogas, adaptando uma abordagem preventiva que se concentrou na redução de danos, na assistência e na reinserção social dos consumidores de drogas, afastando-se das políticas repressivas. Nesse sentido (Rodrigues; Junqueira; Cruvinel, 2017), ressaltam a necessidade da intervenção no uso abusivo e impróprio de drogas em diferentes âmbitos sociais.

Percebe-se que há dificuldade no tratamento dessa abordagem, mesmo diante de políticas públicas que pretendem intervir neste campo, adentrando, principalmente, nas medidas educativas para controle dessas drogas. Nesse sentido, orienta-se o desenvolvimento de formações mais capacitadas a lidar com esse ponto crítico, uma vez que, a partir daí que surge o conhecimento acerca de diversas áreas da sociedade. Além disso, faz-se preciso pontuar o uso de drogas como parte da cultura. Roehrs (2008), relata que, como parte da prática humana, o consumo de drogas está inteiramente ligado à convivência social. Porém, necessita-se que a família esteja ciente acerca das influências sociais que implicam na socialização do mesmo. Assim, no contexto familiar, constrói-se boa parte da cultura e vivência sendo nesse possível moldar o comportamento do membro familiar, pré-determinando o aspecto psicoemocional do mesmo na fase adulta.

Portanto, transmite urgência ao tratar o assunto fenomenológico em questão e exigências de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao intuito preventivo, de saúde e de proteção cidadã (WHO, 2018; Unaid Strategy, 2016-2021). É essa falta de integração que necessita de intervenções de abordagens pertinentes e estratégias de controle para identificar o real potencial da problemática e ter âmbitos sociais com destaque ao serviço público. Desse modo, objetivou-se investigar a educação, cultura e saúde como instrumentos de prevenção à adicção no Brasil por meio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

Nesta perspectiva, foi conduzida uma revisão narrativa, no primeiro semestre de 2024, acerca da educação, cultura e saúde como instrumentos de prevenção à adicção no Brasil, com ênfase no serviço público. A revisão narrativa, segundo Rother, (2007), contempla a análise da literatura, como jornais, artigos, livros, revistas, e análise crítica do autor, permitindo-se desbruchar do tema sem tanta exposição quantitativa, visando o desenvolvimento do assunto de forma qualitativa.

A presente revisão utilizou como ferramentas de coleta de dados as bases Pubmed e LILACS e *e-book*, no período de 2014 a 2024. A pesquisa foi conduzida a partir dos termos: Servidores públicos; políticas de combate às drogas; drogas no contexto escolar; intervenção em drogas. A presente pesquisa foi posta em pilares: educativos, culturais e saúde, baseando-se nas políticas públicas e intervenções realizadas pelos Ministérios da Saúde, Educação e do Trabalho, todas em conformidade com o Governo Federal e também, o apoio da sociedade, Universidades, Unidades Básicas de Saúde com ênfase no ambiente de trabalho e para trabalhadores.

Perspectivas educativas no contexto do serviço público relacionadas ao uso de drogas

O Ministério da Saúde (MS) atua na prevenção e tratamento do consumo de álcool e outras drogas, por meio das ações planejadas no Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010), estabelecido pela Portaria nº 1.190, de 04 de junho de 2009, e do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (PIEC), criado pelo Decreto Presidencial nº 7.179 de 20 de maio de 2010 (Brasil, 2009; Brasil, 2010). Essas ações foram desenvolvidas em conjunto com outras políticas sociais para abordar as causas e efeitos do consumo prejudicial dessas substâncias. Desse modo, o Ministério da Saúde busca direcionar políticas que visem a expansão do conhecimento acerca de drogas, todavia, essas iniciativas se mostram ineficazes.

Dias (2012), afirma que o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (SISNAD) se apresenta como destaque na atuação de combate às mesmas. Porém, em seu Artigo 3º que institui, prevê o intuito de “articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas”. Este possui órgãos vinculados ao Ministério da Justiça, como o SENAD, CONAD como princípio normativo e deliberativo; O SENAD tem em suas atribuições o papel de acompanhar atividades voltadas à prevenção de uso de drogas, para assim, estar em consonância com a Política Nacional Antidrogas. Para tanto, Pereira (2012) elenca o papel da educação no viés preventivo ao uso deliberado de drogas.

Nesse sentido, a escola enquanto estrutura hierárquica do saber, deve intervir nos assuntos de drogas na atuação da educação preventiva. Elucida-se

a necessidade das dimensões do conhecimento para além de simples abordagens, considerando as especificidades do tema “drogas” (Moreira et al., 2015). O estímulo de políticas para orientar profissionais se revela de suma importância. Nesse contexto, disponível atualmente por meio de capacitação, o curso do Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas (SUPERA) que prevê encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. A SENAD incentivou ações em conjunto com o Ministério da Saúde e universidades, tendo como objetivo a propagação de conhecimento para formação de profissionais, na tentativa de produzir e utilizar ferramentas de identificação nos padrões de álcool e outras substâncias psicoativas (Souza, 2012).

Para Júnior (2023), a educação e a experiência escolar trabalham em conjunto para atender às expectativas do desenvolvimento humano e prática social. Assim, esse processo educativo contribui para o amadurecimento cívico, possibilitando cidadania e habilidades sociais, competindo a este potencializar e desenvolver aspectos de seu desenvolvimento integral. Conquanto, regulamentado pela Lei nº 3946/07, o Programa Educacional de Resistências às Drogas e Violência (Proerd) se mostra como programa que tem como finalidade desenvolver ações preventivas e cooperativas entre os pilares de segurança civil, escola e família (Art.1º); O programa, exclusivamente orientado por policiais militares, seguindo a matriz curricular pedagógica nacional específica. Ele se configura como um tema transversal da cidadania, conforme previsto no Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

Dessa forma, como objetivo preventivo por meio da perspectiva educativa, este trabalha com a disseminação de caráter cidadão e a prevenção de substâncias psicoativas e a preocupação com atos violentos (Antunes; Quirino, 2012). Embora os programas sejam pertinentes, eles, por si só, não conseguem reduzir o uso de drogas. As influências externas, especialmente o meio social, se apresentam como determinantes no acesso a drogas e outros recursos. Assim ocorrendo, porque as dimensões relacionadas a esse uso (ou não uso) são multicausais (Oliveira, 2014). Nesse sentido, torna-se evidente que o papel deste programa não remete apenas à tentativa de erradicar o uso, mas reforçar mensagens positivas que iniciam no berço familiar, no meio social, na mídia, por meio do *marketing* social do governo e prevenção sob políticas de controle do uso de drogas.

Concomitantemente, conforme apontado por Fagundes e Moura (2009), os programas e políticas públicas implementados pelo governo, com frequência,

enfrentam desafios na criação e execução de ações que gerem impacto social significativo. Apresentando-se como consequência em relação à avaliação de programas, ficando demonstrado terem sido realizadas, porém, não viabilizam o sucesso esperado, refletindo no acesso futuro dessas gerações e futuramente, em trabalhos. Conquanto, tendo como objetivo o enfrentamento ao consumo de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), destaca a promoção à saúde e segurança no ambiente laboral, como aspectos que os trabalhadores deveriam se atentar a programas de informação, educação sobre álcool e outras drogas, e também sobre formação (OIT, 2008).

Desse modo, intervindo para atendimento a esse público, em uma revisão realizada em 2013 acerca da efetividade da intervenção breve para o uso abusivo de álcool na atenção primária. Pereira et al. (2013) relataram que as Intervenções Breves (IB) representando alternativas para o controle ao consumo de álcool e outras drogas, enfatizando que, como forma de enfrentamento, estas devem ser utilizadas antes da dependência química. Em contrapartida, em intervenção em servidores públicos e com o mesmo método IBs, Ferreira (2019), diz ser necessário mais intervenções para aderirem como válido o teste. Entretanto, um ponto forte deste método se mostra a perspectiva educativa, uma vez ser disponibilizado ações de caráter sensibilização para reconhecer seus riscos e impactos. Para isso, Calmont et al. (2021), realizou um estudo acerca das tecnologias educacionais e o impacto dessas sobre o uso de álcool nos universitários, mostrando-se eficaz.

É sabido que, a tecnologia, como um produto moderno e, com isso, a globalização, tornou-se de fácil utilização. Substanciado nisso, essa construção enfatiza que a tecnologia se apresenta uma aliada quando se trata de uso de drogas, e num ambiente social, o álcool representa uma das presentes drogas mais consumidas (Chaves; Frazão; Vasconcelos, 2021). Indubitavelmente, o ambiente de trabalho e o reflexo do mesmo na rotina dos trabalhadores se mostram segmentos que devem ser considerados. No tocante à discriminação e dependência de substâncias psicoativas, o risco da perda de emprego, sustento familiar, e por isso, as medidas de serviços serem urgentes, bem como, amparados pela Lei Federal nº 10.216/2001 (Brasil, 2001). Paralelamente, a Lei Federal nº 10.216/2002, preconiza o envolvimento do Estado perante sua nação, os direitos e a proteção e os direitos dos usuários de drogas em geral (BRASIL, 2002).

Por outra ótica, Müller, Paul e Santos (2008) observam que os programas de prevenção têm reconhecida relevância na redução do consumo de

álcool, tabaco e outras drogas, especialmente quando se concentram em comportamentos de risco. Contudo, mostra-se importante compreender que os programas que simplesmente fornecem informações acerca do consumo de drogas e os seus efeitos nem sempre se apresentam eficazes. Barbosa (2014) salienta que os programas de prevenção devem identificar as razões pelas quais o consumo de drogas se torna atraente para os jovens, distinguir o consumo de drogas em usuários ocasional ou dependente e abordar os factores sistémicos que incentivam o consumo de drogas entre os menores, tais como estratégias de *marketing* e vendas.

Indiscutivelmente, a educação, enquanto um pilar que contribui efetivamente em muitas esferas, principalmente, ao falar em medidas preventivas no que concerne o envolvimento de interessados e abranger grandes grupos, não apenas o ambiente escolar. Por outro lado, vez-se imprescindível que haja propostas que produzam impacto positivo, para que a formação seja devidamente apresentada, de modo a corroborar com ações que previnam o uso de drogas em todos os âmbitos sociais (Paiva; Costa, 2014).

Aspectos culturais do consumo de drogas e a arte como fator de recuperação de adictos

O II relatório Brasileiro sobre drogas, em 2021, aponta o Brasil entre os países com maiores níveis de consumo de álcool, maconha, cocaína e derivados. Consumir drogas ilícitas, representa por definição, um comportamento desviante. Decorrente da categoria de ilegais, onde ora algumas, em outro momento outras substâncias psicoativas sendo classificadas em cada cultura, época e sociedade. O consumo de drogas acaba por se constituir em um problema social cuja gravidade extrapola em muito os efeitos nocivos potenciais de seu uso abusivo, tendendo a mobilizar uma ampla rede de instituições locais encarregadas de seu controle (Venturi, 2017). Em 2014, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), escreveu uma cartilha chamada “Reduzindo o estigma entre usuários de drogas”, um guia para profissionais e gestores, onde aponta-se as causas do estigma aos usuários de droga.

Nesse sentido, uma das razões que interferem diretamente no cuidado de dependentes de álcool e outras drogas se refere ao estigma. Este faz com que os usuários sejam vistos como perigosos, violentos e únicos responsáveis pela sua condição, onde diversas razões podem justificar a estigmatização do uso de drogas por parte dos profissionais de saúde, incluindo o fato de, muitas

vezes, o consumo de drogas não ser visto como um problema de saúde, e sim, como falha de caráter, fazendo com que seja atribuída ao usuário a responsabilidade pelo aparecimento e pela solução do seu problema. Para Dias (2019), atualmente o emprego do termo “droga(s)” geralmente não abarca todas as substâncias psicoativas – aplica-se mais aos fármacos e ilícitos, excluindo-se substâncias como o café, o álcool e o tabaco.

Essa noção parte de desenvolvimento da mentalidade histórica e culturalmente construída, tornando-se objeto de estudo por parte de historiadores que tentam revelar as razões pelas quais algumas drogas adquiriram certos status e como diferentes fatores sociais, políticos e econômicos podem forjar as atitudes e seletividades das sociedades em relação a determinadas substâncias. Entre a glamourização e a demonização do uso de drogas, em que pese a produção de conhecimento que procura dar conta da complexidade da experiência, a população consumidora continua sendo vista como a grande culpada (Acselrad, 2015). Dentre os vários ambientes, merece destaque o ambiente acadêmico, no qual os docentes possuem altas demandas de produtividade científica, competitividade, cobranças excessivas ou de trabalho.

Nessa corrida, ao esquecermos que o corpo físico e psíquico, necessitam para manutenção da homeostase de condições humanas básicas, inicia-se o processo de alteração do ritmo biológico, redução do entendimento, sonolência excessiva, e conseqüentemente adoecimento, demonstrado no estresse, ansiedade generalizada e burnout (Souza; Silva, 2017). É importante observar também que pesquisas da Fiocruz de 2019 apontam acerca do consumo de drogas no Brasil com o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Neste, revela-se que a substância ilícita mais consumida no Brasil se trata da maconha com 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já usaram ao menos uma vez na vida e, em segundo lugar, fica a cocaína em pó, com respectivos 3,1%.

Nos 30 dias anteriores à pesquisa, 0,3% dos entrevistados afirmaram ter feito uso da droga. Durante a pesquisa foram analisadas mais de 20 substâncias em um levantamento que teve como objetivo mostrar em número a realidade atual que o Brasil se encontra com relação às drogas. Como trata Silva (2017), no entendimento da relação entre a tríade: saúde, trabalho e qualidade de vida, torna-se premente para toda a sociedade que vive do trabalho, necessitar de saúde para exercer suas atividades cotidianas e laborais e almeja ter uma inserção social com dignidade. Para tanto, mostra-se fundamental ações adequadas de prevenção, detecção precoce, intervenções breves, tratamento

e reabilitação de pessoas que usam, abusam ou apresentam dependência de drogas psicoativas na sociedade. Entretanto, os métodos tradicionais de tratamento têm sido ineficazes na reabilitação dos toxicômanos (SNPD, 2014).

A Arteterapia, por ser uma ferramenta no cuidar em saúde, representa um processo terapêutico verbal e não verbal, por meio das artes plásticas, que acolhe o ser humano com toda sua diversidade, dinamicidade, complexidade e o auxilia a encontrar novos “sentidos” para sua vida, objetivando a reinserção e inclusão social (Valladares, 2008). Quando aplicada em um grupo de adictos, a arteterapia pode ser adequada a jogos de teatro, dança e música. Existe, ainda, a possibilidade do manuseio de materiais plásticos em produções de grupo ou separando o grupo em subgrupos, duplas ou mesmo indivíduo. Porém, mantendo sempre o foco no coletivo. Exatamente pela proposta primordial ser o grupo e seus membros. Dessa forma, a unidade vai delinear este *setting* arte terapêutico e proteger cada participante, aproveitando-se de rituais que possam ser manifestados pela coletividade (Barboza, 2022).

O estudo realizado por Valladares-Torres (2017), revelou a Arteterapia como uma estratégia terapêutica em saúde mental, pode-se atender às necessidades emocionais e afetivas dos participantes. Os cuidados em saúde mental podem ser realizados de maneira diferente das técnicas habituais de enfermagem. As estratégias lúdicas, criativas e dinâmicas que envolvem a arte e terapia ajudam na criação de vínculo terapêutico e podem estar presentes, em especial, no acolhimento integral. Local delicado, por acolher pessoas com problemas ou com dependência de drogas, frágeis e entristecidas, bem como se mostra caracterizado por participantes que apresentam “recaídas” e pouca adesão ao tratamento psicossocial. Os estudos de Valladares e Barboza (2022) se apresentam promissores em relação à recuperação de adictos utilizando a Arteterapia.

O primeiro trouxe como resultados que as atividades de Arteterapia favoreceram um significado positivo com o adoecimento mental. Estratégia importante para tratamento de abuso e dependência de drogas que se mostra capaz de gerar uma identidade grupal. A Arteterapia ocupa, frequentemente, horas consideradas, muitas vezes, ociosas, propicia momentos de diagnóstico, equilíbrio e incentivo à autonomia, de forma lúdica e criativa, trazendo melhoria para qualidade de vida dos pacientes. Já o segundo, trouxe a complexidade, a dependência química onde se tem que controlar todas as drogas e apego a elas em nome da qualidade e bem estar pessoal e social do ser humano. Precisa-se de melhores cuidados para o dependente químico. Não podemos

estigmatizá-lo, condenando-o a resultados inexpressivos quando se trata de recuperação contínua.

Deve-se buscar uma nova abordagem, outra perspectiva, propondo uma terapêutica mais dinâmica que possa estar no mesmo nível de ludicidade e transcendência que os usuários, equivocadamente, buscam nos efeitos das drogas. E com arte e terapia revelar o verdadeiro potencial dessas pessoas, que sofrem com as drogas, podendo ser transmutado em criatividade (Barboza, 2022). Sendo assim, fica claro que os usuários de drogas precisam de atenção com relação às suas reabilitações para serem inseridos na sociedade, ajudando, dessa forma, na quebra de paradigmas com relação aos usuários. Então, tem-se a Arteterapia como fator importante para reabilitação desse grupo de forma a obter resultados positivos.

Saúde: Implantação de Hábitos saudáveis no âmbito do serviço público como fator limitador do uso de drogas

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) instituído pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, tem como objetivo coordenar e integrar ações e programas na área da saúde, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores públicos de acordo com Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS). PASS tem como eixo temáticos: Promoção à saúde do servidor, sendo o conjunto de ações dirigidas à saúde do servidor, por meio da ampliação do conhecimento da relação saúde-doença e trabalho, com desenvolvimento de prática de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção à saúde no âmbito individual e coletivo. Já, a vigilância em saúde do servidor se apresenta como conjunto de ações contínuas e sistemáticas que possibilitam detectar, conhecer, pesquisar e analisar a situação da saúde dos servidores.

Nesse sentido, de modo a monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, com o objetivo de planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam ou eliminem os riscos ou agravos à saúde. Um outro eixo se apresenta à Perícia oficial em saúde, trata-se de ato administrativo que consiste em avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e a capacidade laboral, realizada na empresa do periciado por médico ou cirurgião dentista formalmente designado, com o objetivo de subsidiar a Administração pública Federal na fundamentação de decisão a que está obrigada, originando informações epidemiológicas acerca

das ocorrências de afastamentos por razões de doenças e agravos, fundamentando o planejamento de programas e ações de promoção de saúde e segurança nos ambientes do trabalho.

No tocante a assistência à saúde do servidor, o conjunto de ações visa à prevenção, a detecção precoce e ao tratamento de doenças e, ainda, a reabilitação da saúde do servidor, por meio da oferta de serviços organizados na forma de rede, com suporte laboratorial e hospitalar, capazes de responder de forma eficaz às demandas de atendimento, na forma da legislação vigente. Por último, a prevenção de danos ou agravos à saúde do servidor, apresentando-se como conjunto de ações orientadas com o objetivo de intervir para reduzir e/ou evitar o processo de adoecimento do servidor no aspecto individual e nas relações coletivas no ambiente de trabalho (Brasil, 2010). No intuito de estabelecer diretrizes amplas para execução das medidas de vigilância nos ambientes e processos de trabalho e fomento à saúde dos funcionários/colaboradores, o governo, por meio da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, emitiu a Portaria normativa nº 03, datada de 07 de maio de 2010.

Essa portaria oferece orientações fundamentais acerca da Norma Operacional de Saúde do Funcionário/Colaborador (NOSS) aos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC). Baseado na NOSS, compreende-se que a promoção da saúde do funcionário/colaborador se refere a um conjunto de iniciativas voltadas para o bem-estar do funcionário/colaborador, por meio da ampliação do conhecimento acerca da relação entre saúde, doença e trabalho. O objetivo remete a promover o desenvolvimento de práticas de gestão, atitudes e comportamentos que contribuam para preservação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo. Dessa forma, busca-se aprimorar a Qualidade de Vida no ambiente de trabalho. Assim, mesmo sendo previsto por programas, existe uma grande diferença entre a teoria e a prática.

Para tirar as ideias do papel, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) criou o projeto “Programa de Saúde e Qualidade de vida para os servidores”, em 2018. O programa tem como principal proposta a melhoria na qualidade de vida dos servidores, atuando na prevenção de doenças, diminuição do absenteísmo/presenteísmo, e a promoção da saúde mental dos servidores, seus dependentes e familiares, compreendendo que estes fazem parte de um enquadre biopsicossocial. Ele trouxe as fases de implementação do programa e no final os resultados esperados que seriam a prevenção de doenças; melhoria da qualidade de vida e no ambiente de trabalho; melhoria

do desempenho na execução das tarefas; aumento de produtividade, redução do absenteísmo e presenteísmo. Contribuindo, dessa forma, com ações efetivas para implantação de hábitos saudáveis.

Seguindo a mesma linha, o Instituto de educação, ciência e tecnologia do Pará Campus Óbidos, criou um projeto de promoção à saúde e qualidade de vida dos servidores e colaboradores IFPA Campus Óbidos “viver saudável”, em 2018 (Progep IFPA). As ações de promoção à saúde do servidor/colaborador no campus Óbidos foram pautados nas diretrizes transdisciplinaridade da NOSS que seria compartilhar saberes e práticas em busca da compreensão da complexidade humana, considerando os múltiplos fatores que influenciam a condição de saúde dos servidores e colaboradores em suas relações com o trabalho. Nesse sentido, tais ações corroboram para a implantação de hábitos saudáveis no âmbito do serviço público. A mudança de estilo de vida do trabalhador seria algo trabalhado no âmbito do serviço público, mas não se dá para evitar todos os tipos de situações, por exemplo, que os trabalhadores sejam apresentados ao mundo das drogas.

Na literatura científica não foram encontrados artigos que comparam de forma expressiva o servidor público ao uso de drogas. Segundo Junior (2016), no texto “a relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI”, tem-se um panorama geral que expressa em números quais drogas e em quais locais de trabalho se apresentam mais afetados, mas não relaciona diretamente no âmbito do servidor público. Estudos revelam que diferentes categorias profissionais apresentam padrões distintos de uso de substâncias psicoativas. Por exemplo, cerca de 29% dos profissionais da saúde, incluindo estudantes de enfermagem, enfermeiros e médicos, consomem substâncias como álcool, cigarros e ansiolíticos.

Entre os policiais militares e civis, esse percentual se mostra de aproximadamente 21%, com o uso de álcool, tranquilizantes, anfetaminas, maconha e cocaína. Já, em estudos de gênero, constata-se que cerca de 21% das mulheres relatam o consumo de drogas ilícitas, cigarros e álcool. Além disso, aproximadamente 14% dos estudos abordam o uso abusivo de substâncias psicoativas no contexto do trabalho contemporâneo, enquanto 7% se concentram em profissionais que trabalham em ambientes portuários e caminhoneiros, os quais consomem substâncias como álcool, rebites, maconha e outras drogas. Isso implica que independente da área de atuação todos os profissionais estão suscetíveis a ter algum tipo de contato com substâncias psicoativas e drogas, legais e ilegais.

No ano de 2023, em Brasília, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP) anunciaram a retomada e o lançamento do Sistema Nacional de Prevenção do Uso de Álcool e de Outras Drogas (Sinap), além de apresentar a plataforma virtual do Sistema. Destacou a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, Marta Machado, no âmbito de uma política sobre drogas voltada para pessoas, estão programas de fortalecimento de proteção social, de vínculos familiares e comunitários e, portanto, de investimento na resiliência de pessoas e comunidades para lidar tanto com o problema do abuso de substâncias como com o assédio do crime organizado.

Nesse sentido, a implantação de hábitos saudáveis no âmbito do serviço público auxilia os trabalhadores a buscarem qualidade de vida. Sendo assim, diversos artigos trazidos nesta revisão narrativa mostram como resultados positivos à intervenção para prevenção ao uso de drogas no serviço público, tornando-se, dessa forma, fator limitador para o uso de drogas. De outro modo, as universidades, enquanto acolhedoras e conhecedora dos danos causados pelo uso de drogas deveria ser exemplo de vida saudável, sem drogas psicoativas não prescritas, algo vislumbrado pela sociedade e comunidade que labuta na educação à saúde, em especial na promoção da vida livre de fatores que conduzem a dependência química.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente a complexidade da educação, cultura e saúde como instrumentos de prevenção à adicção no Brasil e a amplitude do problema relacionado ao uso de drogas e suas implicações nos contextos social, educacional e de saúde pública. No contexto das políticas públicas, mostra-se notório a participação do Governo Federal, manifestado por meio de iniciativas e planos para assumir e enfrentar os desafios das drogas no cenário brasileiro. No entanto, no tocante a efetividade dessas políticas, ainda necessita de planejamento e execução de modo a abranger a totalidade da população, e atender as perspectivas de implementação positiva. Como componente essencial na prevenção do emprego inadequado de substâncias entorpecentes, a educação funciona como desenvolvimento do conhecimento acerca dos impactos desses elementos, como álcool e outras drogas.

Por meio da educação, possibilita-se compreender a magnitude do reflexo das medidas, por exemplo, do Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas) e do Programa Educacional de Resistências às Drogas e Violência (PROERD), contribuindo para disseminação de informações concernente a essa temática e o desafio de enfrentar tais recursos na problemática. Como resposta ao alerta acerca da cultura das drogas, um dos principais tratamentos se mostra a Arteterapia. A mesma cumpre a perspectiva de modificar o comportamento e também, facilitar a compreensão de seus pensamentos e comunicação, partindo do princípio da ludicidade para entendimento do ser enquanto produtor de sua arte, promovendo, dessa forma, revolução no processo de transformação pessoal, além da reabilitação.

Ademais, na saúde pública, a promoção de hábitos saudáveis se revela crucial para limitar o uso de drogas, com destaque para iniciativas como o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e programas de instituições como a [Universidade Federal Rural da Amazônia \(UFRA\)](#) e o [Intituito Federal do Pará \(IFPA\)](#). Contudo, o desafio persiste e exige políticas públicas abrangentes, intervenções educativas, estratégias terapêuticas inovadoras e promoção da saúde em todos os níveis da sociedade. Apenas um esforço conjunto permitirá avanços na prevenção e tratamento do uso de drogas, visando o bem-estar e a qualidade de vida para todos. O presente estudo corrobora para os trâmites sociais e políticos, a fim de fornecer informações acerca de políticas de apoio aos trabalhadores, mas também, enfatizar a inatividade do Governo Federal em razão das propostas de menor eficácia e baixa contribuição de gestores na implementação de ações de controle do uso de drogas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. C. S. (2004). **Drogas e Trabalho**. In: Guimarães, L. A. M., Grubits, S. (Orgs.). *Série saúde mental e trabalho* (p. 35-49), v. I. n. 35. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BARBOZA, Aparecida Martins de Oliveira. **Arteterapia e educação e a dependência química. Gestão e Educação, outubro, 2022**. Disponível em: <http://revista.faconnect.com.br/index.php/GeE/article/view/257/238>. Acesso em: 31 maio 2024.

BARROS, L. S. de Costa. **Perfil do consumo de álcool entre estudantes universitários**. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. [Internet]. 2019 [accessed 10 out 2019]; 15(1). Available from: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.000353>

BOKANY, V. **Drogas no Brasil**. bibliotecadigital.fpabramo.org.br, 8 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1190, de 04 de junho de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Presidente. **Decreto Presidencial nº 7.179**. Brasília, 2010.

CALMONT, V et al. **Construção e validação de tecnologia educacional sobre consumo de álcool entre universitários**. Cogitare Enfermagem, v. 26, 22 fev. 2021.

CHAVES, L. C. M. R.; FRAZÃO, I. da S.; VASCONCELOS, S. C. **Tecnologias educacionais para prevenção do uso de álcool e outras drogas entre adolescentes**. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, [S. l.], v. 8, p. 1–14, 2021. DOI: 10.26568/2359-2087.2021.5626. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5626>. Acesso em: 3 jun. 2024.

COSTA JÚNIOR, J. F. **A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento. Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 127–144, 2023. DOI: 10.59616/conehd.v1i01.97. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/97>. Acesso em: 1 jun. 2024.

DIAS, L. L. 2019. **Reflexões Sobre As Drogas Como Objeto De Pesquisa Histórica. Temporalidades**, 11(10), 51 - 65.

DIAS, M. A. B. **Políticas Públicas para o Combate às Drogas no Brasil. 2012**. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Barbacena, Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, 2012.

FERREIRA, M. **Avaliação da Efetividade da Intervenção Breve para a Prevenção do Uso de Álcool no Trabalho.** Universidade Federal de Juiz de Fora Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Psicologia [Dissertação]. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4541/1/mairaleonferreira.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. PROJETO DE PROMOÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES E COLABORADORES IFPA CAMPUS - ÓBIDOS. "Viver Saudável". Óbidos-Pará. Disponível em: <URL>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

JUNIOR, Itamar José Felix et al **A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. Estudos e Pesquisas em Psicologia** [en linea]. 2016, 104-122 [fecha de Consulta 1 de Junho de 2024]. ISSN: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451846425007>

PEREIRA, Maria Olívia et al. **Efetividade da intervenção breve para o uso abusivo de álcool na atenção primária: revisão sistemática.** v. 66, n. 3, p. 420–428, 1 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vacinação contra COVID-19 no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinacao>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MOREIRA, A. et al. **Drug abuse prevention in school: challenges and possibilities for the role of the educator.** Educação e Pesquisa, v. 41, n. 1, p. 119–135, 1 mar. 2015.

MÜLLER, A. C.; PAUL, C. L.; SANTOS, N. I. S. **Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 25, n. 4, p. 607-616, out. 2008. Bimestral. Disponível em: . Acesso em: 16 maio 2016.

OLIVEIRA, F. R. G. **Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da polícia militar de Pernambuco.** REBESP, v. 7, n. 2, p. 02-10, 2014.

ONU. **Sistema Nacional de Prevenção do Uso de Álcool e Outras Drogas (SINAP) é retomado por meio de parceria com o UNODC.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2023/06/sistema-nacional-de-prevencao-do-uso-de-alcool-e-outras-drogas-sinap-e-retomado-por-meio-de-parceria-com-o-unodc.html>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

PAIVA, F. S.; COSTA, P. H. A. **“Participação juvenil: uma alternativa para se abordar o uso de drogas no espaço escolar”** In.: RONZANI, T. M.; SILVEIRA, P. S. (orgs.). Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar. Juiz de Fora: UFJF/CEAD, 2014. p. 113 – 132.

PEREIRA, Z. O. **O papel do educador na prevenção ao consumo abusivo de drogas.** Dissertação (de mestrado em gestão e avaliação da educação pública) - Faculdade de Educação da universidade Federal de Juiz de Fora: UFJF, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: Acesso em: 06 maio 2024.

RODRIGUES, R.; JUNQUEIRA, J.; CRUVINEL, V. **As políticas públicas educacionais que contribuem na prevenção do uso de drogas e comportamentos de risco no contexto escolar.** 2017. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/306/421>>.

ROEHRS, H.; LENARDT, M. H.; MAFTUM, M. A. **Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica.** Escola Anna Nery, v. 12, n. 2, p. 353-357, jun. 2008.

RONZANI, Telmo Mota; NOTO, Ana Regina; SILVEIRA, Pollyanna Santos da. **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora//files/2018/02/reduzindo_o_estigma_entre_usuarios_de_drogas.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

ROTHER, E. T. Systematic Literature Review X Narrative Review. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

SNPD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas). **O uso de substâncias psicoativas no Brasil.** 5. ed. Brasília: SUPERA, 2014. Módulo 1.

SILVA, Luiz Almeida da. **Saúde, trabalho e qualidade de vida na sociedade contemporânea: desafios e perspectivas.** Movimento, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/movimenta/article/view/6906/4717>. Acesso em: 31 maio 2024.

SOUZA, I. C. W, Ronzani T. M. **Álcool e drogas na atenção básica: avaliando estratégias de capacitação.** *Psicol Estud* 2012; 17(2):237-246.

VALLADARES, A. C. A. **A Arteterapia humanizando os espaços de saúde.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. Coleção Arteterapia.

VALLADARES-TORRES, A. C. A. **A Arteterapia como dispositivo terapêutico no acolhimento integral das toxicomanias.** Rev. de Arteterapia da AATESP (Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo). São Paulo: AATESP, v.8, n.1, p.38-56, 2017. Disponível em: http://aatesp.com.br/resources/files/downloads/28_08_2018_01_30_44_revista_v8_n2_2017.pdf. ISSN: 2178-9789.

VENTURI, Gustavo. **Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: motivações e argumentos baseados em uso.** Tempo Social, 29(2), 159-185. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.126682>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (org.). **Alcohol use and burden for 195 countries and territories, 1990 – 2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study.** Lancet, 22;392, p. 1015-1035, 2018. PMID: 30146330. PMCID: PMC6148333. DOI: 10.1016/S0140 - 6736(18)31310 - 2.

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS ACERCA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL

Ana Vitória Cabral de Lima
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

No período da adolescência, o público jovem se mostra o mais vulnerável ao consumo de substâncias, lícitas ou ilícitas, e demais produtos prejudiciais à saúde humana. Essa vulnerabilidade ganha destaque por diversos fatores, como a busca por novas experiências, sentir-se aceito em determinados grupos sociais e o principal remete à felicidade ilusória e o bem-estar momentâneo que a utilização de algumas substâncias proporciona. Ademais, existem os fatores socioeconômicos, ambientais e culturais, com destaque às redes sociais, como grandes influenciadores. Assim, devem-se atentar aos tipos de postagens e as postagens visualizadas, por ser a parte difícil da era digital, o fato dela poder beneficiar na mesma proporção que prejudicar (Ferreira, 2023).

A utilização de substâncias químicas se apresenta como um fator de preocupação nacional, sendo causadora de várias patologias, mesmo assim, as pessoas continuam a fazer uso de tais substâncias. Cada vez mais frequente e rotineiro no público jovem, em conformidade com o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD), essa pesquisa realizada no Brasil, fornece dados detalhados do consumo de substâncias psicoativas no país, mostrando a grande incidência da utilização das substâncias no público jovem (FIOCRUZ, 2017). Grande número desses adolescentes experimentam as substâncias, vão

gostando e se tornando dependentes, inicialmente com o uso de álcool e, a posteriori, provando outras substâncias mais pesadas e que trazem mais malefícios à saúde, até mesmo sem saber a sua composição.

Destaca-se o Narguilé, espécie de cachimbo de água, utilizado para fumar tabaco aromatizado, e o Vape, cigarro eletrônico, considerado a moda do momento. Entretanto, os usuários costumam correlacioná-los como inofensivos e inócuos, sem de fato terem respaldo científico para tanto, seus malefícios se mostram de tamanho estrago que podem ser feitos em seu corpo, como por exemplo, o câncer, doenças respiratórias e cardiovasculares (Issa, 2014). A análise das redes sociais se apresenta como boa ferramenta para compreender as mudanças do comportamento humano e na interação para com as outras pessoas. Essa ferramenta ajuda na melhor compreensão, por exemplo, de uma relação de amizade e no elo da influência que se inicia na vida do outro. Tal ferramenta pode ajudar na implementação de programas de orientação e esclarecimento em diversas áreas (Moreira, 2017).

A presente pesquisa se utilizou de revisão narrativa, realizada no primeiro semestre de 2024, discutirá a temática da influência das redes sociais acerca da dependência química em três aspectos distintos, tendo como base a efetividade do alcance apresentado nas mídias sociais acerca da drogadição. Como fonte de coleta de dados foram utilizados artigos encontrados nos bancos de dados Pubmed e LILACS, publicados nos últimos 10 anos em português e inglês excluindo os que fugiam ao tema e os duplicados. A temática foi narrada sob três aspectos: As redes sociais como entretenimento dos jovens brasileiros; As letras musicais nos eventos sociais brasileiros; A legislação brasileira de controle da dependência química. Objetivou-se avaliar as influências das redes sociais acerca da dependência química no Brasil por meio de uma revisão narrativa.

AS REDES SOCIAIS COMO ENTRETENIMENTO DOS JOVENS BRASILEIROS

O avanço tecnológico propiciou transformações inesperadas para a sociedade, nas últimas décadas, apresentaram importância nos contextos sociais, políticos e econômicos. A internet foi uma das tecnologias causadoras da transformação do modo de vida das pessoas. Caracterizando-se por ser uma rede mundial com extensa capacidade de transmissão, possibilitando a propagação de informações, a interação e a colaboração entre indivíduos e computadores, sem haver a necessidade dos envolvidos compartilharem o mesmo espaço

físico. A internet faz parte do cotidiano adolescente, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), realizada em 2015, adolescentes na faixa etária entre 15 a 19 anos, constituem-se como o grupo de pessoas que mais acessam a rede com porcentagens equivalentes a 82,0% (Zimmer, 2020).

Na atualidade, têm-se demonstrado um impacto significativo em diversos aspectos da vida contemporânea, transformando não apenas a forma de comunicação, mas também de interação com o mundo ao redor. A capacidade de compartilhar informações em tempo real, os efeitos das redes sociais não se apresentam exclusivamente positivos, o uso excessivo dessas plataformas tem sido associado a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, em especial, entre os jovens. A pressão para manter uma presença *online* impecável e a constante comparação com as vidas aparentemente perfeitas dos outros podem conduzir a sentimentos de inadequação e baixa autoestima (Rosa *et al.*, 2021). Segundo dados do IBGE (2018), notou-se um aumento no número de usuários de forma exorbitante entre jovens com idade entre 18 e 24 anos, cerca de duas décadas desde o surgimento da internet.

Conforme Rosa *et al.* (2021) as redes sociais têm se tornado uma parte integral da vida dos jovens, entre as principais motivações para utilizá-las estão o aspecto relacional e emocional. Sendo a capacidade de manter contato com amigos, tanto próximos quanto distantes, uma das razões mais fortes para o uso dessas plataformas. A conectividade instantânea e a facilidade de comunicação proporcionam um meio eficiente para se manter atualizado acerca da vida social, eventos e acontecimentos importantes, criando um senso de comunidade e pertencimento. O reconhecimento pessoal, por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, oferecem uma validação podendo ser extremamente gratificante. Esta validação social frequentemente conduz os jovens a buscarem maneiras de se destacarem e, expressarem-se, seja por meio de fotos, vídeos ou textos, permitindo mostrar suas habilidades, interesses e até mesmo aspectos de sua vida pessoal que desejam compartilhar com o mundo.

Nesse contexto, as pessoas ficam abundantes de entusiasmo pelas informações que as redes sociais trazem. Conseqüentemente, elas se interessam por notícias nos jornais, músicas na rádio, espetáculos na televisão e palavras ditas por meio do telefone. Assim, o meio se torna a mensagem, moldando o conteúdo e a relação dos usuários, promovendo conteúdos diversos e recíproco, gerando ainda mais entusiasmo e adesão (Yin *et al.*, 2019). Algumas pesquisas

trazem dados demonstrando que os jovens buscam a necessidade de pertença entre eles e, de alguma maneira, concordam que o modelo ou os padrões de interação nas redes fomentam a inveja sob o corolário de “aparência de vida perfeita ou atmosfera de falsa felicidade”. A zona de sentido “Termômetro de si” revela que a comparação constante entre os usuários permeia a autoapresentação (*self-presentation*) nas redes e impacta diretamente a autoestima e o autoconceito dos jovens (Chua; Chang, 2016).

Rosa *et al.* (2021) relatam que o uso das redes se encontra caracterizado pela crise entre a intimidade e o isolamento. As virtudes predominantes desse momento, a fidelidade e o amor, o entusiasmo do viver conectado, o entrosamento e participação permanente no chamado mundo virtual das redes sociais, podendo se constituir em fonte de ansiedade e angústia, modificando os vínculos amorosos dos jovens na atualidade. Sob esse olhar, coincide que a hesitação vivida pelos jovens atualmente vai além do esperado acerca das tecnologias, corroborando com Erich Fromm (2017) que apontou como um dos maiores medos da humanidade: o medo da separação. A angústia da separação de seres queridos se revela uma experiência universal e atemporal, entretanto com o advento das redes sociais e a agilidade da comunicação digital, muitos podem acreditar que essa dor foi amenizada.

De fato, a possibilidade de manter contato constante, de ver e ouvir aqueles que se ama, mesmo à distância, traz um certo alívio. No entanto, essa conectividade incessante não elimina a necessidade intrínseca do ser humano de aprender a lidar com a ausência física e emocional. A dor da separação ainda existe, e a habilidade de enfrentá-la continua a ser um desafio vital. Para os jovens, ficar em casa num sábado à noite, coincide em permanecer sozinho por não ter sido favorecido pelas interações realizadas ou simplesmente optar em não participar da atividade proposta. Cogitando que ficar em casa remete em não estar com outras pessoas presencialmente, entende-se que existe algo mais importante em jogo, o medo de ficar sozinho, mesmo tendo a oportunidade de interagir pelas redes. Algo visto muito durante a pandemia da Covid-19, onde o isolamento foi exigido como medida preventiva necessária em diversos países. Diante disso, os jovens deixaram de ter a opção da saída no sábado à noite, aumentando gradativamente o uso e as interações pelas redes sociais (Rosa *et al.*, 2021).

As ferramentas mais utilizadas entre as redes sociais, são os jogos *online* e aplicativos de mensagens instantâneas. Os adolescentes entendem que a comunicação virtual possibilitou o uso de novas linguagens e criação de sites que

favorecem uma maior liberdade de expressão. Revelam que os diálogos realizados no meio virtual são tão intensos quanto em um encontro físico. O espaço virtual configurou-se como um laboratório social para a vida real, de modo que a internet passou a ser usada também como forma de superar dificuldades sociais, conflitos emocionais e timidez. Vale abordar que os adolescentes usuários da rede, reconhecem vantagens e desvantagens da internet. Como vantagens, foram mencionadas rapidez, economia, facilidade de conhecer pessoas, aumentar o número de amigos e não precisar estar presente no mesmo espaço físico. Já as desvantagens, foram a possibilidade de viciar, a falta do contato físico e os perigos ao navegar na rede, como exemplo, de conhecimento de pessoas maléficas que influenciam os jovens a adentrar no mundo das drogas (Zimmer, 2020).

O uso da internet de forma descontrolada em tempo, conteúdo e forma de acesso pelos adolescentes provoca prejuízo a atividades, como brincadeiras ao ar livre, práticas esportivas, socialização com animais domésticos e pessoas, atividades lúdicas, artísticas e educacionais, que pode ocasionar em prejuízos no desenvolvimento dessa criança ou adolescente. Em pesquisas científicas, em universidades de todo o mundo, se evidencia a relação entre o uso compulsivo da internet, assim como com os jogos eletrônicos e redes sociais, com diversas implicações humanas, resultando em déficit de atenção, dificuldade de concentração, diminuição de capacidade de memorização, o isolamento social, estímulo da sexualidade; manifestando-se em diversos comportamentos em adolescentes com condições sociais econômicas e culturais diversas (Zimmer, 2020).

O uso compulsivo da internet pelas crianças e adolescentes eclode em conflitos familiares, por ação do tempo dedicado à rede, fato que encaminha os pais a buscarem alternativas e métodos para controlar esse uso e evitar a compulsão. Entretanto, o acesso às plataformas digitais parece ser algo tranquilo entre o público infanto-juvenil, como observado, muitas das crianças e adolescentes alegam nunca, ou apenas raramente, discutirem com seus pais devido ao uso da internet. Cuidados em relação ao uso da internet se tornam essenciais para a preservação da integridade da criança e do adolescente. E, para isso, o controle parental se revela primordial, tendo seu conceito basicamente por ser um conjunto de recursos que dá aos pais ou responsável a possibilidade de restringir as ações dos menores de idade na internet, sendo estabelecido no Art. 29º da Lei nº. 12.965 de 23 de abril de 2014, ao qual estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet do Brasil (Zimmer, 2020).

AS LETRAS MUSICAIS NOS EVENTOS SOCIAIS BRASILEIROS

O ser humano por meio dos séculos sempre necessitou de comunicação, ficando comprovada a necessidade humana dos sons para tal aparato, que consequentemente se deu por intermédio da história com a musicalidade. Dessa forma, percebeu-se que a musicalidade sempre esteve presente na vida das pessoas, mesmo que de maneira involuntária, consegue influenciar nas ações e pensamentos do ouvinte. Além desse interesse de conhecer o que a música causa para com nossos comportamentos, mostra-se fundamental procurar relacionar o som emitido com as ações e até mesmo problemas causados no cotidiano, tornando-se danosos à nossa mente e corpo. Além disso, a música fala diretamente ao sistema límbico do cérebro, região responsável pelas emoções, pela motivação e pela afetividade, contribuindo para a socialização e até mesmo aumentando a produção de endorfina. Por isso, pode ser usada no controle à depressão, ao estresse, à ansiedade, no alívio dos sintomas de doenças como hipertensão e câncer, e no tratamento de pacientes com dores crônicas. Esse quadro conduz a reflexão acerca da influência da música (Júnior *et al.*, 2017).

A música tem o poder de ser decisiva na vida de uma pessoa, podendo ajudá-la a desenvolver habilidades e controles muito importantes. Além disso, um jovem ligado à musicalidade desenvolve interesse e apreço pela cultura e arte, valores que estão escassos atualmente, e colaboram para o enriquecimento cultural do país. Também na formação intelectual, porque, além de um dom, a música se nota como um estudo (Rosa *et al.*, 2014). Os jovens querem ser reconhecidos por sua personalidade, fazem questão de mostrar quem são. A bagagem cultural se mostra importante nesse aspecto, pois nesse caso, a cultura estará em constante renovação, já que as gerações apresentam características diferentes. E o estudo da música contribui para o enriquecimento do saber e da formação cultural pessoal (Rosa *et al.*, 2014).

A música integra a vida do ser humano, descrevendo e, ao mesmo tempo, retratando suas emoções, sendo entendida como uma manifestação estética capaz de expressar sentimentos mediante sons combinados de forma quase matemática e harmônica. Vale lembrar, também, que a música como manifestação cultural, varia de cultura para cultura. Estudada por filósofos e musicistas, a música constitui um forte veículo de comunicação entre o concertista e a plateia. Seja qual for o seu propósito, a música sempre fará parte da experiência humana, refletindo suas emoções e atuando em nossa percepção sensorial

(Florêncio, 2016). Consumidores das músicas em questão, configurando-se, principalmente como os adolescentes, identificam-se com as mensagens propostas e sentem-se acolhidos por elas.

Mesmo frente a essa realidade benéfica, já que a música passa a se apresentar como um conforto emocional, ainda se enfrenta a falta de conhecimento por parte da esfera adulta quanto ao papel tomado por ela. Com isso, a marginalização dos objetivos de consumo vindos da internet, como mencionados anteriormente, ocorre, por consequência, pela falta de informação de certas esferas sociais (Pessoa *et al.*, 2021). Observa-se nas músicas, em especial, as escutadas por jovens, o chamamento para consumo de bebidas alcoólicas, pornografia e jogos. A ausência de diálogo em família ou grupos de jovens inseridos em espaços ricos em acolhimento pode gerar no indivíduo a sensação de vivenciar o declarado pela música, sempre convidativas ao consumo ou aumento do uso. Assim, seja pela alegria, descontração ou relato de perdas de amores vividos ou esperançosos de serem abraçados.

O brega funk se apresenta como um dos ritmos musicais que está em uma constante crescente, fazendo-se de uma mesclagem entre dois ritmos que são comuns nas periferias: o brega e o funk. Mesmo emergindo de regiões marginalizadas da sociedade, revelam-se como ritmos que fazem sucesso e conseguem se destacar na mídia digital. A totalidade do sucesso dos MCs e dos trabalhos realizados por eles se dá por meio de divulgações, principalmente em sua comunidade, de maneira que chamam a atenção de toda a sociedade, corroborando para o sucesso dos artistas que contribuem para a expansão do gênero brega funk. Por mais que seja uma vertente criada e disseminada por pessoas com um poder aquisitivo baixo, o brega funk chega a emplacar grandes sucessos nacionais.

O brega funk nasce a partir da ligação entre o funk do Rio de Janeiro e o brega do Recife e suas letras estão sempre voltadas à ostentação, ao ego masculino, incentivo a drogas e à vida do crime, transparece de vidas que, na realidade, não são reais. Assim, o gênero brega funk foi se popularizando nacionalmente por ter um ritmo dançante e por invadir variados âmbitos sociais (Júnior, 2023). A visibilidade de classes menos favorecidas se evidencia dando espaço a uma nova cultura. Pessoas que sonhavam em estarem nas paradas de sucesso vêm a concretização desses sonhos por meio do brega funk. A musicalidade também se mostra como um importante fator para que o sucesso seja alto. Seu ritmo dançante faz com que o sucesso cresça cada vez mais, principalmente entre os jovens. Além disso, a juventude busca, hoje, por meio dessa

nova musicalidade, uma mudança de vida ou a concretização de um prazer imediato, trazendo percepções que a música pode beneficiar malefício à vida do indivíduo (Júnior, 2023).

A dependência das substâncias pode ser classificada como uma adição a uma substância que causa alterações psicológicas. Visto que as drogas não são todas iguais e causam efeitos diversos, a dependência vai variar de acordo com a substância ingerida, a quantidade, as propriedades farmacológicas da substância, as características psicológicas da pessoa que consome e o meio social que a envolve. Esta dependência pode ser caracterizada, no ser humano, como um grande desejo para consumir a substância em quantidades cada vez maiores e com um consumo cada vez mais frequente, muitas vezes para terem a sensação de que com o consumo conseguem ultrapassar os problemas do dia a dia. Estudos mostram que os jovens experimentam substâncias psicoativas por influências de colegas, muitas vezes disseminadas pelas redes sociais, as quais experimentam por razões de curiosidade que os efeitos causam e por problemas pessoais (CUF, 2017).

A grande dificuldade em deixar de consumir, a necessidade de manter sempre uma reserva da substância, um gasto descontrolado de dinheiro que muitas das vezes não têm, e usualmente comportamentos de risco quando estão sob o efeito de drogas, representam também características associadas à dependência. A CUF (2017), refere ainda que em adolescentes por vezes se mostra difícil diferenciar a dependência do consumo de drogas das diferenças comportamentais que ocorrem durante a fase juvenil. Desta forma, deve-se suspeitar de problemas relacionados com a dependência de drogas caso ocorram problemas na instituição de ensino do mesmo, sendo escola, curso ou faculdade, como por exemplo, faltas regulares associadas a um desinteresse e falta de empenho. Somando-se ainda, pouca energia, gasto exagerado de dinheiro e pouca preocupação com o seu aspecto. Pesquisas comprovam que a inserção de jovens ao meio musical e esportivo se apresentam como pontos fortes para os jovens não entrarem no mundo das drogas.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

No Brasil, atualmente, o modelo estabelecido durante a Reforma Psiquiátrica, utiliza-se para o tratamento da dependência química, abrangendo os aspectos médicos e biológicos, como também prioriza abordagens

psicoterapêuticas e psicossociais num contexto de tratamento ambulatorial, uma vez que o objetivo remete à reinserção social do usuário. Nos casos daqueles que não possuem apoio familiar, social e apresentam problemas psíquicos graves, a internação se faz necessária. Porém, seguindo a Resolução da Organização Mundial da Saúde e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, apenas em caso de surto ou para desintoxicação, por períodos curtos e sempre tentando uma abordagem, uma vez que pacientes que têm suas necessidades abordadas e profissionais empáticos conseguem alcançar melhores resultados.

Tal abordagem pode ser realizada pela equipe multiprofissional por meio da busca ativa, provida na Portaria nº 336/02 ou pelos profissionais que tendem a diminuir os danos daqueles que não mais residem com sua família (Novaes, 2014). A Lei nº 11.343 de 2006, amplamente reconhecida no âmbito do direito penal, representa um avanço em relação a legislações anteriores acerca do tema. Esta lei instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para prevenção do uso indevido, bem como para atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. As atividades realizadas para adquirir e promover a prevenção, de acordo com a lei, representam todas aquelas guiadas para a diminuição dos fatores de vulnerabilidade e riscos. Bem como, aquelas que proporcionam e fortalecem os fatores de proteção, já que o sistema por ela implantado se fundamenta nos problemas que conduzem ao uso de entorpecentes e não ao uso em si próprio.

A lei consegue avançar no tocante ao objetivo do tratamento, adequando-se às recomendações da Organização Mundial da Saúde. Assim, o objetivo final do tratamento pode ser tanto o “não uso”, o “retardamento do uso”, quanto à redução de riscos do uso de drogas, sempre pensando na reinserção do usuário na sociedade. O tratamento deve considerar as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que as Portarias que regem o sistema devem ser integradas ao SISNAD. A Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011, estabeleceu a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, bem como para aqueles com necessidades relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. Segundo essa Portaria, a rede de atenção psicossocial se mostra composta por diversos equipamentos

Sendo, (I) Atenção Básica em Saúde; (II) Atenção Psicossocial Especializada; (III) Atenção de Urgência e Emergência; (IV) Atenção Residencial de Caráter Transitório; (V) Atenção Hospitalar; (VI) Estratégias de Desinstitucionalização; e (VII) Reabilitação Psicossocial. A Portaria nº 148 do Ministério da Saúde, publicada em 2012 traz esclarecimentos concisos quanto à prevenção, tratamento e

delimitação dos danos e riscos provindos da utilização do consumo de drogas, expandindo o acesso ao tratamento hospitalar. Assim, as pessoas com sofrimento ou transtorno mental e necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas, no Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, estabelecida pela Portaria nº 3088/11, que instituiu incentivos financeiros de investimento e de custeio de internação, quando necessária, de curta duração, integrando a rede de atenção psicossocial, integrando as estratégias singulares de redução de danos.

A Portaria nº 148/12 dispõe, ainda, que as camas que serão destinadas ao tratamento de drogas para crianças e adolescentes deverão estar localizadas em locais próprio, resguardando-se o direito à permanência de acompanhante em tempo integral, de modo a impedir o isolamento do usuário de álcool e outras drogas da vida familiar. As Portarias nº 336/02 e 3088/11 estabelecem os CAPS, como serviços comunitários ambulatoriais, que apresentam o comprometimento de cuidar de pessoas com sofrimento mental e dependentes de drogas, em especial os graves e persistentes, em seu território de cobertura. Posto que, esse modelo de tratamento ambulatorial, mostra-se adequado para uma parcela considerável de pessoas, existindo casos em que tais recursos se mostram escassos, além de diversos municípios que sequer contam com tal estrutura após mais de dez anos de vigência da Lei e da Portaria que os instituiu.

Outro simplificador do tratamento, que evita internações desnecessárias, pode ser a Estratégia de Saúde da Família (ESF) em comunidades com marcante vulnerabilidade social, como as periferias das cidades brasileiras, grandes ou pequenas. Entretanto, a falta de estrutura e o desprezo, até mesmo dos agentes da ESF, atrapalham o processo de trabalho e muitas dessas ações sequer incluem a atenção ao uso de álcool e outras drogas. O caimento dos danos, por sua vez, apresenta-se como uma via que deve ser considerada, tendo em vista que alguns seres não conseguem se manter sóbrios em tratamento ambulatorial e apresentam comportamentos que geram risco à sociedade e à sua integridade física e/ou mental. Ficando demonstrado o motivo pelo qual se explica a Lei nº 11.343/2006 e a Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011, retratando como medida de atenção, dentre outras atividades, aquelas que visem a redução dos riscos e dos danos sociais à saúde oriundos do uso de drogas.

A redução de danos importa, até mais do que a abstinência, a redução dos efeitos prejudiciais do uso, sem esquecer a possibilidade do usuário parar definitivamente de consumir drogas (Moreira; Haiek; Silveira, 2013). O tratamento

envolve a redução do consumo e, em alguns casos, a substituição de uma droga por outra, mesmo que esta seja ilícita. No entanto, devido ao pânico em torno do crack, a abordagem de redução de danos vem sendo substituída por ações imediatistas que, paradoxalmente, contradizem o propósito dos CAPS. Um exemplo disso, revela-se pela criação de novos leitos em comunidades terapêuticas e hospitais especializados, por períodos relativamente longos, conforme previsto no “Plano Crack”, contrariando a declaração conjunta de várias agências da ONU, emitida em março de 2012.

A declaração solicita aos Estados membros da ONU que encerrem os centros de detenção e reabilitação voltados ao tratamento de dependentes químicos, substituindo-os por serviços de cuidados à saúde comunitários e voluntários, que respeitem os princípios dos direitos humanos. A declaração também destaca a ausência de evidências acerca da eficácia de tratamentos realizados contra a vontade do paciente, ressaltando que tais práticas constituem uma clara violação dos direitos humanos, além das internações serem frequentemente realizadas sem o devido processo legal, por si ferindo esses direitos. Assim, uma interpretação mais abrangente, de forma a abarcar dispositivos Constitucionais e Tratados Internacionais, compatibilizando a norma existente na Portaria nº 3088 do Ministério da Saúde com os direitos fundamentais, impõe que a única possibilidade de internação em unidades de acolhimento, comunidades terapêuticas ou hospitais especializados seria de forma voluntária.

Na Portaria nº 121 estabelece que a Unidade de Acolhimento objetiva ofertar acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e familiar e necessitam de acompanhamento terapêutico e protetivo. O SUS se adequa à temática dos CAPS, priorizando a inclusão social e ao processo de tratamento em meio aberto, com a internação sendo considerada apenas como último meio, em casos excepcionais e exclusivamente para desintoxicação completa. É válido ressaltar que a decisão de espaços para reflexão acerca da dependência química e o seu tratamento devem ser dioturnamente discutido entre equipe multiprofissional, dependente químico e familiares do adicto, nos casos em que esses compareçam ou existam.

De outro modo, a legislação quanto a propagação de exaltação ao consumo de drogas nas redes sociais deveria ser mais explorada para benefício dos usuários. Em concordância com Rosa *et al.* (2021), existem algumas motivações

principais que levam os jovens a utilizarem as redes sociais sendo de ordem relacional e emocional. A primeira, refere-se ao fato de poder manter contato com amigos e a seguinte, por sua vez, ao reconhecimento pessoal e reforço da autoestima. Igualmente, a possibilidade de se expor e de demonstrar seus interesses, os quais constam como motivações para que eles desfrutem das mídias sociais. Por último, e não menos importante, a suposta proteção oferecida pelo ambiente virtual, pelo fato de poder se conectar independente das fronteiras de tempo e espaço, considerando-se também, as motivações relevantes para se tornar usuário das redes sociais.

Yin et al. (2019) relatam que as pessoas se sentem atraídas pela informação e pelo conteúdo que as redes sociais oferecem, sendo necessário, tornar-se imprescindível a observação da informação veiculada que pode conduzir a dependência de produtos que podem promover o adoecimento. Dessa forma, elas se interessam por notícias em jornais, músicas no rádio, programas de televisão e conversas telefônicas que podem conduzir a morbimortalidade. Como resultado, o meio virtual torna-se a mensagem real, moldando tanto o conteúdo quanto a relação dos usuários com ele. Os jovens gostam de ser reconhecidos por sua personalidade, fazem questão de mostrar quem realmente são. A bagagem cultural se revela importante nesse aspecto, pois nesse caso, a cultura estará em constante renovação, já que as gerações apresentam características distintas, porém não necessitam causar danos. O estudo da música contribui para o enriquecimento do saber e da formação cultural pessoal (Rosa et al., 2014).

A música se apresenta como parte integrante da vida humana, ao descrever e retratar as emoções, sendo reconhecida como uma manifestação estética capaz de expressar sentimentos (Florêncio, 2016). É importante destacar que, como manifestação cultural, a música varia entre diferentes culturas. Filósofos e músicos a estudam, reconhecendo-a como um poderoso meio de comunicação entre o artista e o público. Independentemente de seu propósito, a música sempre fará parte da experiência humana, refletindo emoções e influenciando nossa percepção sensorial. Pessoa et al. (2021) afirmam que os adolescentes, identificam-se com as mensagens propostas nas músicas e sentem-se acolhidos por elas, já que a música passa a se apresentar como um conforto emocional, devido a autocobrança dos padrões impostos pelas redes sociais.

Nesse sentido, contribuindo para o uso de substâncias psicoativas, gerando dependência química. Uma das substâncias psicoativas mais consumidas por crianças e adolescentes em todo o mundo se remete ao álcool,

sendo conseqüentemente um risco de desenvolvimento de sérios problemas de saúde, principalmente na evolução de transtornos mentais. Uma vivência em ambiente doméstico caótico e desestruturado, com pais usuários, com déficits na formação de vínculo emocional, dificuldade em desenvolver relacionamentos sociais e integração em grupos de usuários e/ou anormalidades comportamentais foram descritos como fatores de risco que aumentam muito a probabilidade de iniciação de uso e abuso na adolescência dessas substâncias (Barbosa *et al.*, 2024).

A Portaria nº 148/12 do Ministério da Saúde traz esclarecimentos a respeito da prevenção, tratamento e diminuição dos danos e riscos provenientes do uso de drogas, aumentando o acesso ao tratamento hospitalar, em hospitais gerais, às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades oriundas do uso de *crack*, álcool e outras drogas, como proposto na Portaria nº 3088/11, instituindo incentivos financeiros de investimento e de custeio de internação, quando necessária, de curta duração, integrando a rede de atenção psicossocial, incorporando as estratégias singulares na diminuição de danos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais se tornaram essenciais na vida moderna, conseguindo conectar o mundo por meio desse simples dispositivo ficando demonstrado que podem favorecer acesso a informações prejudiciais. Assim, mesmo diante dos benefícios que as redes vêm a oferecer, cresce cada vez mais a preocupação acerca do seu papel na disseminação do uso de substâncias, uma vez que seus usuários estão expostos a pontos positivos e negativos da rede. Observou-se a influência das redes sociais correlacionadas com a dependência química, uma vez, que as redes proporcionam entretenimento, principalmente, aos jovens com visualização da felicidade por meio de festas. A musicalidade influencia o sujeito ao uso de substâncias psicoativas, ficando demonstrado para as redes sociais o uso delas como algo natural em seu dia a dia. Sendo o álcool uma das substâncias psicoativas mais consumidas por crianças e adolescentes em todo o mundo.

Deste modo, observa-se a necessidade de um número maior de abordagens a respeito da utilização de redes sociais por crianças e adolescentes, devendo ser fiscalizados pelos seus responsáveis, para evitar futuras situações prejudiciais, como o consumo de drogas não prescritas. Soma-se ainda, a necessidade de palestras em ambientes escolares que tratem dos riscos

de exposições entre os jovens e de serem influenciados entre si. Faz-se indispensável uma fiscalização rigorosa da lei nº 14.592/11 retratando a proibição da venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão do consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 anos de idade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, W. B. *et al.* Dependência química em comorbidades psiquiátricas e psicológicas: causas de prevalências e seus efeitos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 243–261, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p243-261. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1603>.

BASTOS, F. I. P. M. *et al.* **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

CHUA, T. H.; CHANG, L. Follow me and like my beautiful selfies: Singapore teenage girls engagement in self-presentation and peer comparison on social media. **Computers in Human Behavior**, 55, 190-197. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.09.011>

FERREIRA, E. N. B. **A relação da dependência química nas redes sociais e das consequências psicológicas e ideológicas desse vício com o desemprego dos jovens adultos**. Trabalho de conclusão de curso Técnico em Administração no ano de 2023. Escola Técnica Estadual Benedito Storani. Jundiaí-SP

FLORÊNCIO, N. L. **A construção da identidade adolescente sob a influência da música em jovens integrante da banda em Redenção**. Monografia apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades no ano de 2016. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira de Fortaleza-CE.

FROMM, E. **El Arte de Amar**. North Charleston, SC, USA: Createspace Independent Publishing Platform, 2017. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c62c9d551093e4b8e9d9810a6d3bafff.pdf

IBGE/PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2018. Disponível em:

ISSA, J. S.; LOPES, G. M. Much more than cigarette smoking. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 40, p. 99-101, 2014.

MOREIRA, F. G., HAIEK, R., SILVEIRA, D. X. da. Redução de danos no Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes - proad. 2013. http://www.unifesp.br/dpsiq/proad/pdf/artigos/rd_proad.pdf>.

MOREIRA, R. **Redes sociais e seus impactos no comportamento humano**. Disponível em: <https://www.profissionaisti.com.br/2017/06/redes-sociais-e-seu-impacto-no-comportamento-humano/>.

NOVAES, P. S. O tratamento da dependência química e o ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 2, p. 342–356, jun. 2014.

PESSOA, C. J. *et al.* **Influência da música na formação psicossocial de jovens adolescentes do IFPB**. Monografia apresentado ao curso técnico integrado ao ensino médio de instrumento musical no ano de 2021. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba campus João Pessoa-PB.

ROSA, G. M. D. S.; RAMOS, S. D. S. A Música como Beneficiadora nos Estudos e no **Desenvolvimento dos Jovens na Cidade de Lorena**. 55, 190-197. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.09.011>.

YIN, L. *et al.* **Networking sites addiction and FoMO: The mediating role of envy and the moderating role of need to belong**. *Current Psychology*. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12144-019-00344-4>.

INFORMAÇÕES ACERCA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM *SITES* DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS

Victor de Andrade Nascimento
Thalita Soares de Freitas
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

A dependência química se apresenta como doença caracterizada pelo uso descontrolado de uma ou mais substâncias que podem alterar o estado mental, sendo considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema social. O dependente químico acaba por não conseguir conter o vício, afetando sua vida psíquica, emocional, física e, em consequência, a vida social. As substâncias que atuam no sistema nervoso central, alterando a forma do indivíduo pensar, agir ou sentir, as chamadas drogas psicoativas. O dependente acaba utilizando pelos mais diversos fatores, indo desde uma simples curiosidade, até uma busca imediata de prazer ou alívio de sintomas. A maioria dos usuários desconhece ou desacredita no potencial dessas drogas em causar dependência química.

No entanto, faz-se importante mencionar que o termo “dependência química” se mostra mais utilizado para o consumo de drogas ilícitas, mas também pode ser relacionado ao consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e medicamentos, inclusive os calmantes, de larga utilização na atualidade no Brasil. A dependência pode começar a ser identificada quando a pessoa já não é mais capaz de resistir à vontade que se torna incontrollável de utilizar aquela

substância, tendo como exemplo o consumo de álcool ou comprimidos para insônia. No Brasil, a dependência química se faz presente em 6% da população brasileira, de acordo com dados de instituições públicas de ensino superior.

Apesar dos esforços dessas instituições em fornecer informações e programas de tratamento e prevenção para controlar a dependência química, o número de dependentes ainda se mantém inalterado. Dentre essas plataformas digitais encontradas em universidades e centros universitários se pode citar o Centro de Referência em Drogas e Vulnerabilidade Associadas (CRDVA), associado à universidade de Brasília, o Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) que se mantém conectado em diversas universidades do Brasil, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal de Goiás (UFG). Além disso, Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, enquanto plataformas digitais, presentes em instituições de ensino superior (IES) das regiões sul e sudeste do Brasil disponibilizam teses, dissertações e artigos acadêmicos acerca de dependência química em seus repositórios digitais.

Já, os Programas de Extensão Universitária, presentes na maioria das universidades brasileiras que podem se envolver com a comunidade para fornecer educação e serviços relacionados à dependência química, podendo os sites das universidades oferecerem informações acerca desses programas. As IES possuem um papel fundamental na pesquisa e no desenvolvimento de políticas de prevenção, tratamento e reabilitação acerca da dependência química. A maioria dessas instituições conta com profissionais qualificados em diversas áreas, como psicologia, medicina, assistência social e saúde pública, colaborando em estudos multidisciplinares, bem como, oferecendo espaços de discussão e conscientização, promovendo eventos, palestras e workshops que buscam educar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral acerca dos riscos do uso de substâncias psicoativas.

Diversas pesquisas realizadas em instituições também contribuem para melhoria dos métodos de intervenção e tratamento, aumentando a eficácia das abordagens adotadas. Em suma, as IES desempenham um papel crucial por meio da formação de profissionais capacitados e produção de conhecimento científico que embasa políticas públicas voltadas para controle da dependência química (Gauer, 2001; Raine, 2002). Por outro lado, o ponto negativo das instituições públicas de ensino superior em relação à dependência química pode ser a ausência de recursos adequados para lidar com essa questão de forma abrangente e eficaz. Muitas vezes, as universidades enfrentam limitações financeiras que dificultam a implementação de programas de prevenção, tratamento e

acompanhamento para estudantes e membros da comunidade acadêmica que sofrem com problemas relacionados ao uso de substâncias.

Além disso, a burocracia e a falta de integração entre os diferentes setores no âmbito das instituições podem prejudicar a coordenação de esforços e a implementação de políticas públicas coerentes e consistentes. Outro aspecto negativo é a possível estigmatização dos estudantes que enfrentam problemas com dependência química, o que pode dificultar sua busca por ajuda e apoio dentro do ambiente acadêmico. Em resumo, as instituições públicas de ensino superior podem enfrentar desafios significativos na abordagem da dependência química devido a questões como falta de recursos, burocracia e estigmatização (Gauer, 2001; Raine, 2002). As IES públicas devem manter informações em sites acerca da dependência química motivada pelo interesse em explorar o seu papel na abordagem da dependência química, um problema relevante e complexo que afeta a sociedade brasileira.

As IES têm um potencial significativo no tocante à dependência química dada a sua expertise acadêmica e recursos disponíveis. Além disso, a inclusão de informações provenientes de sites especializados permite uma abordagem abrangente, complementando os conhecimentos acadêmicos com dados e perspectivas da sociedade civil e organizações não governamentais. A revisão narrativa como abordagem metodológica intenciona contextualizar e integrar as informações disponíveis, explorando não apenas dados quantitativos, mas também considerando aspectos qualitativos e interpretativos. O objetivo do presente estudo foi analisar as informações acerca da dependência química em *sites* de instituições brasileiras de ensino superior públicas por meio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão narrativa, uma abordagem metodológica que permite uma análise ampla e descritiva da literatura existente acerca de um tema específico. A revisão narrativa se mostra adequada para fornecer uma visão geral detalhada do tema, identificar padrões, lacunas e variações nas práticas e informações disponíveis. A presente revisão narrativa realizada no primeiro semestre de 2024 incluiu artigos publicados no período de 2014 a 2023, buscando coletar informações mais recentes e relevantes acerca das informações acerca da dependência química em *sites* de instituições brasileiras de ensino superior públicas dependência química. A

busca de artigos foi realizada nos bancos de dados PubMed, LILACS, MEDLINE e Scientific Eletronic Library (Scielo).

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram a publicação entre o período de 2014 a 2023; artigos que abordassem a dependência química em instituições de ensino superior públicas no Brasil; estudos que discutem programas de prevenção, tratamento e promoção da saúde relacionados à dependência química. Além disso, foram analisados, os próprios sites institucionais das universidades e institutos federais, como o da USP, Unicamp, UFRJ, UFSC e UFRGS para coletar informações diretamente das fontes primárias, sendo essenciais no desenvolvimento e produção do estudo apresentado. Os critérios de exclusão foram estudos que não ficassem especificamente em instituições de ensino superior públicas; publicações duplicadas ou que não apresentassem dados acerca da temática.

Os dados foram organizados e analisados em três aspectos principais: 1. Instituições de ensino superior públicas: Caracterizações das universidades federais, institutos federais e centros de educação tecnológica do Brasil; 2. Dependência química nos sites institucionais: avaliações da qualidade e quantidade de informações disponíveis acerca da prevenção, tratamento e recursos relacionados à dependência química; 3. Abordagens de controle da dependência química: Identificação das estratégias adotadas pelas instituições, como programas de prevenção e tratamento.

Foram também analisados e introduzidos ao presente texto os artigos “Por um sorriso sem drogas: A realidade de apoio em Campos de Goytacazes” e “Jovens em situação de dependência química: Reflexões sobre o papel da escola, e de seus direitos”. Estes envolvendo informações a partir de sites das universidades públicas brasileiras como Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo sido essenciais para o desenvolvimento do estudo, em vista que ambos destacam a prevenção do uso de drogas e controle da dependência química em instituições de ensino superior brasileiras.

Instituições de ensino superior públicas: Caracterizações das universidades federais, institutos federais e centros de educação tecnológica do Brasil

No Brasil, as instituições de ensino superior públicas são compostas por 69 Universidades Federais, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia (IFs), e vários Centros Federais de Ensino que foram transformados em Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008. Estas instituições estão estrategicamente distribuídas por todo o território nacional, garantindo acesso à educação superior em diversas regiões e promovendo o desenvolvimento regional. Essa distribuição representa uma estratégia para descentralizar a oferta de ensino superior, contribuindo para a inclusão social e regional. As Universidades Federais se encontram regidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e Lei nº 12.772/2012, que organiza a carreira dos servidores técnico-administrativos.

A Lei nº 11.892/2008 representa a principal legislação que regulamenta os Institutos Federais e os Centros Federais de Tecnologia (Cefets). Esta legislação estabelece as diretrizes para criação, organização e funcionamento dessas instituições, definindo suas competências e responsabilidades. As Universidades Federais têm várias responsabilidades que abrangem ensino, pesquisa e extensão. No ensino, elas oferecem cursos de graduação e programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, formando profissionais qualificados. Na pesquisa, as universidades desenvolvem estudos avançados que contribuem para o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Em extensão, estas realizam atividades que promovem a interação com a comunidade, como programas de educação continuada e projetos comunitários.

Os Institutos Federais (IFs) focam na educação profissional e tecnológica. Eles oferecem cursos técnicos de nível médio, graduação tecnológica, bacharelados e licenciaturas, além de programas de pós-graduação. A pesquisa nos IFs se apresenta orientada para solução de problemas práticos e inovação tecnológica, em estreita colaboração com o setor produtivo. As atividades de extensão voltadas para desenvolvimento regional e local, transferindo tecnologias e conhecimentos para comunidade (Gauer, 2001; Raine, 2002). As IESs no Brasil desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educacional e socioeconômico do país. As Universidades Federais representam centros de excelências oferecendo educação de alta qualidade e promovendo pesquisas avançadas.

As Universidades contribuem de forma significativa para formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento e avanço científico/tecnológico do país. Os Institutos Federais, por sua vez, mostram-se cruciais para educação profissional e tecnológica, preenchendo uma lacuna importante ao oferecer cursos que atendem diretamente às demandas do mercado de trabalho e promovem a inovação tecnológica. A pesquisa aplicada desenvolvida

nos IFs tem um impacto direto na indústria e na sociedade, ajudando a resolver problemas práticos e a melhorar a competitividade do país (Gauer, 2001; Raine, 2002). Embora desempenhem papéis essenciais, essas instituições enfrentam vários desafios, dentre eles, o financiamento adequado, sendo uma preocupação constante tendo em vista muitas vezes os recursos disponibilizados pelo governo se tornarem insuficientes para atender a todas as demandas.

A gestão eficiente e a necessidade de modernização constante também se mostram como desafios importantes. Além disso, a autonomia administrativa e financeira dessas instituições, garantida pela Constituição, precisa ser respeitada para que possam operar de maneira eficaz e inovadora. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão se apresenta como característica distintiva das instituições de ensino superior públicas brasileiras. Este modelo holístico de educação se torna fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável do país (Soares; Almeida-Filho; Coutinho; Mari, 2004).

A interação entre essas três áreas permite que o conhecimento produzido nas universidades e institutos seja transferido para a sociedade de maneira eficaz, gerando benefícios sociais e econômicos significativos. A distribuição geográfica das instituições de ensino superior públicas tem um impacto positivo no desenvolvimento regional. Ao oferecer educação superior de qualidade em diversas regiões do país, essas instituições promovem a inclusão social e reduzem as desigualdades regionais. Elas também atuam como catalisadoras do desenvolvimento econômico local, formando profissionais qualificados que podem contribuir para o crescimento das economias regionais (Soares; Almeida-Filho; Coutinho; Mari, 2004).

As atividades de extensão universitária desempenham um papel crucial ao conectar as IESs com a comunidade. Programas de extensão, como projetos comunitários e programas de educação continuada, permitem que as universidades e institutos compartilhem seus conhecimentos e tecnologias com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Acresce-se, o enriquecimento na formação dos estudantes, oportunizando-os aplicar seus conhecimentos em situações práticas. Essas instituições funcionam, também, como motores de inovação, fator chave para a competitividade do Brasil no cenário global, e desenvolvimento tecnológico, pesquisas realizadas nessas instituições frequentemente resultando em novas tecnologias e processos que podem ser aplicados na indústria e na sociedade (Lourenço, 2001).

Dependência química nos sites institucionais: avaliações da qualidade e quantidade de informações disponíveis acerca da prevenção, tratamento e recursos relacionados à dependência química

Uma análise preliminar dos sites de diversas instituições públicas de ensino superior brasileiras revelou uma variação significativa na acessibilidade e visibilidade das informações acerca da dependência química. Algumas universidades possuem seções dedicadas à saúde e bem-estar dos estudantes, onde tópicos relacionados à dependência química se encontram abordados. Em contraste, outras instituições têm informações dispersas ou de difícil acesso. Por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) possuem portais de saúde bem estruturados, com seções específicas acerca de dependência química. Esses portais fornecem informações detalhadas no tocante à prevenção, identificação de sinais de dependência e orientações de onde buscar ajuda.

Por outro lado, algumas universidades federais menores ou localizadas em regiões menos desenvolvidas apresentam dificuldades em manter informações atualizadas e facilmente acessíveis acerca da dependência química em seus sites. A abrangência das informações também varia consideravelmente entre as instituições. Algumas universidades oferecem conteúdos abrangentes que incluem não apenas informações relativas aos riscos e efeitos da dependência química, mas também programas de apoio e reabilitação, além de links para recursos externos e parcerias com centros de tratamento. Outras instituições, no entanto, fornecem informações limitadas, muitas vezes restringindo-se a orientações gerais e contatos de serviços de saúde, sem detalhar programas específicos de apoio à dependência química.

A profundidade das informações se encontram variável, algumas instituições oferecendo recursos educacionais detalhados, incluindo artigos, vídeos educativos, depoimentos de especialistas e materiais de prevenção. Em contraste, várias instituições apresentam informações superficiais, não explorando de forma adequada a complexidade da dependência química ou os diversos aspectos do tratamento e reabilitação. Nestas, as informações se apresentam, frequentemente, genéricas e não atendem às necessidades específicas dos estudantes. Além das informações disponibilizadas online, várias universidades desenvolvem programas e iniciativas específicas para controlar a dependência química, essas universidades implementaram programas de apoio psicológico

e grupos de apoio para estudantes que enfrentam problemas de dependência química (Lourengo, 2001).

Os programas retromencionados incluem desde atendimentos individuais até grupos terapêuticos e campanhas de conscientização. No entanto, a divulgação e a visibilidade desses programas nos sites das instituições nem sempre se apresentam adequadas, podendo limitar o acesso dos estudantes aos recursos disponíveis. A acessibilidade e visibilidade das informações acerca da dependência química se mostram fundamentais para que estudantes possam encontrar ajuda e apoio de forma rápida e eficiente. Instituições que oferecem informações facilmente acessíveis e bem organizadas contribuem significativamente para prevenção e tratamento da dependência química, sendo capazes de oferecer um suporte mais efetivo, ajudando a identificar precocemente casos de dependência e direcionar os estudantes para os recursos apropriados (Laranjeira et al., 2005; Lavine, 1997; Moraes, 2001).

A falta de acessibilidade, por outro lado, pode levar ao agravamento dos problemas de dependência entre os estudantes, devido à dificuldade em encontrar informações e apoio. A dependência química enquanto questão complexa que exige uma abordagem multifacetada exige facilidade de acesso a informações disponíveis nos sites das instituições de ensino superior. Estas devendo ser abrangentes e profundas, abordando não apenas os aspectos básicos da dependência, mas também oferecendo recursos educativos, programas de apoio e informações acerca do tratamento e reabilitação. As Instituições que fornecem informações detalhadas e diversificadas se mostram mais eficazes em ajudar os estudantes a entenderem os riscos da dependência química, reconhecerem sinais de alerta e procurarem ajuda (Laranjeira et al., 2005; Lavine, 1997; Moraes, 2001).

A presença de conteúdos educativos, depoimentos e materiais de prevenção pode desempenhar papel crucial na conscientização e na redução dos casos de dependência. Os programas e iniciativas desenvolvidos pelas universidades se mostram essenciais para o apoio aos estudantes com problemas de dependência química. Esses programas, quando bem implementados e divulgados, podem oferecer um suporte valioso, ajudando aos estudantes a superarem a dependência e a se reintegrarem plenamente ao ambiente acadêmico e social. No entanto, a eficácia desses programas depende não apenas de sua qualidade, mas também de sua visibilidade. É crucial que as universidades façam um esforço contínuo para divulgação ampla desses recursos, garantindo que todos os estudantes tenham conhecimento das opções de apoio disponíveis.

Apesar dos esforços de várias instituições, ainda existem desafios significativos a serem superados. A heterogeneidade na qualidade e acessibilidade das informações relativa a dependência química nos sites das universidades brasileiras indica a necessidade de uma abordagem mais padronizada e sistemática. Recomenda-se que as instituições de ensino superior melhorem a acessibilidade das informações, criando seções dedicadas à saúde mental e dependência química, com links visíveis na página inicial dos sites. Além disso, aumentem a profundidade e abrangência dos conteúdos, ou seja, desenvolvam materiais educativos abrangentes e detalhados, incluindo artigos, vídeos, depoimentos e links para recursos externos.

Ademais, divulgar amplamente os programas e iniciativas assegura que todos os programas de apoio e reabilitação sejam bem divulgados, com informações claras de como os estudantes podem acessar esses recursos. E por fim, implementar avaliações contínuas, de forma regular dos conteúdos e programas disponíveis, buscando retorno dos estudantes para melhorar continuamente a eficácia do apoio oferecido. Nesse contexto, faz-se necessária a apresentação em eventos científicos e culturais da temática dependência química no âmbito das instituições de ensino públicas e proporcionar reflexão acerca das decisões e desilusões no tocante à iniciação ao consumo recreativo de substâncias psicoativas (Laranjeira et al., 2005; Lavine, 1997; Moraes, 2001).

Abordagens do controle da dependência química: Identificação das estratégias adotadas pelas instituições, como programas de prevenção e recursos para tratamento

As estratégias de prevenção da dependência química em instituições de ensino superior frequentemente envolvem programas educativos que visam aumentar a conscientização acerca dos riscos associados ao uso de substâncias. Algumas universidades e Centros de ensino implementam palestras, *workshops* e campanhas de informação que buscam educar os estudantes com relação as consequências do uso de drogas e álcool. Algumas instituições têm integrado conteúdos relativos à prevenção de dependência química diretamente em seus currículos, incluindo disciplinas específicas ou módulos no âmbito de cursos relacionados à saúde, psicologia e ciências sociais. Dessa forma, algumas instituições incorporam discussões no tocante à saúde mental e uso de substâncias em seus programas de graduação, proporcionando uma abordagem preventiva

mais profunda e educativa (Corsi, 1997; Kristensen et al., 2003; Niehoff, 1999; Rasia-Filho, Giovenardi & Almeida, 2008).

Nesse sentido, muitas universidades têm estabelecido Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) que oferecem suporte especializado para estudantes com problemas de dependência química. Esses centros proporcionam tratamento multidisciplinar, incluindo apoio psicológico, psiquiátrico e social. As universidades brasileiras como a UFRJ, UFRGS e UFBA possuem um CAPS que oferece atendimento personalizado, terapias individuais e em grupo, e programas de reabilitação. Além dos CAPS, universidades oferecem serviços de aconselhamento e terapia para estudantes, como exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disponibiliza serviços de aconselhamento psicológico que incluem sessões individuais e em grupo, orientações acerca das estratégias de enfrentamento e apoio contínuo para estudantes em recuperação (Carlini; Galduróz; Noto & Nappo, 2006).

Algumas instituições do Nordeste do Brasil desenvolveram programas de reabilitação que combinam tratamento médico, terapias complementares e suporte social. Esses programas se encontram projetados para ajudar os estudantes a superarem a dependência e se reintegrarem plenamente no ambiente acadêmico. Grupos de apoio estudantil se apresentam como outra abordagem eficaz no controle da dependência química. As universidades e centros de ensino organizam grupos onde estudantes podem compartilhar experiências, oferecer suporte mútuo e desenvolver redes de apoio. Esses grupos muitas vezes se baseiam em princípios de autoajuda e podem ser facilitados por profissionais de saúde mental (Carlini; Galduróz; Noto & Nappo, 2006).

No tocante ao advento das tecnologias digitais, instituições têm explorado redes de suporte *online*. Plataformas digitais e fóruns de discussão permitem que estudantes se conectem, anonimamente, compartilhando suas experiências e obtendo apoio. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, tem investido em plataformas digitais para promover discussões seguras e privadas acerca da dependência química. Os programas educativos e de conscientização têm se mostrado eficazes na redução do uso de substâncias entre estudantes universitários. A integração de conteúdos preventivos no currículo acadêmico proporciona uma base sólida de conhecimento relativas aos riscos da dependência química e capacita os estudantes a fazerem escolhas. No entanto, a efetividade desses programas depende da qualidade do conteúdo e da forma como é apresentado (Gostin, 2008).

Apesar dos benefícios, a implementação de programas preventivos enfrenta desafios significativos. Nesse contexto, a ausência de recursos financeiros e humanos pode limitar a abrangência e a profundidade desses programas, além disso, a resistência dos estudantes e a estigmatização associada ao tema podendo dificultar a participação ativa. As Instituições precisam encontrar maneiras de tornar esses programas mais atraentes e acessíveis, potencialmente por meio de tecnologias digitais e métodos interativos (Enoch, 2003; Guareschi et al., 2006). Os centros de atendimento psicossocial (CAPS) têm demonstrado sucesso significativo no tratamento da dependência química, em especial, quando adotam uma abordagem multidisciplinar. A combinação de apoio psicológico, psiquiátrico e social oferece um tratamento holístico que atende às diversas necessidades dos estudantes.

A experiência das instituições públicas de ensino superior, com seu CAPS, mostra que um tratamento personalizado e integrado pode melhorar significativamente os resultados de reabilitação. O aconselhamento e a terapia se apresentam como componentes essenciais dos programas de tratamento. Assim, os serviços de aconselhamento eficazes, proporcionam um espaço seguro para os estudantes explorarem suas dificuldades e desenvolverem estratégias de enfrentamento. A terapia de grupo, em particular, pode ajudar a reduzir o isolamento e promover a solidariedade entre os participantes. Os grupos de apoio estudantil oferecem um ambiente de compreensão e suporte mútuo, fundamental para recuperação. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem demonstrado que esses grupos não apenas auxiliam na recuperação, mas também promovem um senso de comunidade e pertencimento (Andrade; Gorenstein, 2001; Badawy, 2003; Coopersmith, 1989).

O apoio entre pares pode ser um fator decisivo para motivação contínua e a prevenção de recaídas (Andrade; Gorenstein, 2001; Badawy, 2003; Coopersmith, 1989). Além disso, as redes de suporte *online* se apresentam como uma inovação que tem o potencial de complementar as abordagens tradicionais. As plataformas digitais proporcionam anonimato e conveniência, permitindo que estudantes busquem ajuda sem medo de estigmatização. No entanto, a eficácia dessas redes depende da moderação adequada e da qualidade das interações, mantendo a sustentabilidade dos programas de prevenção e tratamento como desafio constante. As universidades precisam garantir financiamento contínuo e recursos adequados para manter esses programas operacionais, onde as parcerias com organizações externas e a busca

por financiamento governamental ou privado podem ser soluções viáveis (Andrade; Gorenstein, 2001; Badawy, 2003; Coopersmith, 1989).

A capacitação contínua de profissionais de saúde mental e facilitadores de grupos de apoio se mostra crucial para o sucesso das abordagens de controle da dependência química. Nesse sentido, investir na formação e atualização desses profissionais garante que estudantes recebam o melhor atendimento possível como retorno da capacitação contínua de profissionais de saúde mental e facilitadores de grupos de apoio. Torna-se crucial para o sucesso das abordagens de controle da dependência química investir na formação e atualização desses profissionais garantindo que estudantes recebam o melhor atendimento possível (Corsi, 1997; Kristensen et al., 2003; Niehoff, 1999; Rasia-Filho; Giovenardi; Almeida, 2008).

CONCLUSÃO

As informações acerca da dependência química em *sites* de instituições brasileiras de ensino superior públicas se mostram fundamentais para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país. Regidas por leis específicas, essas instituições têm responsabilidades que abrangem desde a formação de profissionais qualificados até a pesquisa científica e a inovação tecnológica. As instituições de ensino superior públicas no Brasil, incluindo Universidades Federais, Institutos Federais e Centros de Ensino superior, cuja distribuição geográfica contribui para inclusão social e o desenvolvimento regional, enquanto a articulação entre ensino, pesquisa e extensão promove uma educação holística fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável.

A continuidade e o fortalecimento dessas instituições se apresentam essenciais para o progresso socioeconômico do Brasil por desempenharem um papel crucial na abordagem da dependência química entre os estudantes e comunidade em geral. Embora algumas universidades se destaquem por fornecer informações acessíveis, abrangentes e profundas, outras ainda enfrentam desafios significativos nessa área. A melhoria contínua da acessibilidade e visibilidade das informações, bem como o desenvolvimento de programas de apoio eficazes, tornam-se essenciais para o enfrentamento da dependência química no ambiente universitário. Essas medidas não apenas ajudam a reduzir a incidência de dependência, mas também promovem um ambiente acadêmico mais saudável e inclusivo.

As abordagens de controle da dependência química em instituições de ensino superior brasileiras se apresentam de forma variadas e abrangem desde programas de prevenção até recursos de tratamento e grupos de apoio. A eficácia dessas estratégias depende da integração de métodos educativos, da disponibilidade de recursos de tratamento especializados e do fortalecimento das redes de suporte social. Embora existam desafios significativos, como a falta de recursos e a estigmatização, as instituições que investem em abordagens holísticas e integradas têm observado resultados positivos. A continuidade e a ampliação desses esforços se mostram essenciais para promoção a saúde e bem-estar dos estudantes, criando um ambiente acadêmico seguro e acolhedor. Ademais, com investimentos adequados, capacitação profissional e um compromisso contínuo com a redução do estigma, as universidades podem desempenhar um papel crucial no controle da dependência química.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, I., OLIVEIRA, M. S. (2011). A entrevista motivacional em adolescentes usuários de droga que cometeram ato infracional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 218-226.

DATTILIO M. F; FREEMAN A. Estratégias Cognitivo-Comportamentais de Intervenções de Crise. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2004. p. 114-31.

KUSNETZOFF, R. (1982). *As áreas do saber*. São Paulo: Cortez.

LARANJEIRA, R.; DUALIBI, S.; PINSKY, I. (2005). Álcool e violência: a psiquiatria e a saúde pública. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 27 (3), 176-177.

LOURENÇO, R. (2001). *Drogas e álcool prevenção e tratamento* São Paulo: Komedi.

MORAES, R. (2001). *Drogas e álcool prevenção e tratamento* São Paulo: Komedi.

NIEHOFF, D. (1999). *The biology of violence* Nova York: Free Press.

OLIVEIRA, A. (2003). *A violência e a criminalidade como entraves à Democratização da sociedade brasileira*.

SOARES, K., ALMEIDA-FILHO, N., COUTINHO, E., MARI, J. (2004). Sintomas depressivos entre os adolescentes e adultos de uma amostra populacional de três centros urbanos brasileiros: análise dos dados do Estudo Multicêntrico de Morbidade Psiquiátrica. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 26 (5), 218-224.

TAVARES, B.; BÉRIA, J.; LIMA, M. (2001). Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. *Revista de Saúde Pública*, 35 (2), 150-158.

CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA COMO DIREITO SOCIAL À SAÚDE

Débora Dantas de Oliveira
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

O controle da dependência química está diretamente vinculado ao direito social à saúde disposto na Constituição Federal. De acordo com a constituição federal de 1988, Art. 6º são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. O direito à saúde assegurado por lei enfrenta diversos impasses quanto à efetividade no controle da dependência química, tendo em vista que o vício em substâncias psicoativas é um problema de saúde pública que estimula a ocorrência de acidentes, agressão interpessoal, condutas de risco, distúrbios do sono, dependência física e psicológica (Eder, Silvio; Pantoja, Monique; et.al). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”.

O uso de drogas lícitas e ilícitas é definida na classificação internacional de doenças como (CID) F10 - “Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e CID 10 - F19 - “Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas” como patologias que podem agravar a condição do paciente e que, devido a gravidade e complicações, requer uma intervenção precoce (CID-10, 2007). O presente trabalho tem seus tópicos relacionados, os determinantes sociais influenciam

na adesão ou não adesão do uso das drogas, e são também potenciais para a mudança comportamental do drogadicto. Também retrata as consequências da persistência do uso na abordagem cognitiva e comportamental do indivíduo. A efetividade do direito à saúde abrange o indivíduo como um todo, sendo assegurado constitucionalmente e necessita ser exercido de modo efetivo pelos cidadãos. A dependência das substâncias psicoativas demonstra a necessidade de buscar estratégias e ampliar o conhecimento acerca da temática sendo um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil e no mundo.

O presente estudo de revisão narrativa acerca do controle da dependência química como direito social à saúde, realizado no primeiro semestre de 2024. Como fonte de dados foram utilizadas as bases de dados Pudmed e LILACS buscando os termos “dependência química “ e “direito social “; “saúde” e “drogadição”. Para a triagem e seleção dos estudos, os 20 artigos escolhidos foram publicados nos últimos 10 anos em português e inglês. Na presente pesquisa serão abordados aspectos da efetividade do direito social à saúde, revela-se como fator intrínseco ao controle do uso de drogas psicoativas. Os princípios básicos de vida que cercam o ser humano culminam na modulação comportamental frente a fatores que conduzem à dependência química. Faz-se necessária a menção a visão ampla de meios, individuais ou coletivos, para prevenção da adicção, promoção de saúde, tratamento e reinserção social. Objetivou-se investigar o controle da dependência química como direito social à saúde por meio de uma revisão narrativa.

Controle da dependência química na abordagem cognitiva e comportamental do indivíduo

A dependência química é descrita mundialmente nos transtornos psiquiátricos, como sendo uma doença crônica que acompanha o indivíduo durante toda a sua vida, mas que se combatida, é controlada (Pratta et al., 2009; Ribeiro; Laranjeira, 2012; Zaleski et al., 2006). O número de usuários dependentes químicos com diversos prejuízos a saúde física, cognitiva, psicológica, familiar e sociais nos últimos anos é crescente, sendo associada a criminalidade, enfraquecimento nos relacionamentos interpessoais e profissionais e baixo rendimento escolar (Beck et al., 2007; Corradi-Webster et al., 2009; Chalub, Telles, 2006; Fontanella, 2010, Lima, 2010; Ranzoni et al., 2010).

O consumo de drogas psicoativas interfere de maneira direta na fisiologia do sistema nervoso. Em 1964, a Organização Mundial de Saúde (OMS)

reconheceu que o uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas se caracteriza como uma dependência. Isso porque a pessoa dependente não consegue controlar o desenvolvimento da sua escolha, promovendo modificações clínicas em seu funcionamento cerebral (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2019). No tocante ao comportamento, há teorias que destrincham como ocorre a alteração comportamental, a teoria da sensibilização do incentivo coloca o controle do comportamento fora do indivíduo: estabelece que a exposição a estímulos associados à droga como a convivência familiar, o ciclo social em que o indivíduo está inserido, o contato físico estimulante ao uso, gera circuitos sensibilizados ao valor de incentivo desses estímulos, o que leva à auto-administração da droga.

Contudo, esse modelo se diferencia do comportamental, pois mesmo afirmando que esses estímulos adquirem seu valor de incentivo por processos de condicionamento, a causa do comportamento se atribui à sensibilização neural (Garcia; Miriam; Teresa; Maria, 2006). Sabendo que a dependência das drogas altera o desenvolvimento cognitivo e, como consequência, de mudar o comportamento do drogadicto em função do uso, faz-se necessário reconhecer como ocorrem essas disfunções. As drogas Depressoras – diminuem a atividade do cérebro, deixando o indivíduo “desligado”. Reduzem a tensão emocional, a atenção, a concentração, a memória e a capacidade intelectual. Podem produzir sonolência, embriaguez e até coma. As drogas depressoras como o álcool, os barbitúricos (soníferos), e ansiolíticos (tranquilizantes), os sedativos (calmantes), o ópio e a morfina, os xaropes e gotas para tosse, e os inalantes ou solventes (colas, tintas, removedores).

Estimulantes – aumentam a atividade do cérebro, fazendo com que a pessoa fique “ligada”, “elétrica”. As principais se apresentam como as anfetaminas, a nicotina, substância presente no cigarro e a cocaína, que geralmente inibem as sensações de fome, cansaço e sono, podendo produzir estados de excitação e aumento da ansiedade. Perturbadoras – também chamadas de alucinógenas, modificam a qualidade da atividade do cérebro, passando a funcionar de forma anormal. Alteram a percepção e o pensamento e produzem alucinações e delírios. As representantes desse grupo, a maconha, o ecstasy e o LSD 25 (Senado, 2006). A associação de duas ou mais drogas promove no comportamento do usuário a sonolência, apatia, depressão, confusão, desorientação, falta de coordenação, tremores, irritabilidade, agressividade, variação de humor, falta de memória, vertigens, atenção e reflexos diminuídos, náuseas e vômitos.

A excitação, anorexia, insônia, inquietação, confusão mental, agressividade, boca seca, dilatação de pupilas, alucinações, convulsões, visão

embaraçada, liberação das inibições, paranoia, descontrole verbal e fadiga. Hipertensão, idéias delirantes paranóides, destruição do septo nasal, hemorragia nasal e gengiva. Condições que afetam de modo direto o dependente químico e sua interação com a sociedade (Furg, 2016). Quanto ao tratamento, a duração do tratamento pode variar conforme o perfil psicológico do dependente e a gravidade da dependência química. Cada caso deve ser avaliado de acordo com as nuances da vida do paciente. Os principais tipos de tratamento para dependência química, inicialmente, a desintoxicação, fase inicial de todos os tipos de tratamento voltados para dependentes químicos. Consiste na ingestão de doses cada vez menores da substância causadora da dependência, os sintomas de abstinência tendem a ser frequentes e o comportamento do dependente muda temporariamente.

A substância não se retira do dependente de forma abrupta devido às complicações. A psicoterapia e acompanhamento psicológico se apresentam de suma importância durante o tratamento, devido a ajuda na estabilização mental, e o oferecimento de novas alternativas comportamentais que não trazem risco a vida do paciente, mas que atribui de modo positivo (Pimenta, 2021).

Efetividade do direito à saúde como fator preventivo a adicção

A Constituição Federal assegura no Art. 6º serem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988). O direito à saúde passou a ser assegurado constitucionalmente no Brasil em 1988, contemplando, além da universalidade do acesso, a equidade e a integralidade. Apesar de declarada como um direito constitucional, a população brasileira enfrenta desafios diversos para ter a saúde assegurada pelo Estado na amplitude do seu conteúdo (Brito; Falangola; Yoshimi, 2012).

Os direitos sociais do cidadão se revelam imprescindíveis para o regimento da sociedade, visto que a inviabilidade de um direito pode alterar a efetividade dos demais, em especial quando se trata do direito à saúde. Para analisar de fato o modo em que a saúde atua como direito de modo efetivo, faz-se necessário

entender os determinantes sociais do processo saúde-doença. O processo saúde-doença acontece ao longo da vida e se mostra influenciado pela lógica de produção econômica, pelos aspectos históricos, sociais, culturais e biológicos e forma como se entende a saúde e a doença e desenvolvimento científico da humanidade (Sabroza, 2007). Esse conceito foi essencial no senso crítico de saúde na América Latina na década de 1970, tendo como dois dos principais estudiosos Jaime Breilh, no Equador, e Sérgio Arouca, no Brasil.

Nesse sentido, revelou-se de suma importância para a fundação da saúde coletiva e a fundamentação do projeto de Reforma Sanitária brasileira que originou o Sistema Único de Saúde – SUS (Moreira, 2013). É possível observar como o ambiente afeta de modo direto a saúde do cidadão. No ano de 1947 a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, 1947). O primeiro tópico do artigo abordou a ideia da dependência química como um transtorno psiquiátrico que afeta a cognição e comportamento do adicto (CID-10.1990). Partindo desse fato, mostra-se necessário analisar o modo em que o direito à saúde foi implementado aos usuários de drogas psicoativas (Voronoski, 2013).

Precedente à reforma psiquiátrica brasileira, os indivíduos drogadictos recebiam tratamento relacionado à dependência por meio da internação hospitalar, juntamente a outros pacientes com os mais diversos transtornos mentais e recebiam o mesmo procedimento, a mesma conduta era aplicada para ambos sem analisar as necessidades específicas do paciente. O direito à saúde era promovido de modo ineficaz, a internação prolongada e o isolamento da comunidade durante as internações, ambiente inadequado devido a superlotação, tratamento agressivo e controverso como a terapia eletroconvulsiva (sem anestesia) e a lobotomia eram frequentemente utilizados. Além da falta de diagnósticos e tratamento específico sem uma abordagem multidisciplinar os pacientes sofriam por uma estigmatização e exclusão frequente (Voronoski, 2013).

Com o advento da luta antimanicomial, a reforma psiquiátrica no Brasil teve início nas décadas de 1970 e 1980, mas foi consolidada com a Lei nº 10.216, sancionada em 6 de abril de 2001. Essa reestruturação buscou questionar práticas antigas e promoveu uma abordagem mais humanizada e eficaz por meio da desinstitucionalização, conduzindo o tratamento a ambiente comunitário e ambulatorial, baseados em evidências científicas não invasivas, integração social garantindo o envolvimento em atividades que garantam autonomia e

dignidade por meio de um apoio multidisciplinar que envolve enfermeiros, cuidadores, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. Com a evolução no sistema de saúde, foi fundado os centros de atenção psicossociais baseados em políticas de redução de danos que buscam minimizar as consequências adversas do uso de substâncias psicoativas, sejam essas consequências sociais econômicas, ou da saúde do usuário (Voronoski, 2013).

Enquanto o modelo anterior era baseado na abstinência abrupta do uso de drogas, a reestruturação psiquiátrica o conceito da redução de danos, tornou-se possível ao usuário o controle do consumo da substância, benéfico na redução da resposta fisiológica agressiva a ausência da droga e, concomitantemente, trouxe a redução de leitos em hospitais psiquiátricos sendo outrora superlotados e em péssimas condições. Apesar da Lei nº 10.216/2001, também denominada de “Reforma Psiquiátrica”, a qual é prevista, nos artigos 4º e 6º e garante a possibilidade da internação compulsória mediante a apresentação de um exame médico detalhado, quando os serviços de saúde extra-hospitalares se tornam inaptos a atender as demandas do indivíduo drogadicto (Voronoski, 2013).

Desse modo, políticas de saúde que contemplam as necessidades do indivíduo se revelam necessárias, tornando o setor público protagonista na elaboração de políticas sociais e econômicas visando a prevenção de doenças, promoção da saúde, proteção e recuperação, sendo postas em práticas e constantemente atualizadas com base na literatura científica. Para que esse direito seja eficaz, o Estado deve exercer seu poder de modo que atenda a demanda do serviço prestado desde a atenção primária a saúde. Para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) deve haver investimento na contratação multiprofissional qualificada, com equipamentos e uma estrutura que abrigue de modo humanizado o usuário do serviço, como a disposição de veículo para a busca quando os determinantes sociais estão sendo estudados, fornecimento de medicamentos com bom armazenamento e validade.

Assim, também, leitos para internamento sejam eles públicos ou do setor privado, comunidades terapêuticas e todo serviço direcionado ao tratamento do uso de álcool e outras drogas. Desse modo, faz-se necessário observar os determinantes sociais que influenciam na adesão e dependência das substâncias psicoativas como também a eficácia da prestação de serviços para que o direito a saúde seja efetivo desde a prevenção ao tratamento (Voronoski, 2013). De fato, o direito à saúde demanda fator primordial na ida dos indivíduos sendo necessário para condições mínimas de sobrevivência.

Potencialidades para promoção de mudança comportamental de drogadictos

Os determinantes sociais se apresentam como fatores que estimulam a adesão ou não adesão das substâncias psicoativas prejudiciais ao organismo, pode-se analisar a educação, família, comunidade e religiosidade como potencialidades para promoção de mudança comportamental de drogadictos. A família continua sendo a principal fonte de apego, nutrição e socialização para os cidadãos em nossa sociedade atual. Cada família e cada membro da família se mostra afetado exclusivamente pelo indivíduo que usa substâncias, incluindo, mas não se limitando a, ter necessidades de desenvolvimento não atendidas, apego prejudicado, dificuldades econômicas, problemas legais, sofrimento emocional e, às vezes, violência sendo perpetrada contra ele ou ela. Para as crianças, também há um risco maior de desenvolver um transtorno de uso de substâncias (Zimic; Jakic, 2012).

Os estudos de famílias com SUDs revelam padrões que influenciam significativamente o desenvolvimento infantil e a probabilidade de uma criança lutar com problemas emocionais, comportamentais ou de uso de substâncias (SAMHSA, 2003). Os impactos negativos dos usuários de drogas na família incluem a interrupção do apego, rituais, papéis, rotinas, comunicação, vida social e finanças. As famílias nas quais há um drogadicto se mostram caracterizadas por um ambiente de segredo, perda, conflito, violência ou abuso, caos emocional, inversão de papéis e medo (Lande; Howsare; Byrne, 2013).

Essa prática influencia no comportamento dos familiares sendo um fator influenciador para o comportamento, a família tem papel fundamental e decisivo no comportamento do drogadicto, tanto na influência da adesão quanto a manutenção e suporte do abandono, quanto mais precoce for a intervenção, melhor os resultados (Lande; Howsare; Byrne, 2013). Já, mostram-se várias perspectivas da educação, como desempenho acadêmico, nível educacional e comportamentos escolares, têm sido associados ao uso de drogas e outros comportamentos antissociais. O desempenho escolar tem sido associado ao início do uso de drogas na adolescência (Johnston, 1973) e ao envolvimento com drogas após a graduação (Schulenberg et al., 1994).

O nível educacional, conforme indicado pelos anos de educação e pelo nível de educação, teve uma relação inversa consistente com o uso de drogas e problemas de uso de drogas (Agrawal et al., 2005; Brunswick, Titus, 1998; Crum, Anthony, 2000; Fothergill, Ensminger, 2006). A escola tem o papel

fundamental de promover educação em variados temas, sendo um deles o consumo de substâncias maléficas à saúde, tendo início na disciplina de biologia/ciências na sexta série. Estudos realizados nos Estados Unidos revelam que o nível educacional foi um fator-chave no desenvolvimento do risco para transtornos posteriores por uso de drogas. A influência do nível educacional no uso de substâncias e transtornos foi bem estabelecida (Agrawal et al., 2005; Brunswick, Titus, 1998; Lewis et al., 1985).

Foi comprovado que a escolaridade inferior ao ensino médio aumenta significativamente o risco de transtornos posteriores por uso de drogas, aumento de 3 a 4 vezes, quando comparado à obtenção de um diploma universitário. A educação fica demonstrado ser fundamental para a mudança comportamental do drogadicto, indicando que quanto maior a escolaridade menor as chances de consumo. A educação também se encontra citada como um cuidado interpessoal na teoria da enfermeira Hildegard Peplau, teórica referencia na saúde mental, criada em 1952. Esse conceito trazido por Peplau apresenta a fase de orientação que visa estabelecer uma relação inicial e criar um ambiente seguro, aplicando a adicção (Moraes et al., 1952), o enfermeiro cria um ambiente de confiança que seja possível para o paciente falar acerca do uso de substâncias, conhecendo as experiências do usuário e ajudando a reconhecer o problema sem impor julgamentos.

Na fase de identificação, o enfermeiro ajuda a explorar e reconhecer os efeitos das drogas na vida do usuário abrindo margem para discussão acerca de como o uso afeta a saúde, relações interpessoais e a vida cotidiana. Na fase de exploração, o enfermeiro apoia o paciente na busca de soluções e na tentativa de novos comportamentos. Isso pode incluir o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento, estratégias para evitar gatilhos para o uso de drogas e a implementação de planos de tratamento, como terapias e grupos de apoio. Na fase de resolução citada por Peplau, pode-se aplicar ao uso de entorpecentes ao oferecer apoio enquanto ele aplica as novas habilidades e estratégias para manter a abstinência e melhorar sua vida. A ênfase está na autonomia do paciente e no suporte contínuo para enfrentar desafios e manter a recuperação a longo prazo, oferecendo alternativas.

O enfermeiro atua na educação continuada, sendo um facilitador e estrategista no apoio emocional do paciente, confirmando a teoria de Hildegard Peplau quando enfatiza o desenvolvimento pessoal e autoeficácia como sendo produtos dessa relação interpessoal (Moraes et al., 1952). No tocante a espiritualidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu, em 22 de janeiro de

1998, que “saúde é um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. No qual, expôs a importância e a necessidade de abordar a temática como um aspecto imprescindível na saúde do indivíduo humano. A palavra “religião” deriva do latim religare, religar, voltar a ligar fazendo menção à carência humana pela conexão com o divino.

A ideia de que a saúde física e espiritual está diretamente ligada se encontra citada muito antes do conceito de saúde publicado pela OMS. A Bíblia Sagrada em seus escritos grego, hebraico e aramaico faz referência ao médico Lucas, Colossenses 4:14, relata o momento em que Jesus cura um paraplégico e antes de realizar a cura física, declara: “Os teus pecados são perdoados”. Isso ilustra a conexão entre o perdão dos pecados e a cura física, demonstrando que a saúde espiritual e a saúde física estão profundamente interligadas, Lucas 5:17-26. Como também, a Bíblia mostra a interação da saúde mental e a espiritual quando apresenta a prática das orações como uma forma de receber a paz de Deus que traz alívio para a ansiedade «Não andeis ansiosos de coisa alguma; antes, em tudo, sejam os vossos pedidos conhecidos diante de Deus, pela oração e súplica, com ações de graças. E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará os vossos corações e as vossas mentes em Cristo Jesus», Filipenses 4:6-7.

Sendo essa paz responsável pela mudança comportamental do indivíduo que passa a aderir boas práticas; “Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei”, Gálatas 5:22-23. É notório a importância dos ensinamentos de Jesus quanto a necessidade do cuidado da saúde espiritual, esses ensinamentos originaram o cristianismo, tendo forte influência no desenvolvimento de instituições de saúde ao longo da história. Desde os primeiros dias da Igreja Cristã, os princípios e ensinamentos cristãos influenciaram significativamente a criação de hospitais e outras instituições de cuidado, fato histórico citado no livro “The Healing of the Nations: A History of Medicine in the Christian Tradition” de Stott (2016).

Diversos teóricos relevantes no campo da enfermagem exibem perspectivas acerca da espiritualidade como Madeleine Leininger, Nola Pender e Jean Watson. Jean Watson, enfermeira e professora de enfermagem dos EUA, conceitua o cuidado transpessoal como algo que transcende o cuidado físico emocional, alcançando a dimensão espiritual do ser humano, promovendo a liberdade de interação do enfermeiro, gerando um espaço terapêutico efetivo

para transformação do paciente (Watson, 2012). Com o crescente número de usuários de drogas em todo país, tem aumentado o número de serviços que oferecem tratamento para esse tipo de paciente. Atualmente, o sistema de saúde público brasileiro (Sistema Único de Saúde - SUS), conta com Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad) para tratamento desses usuários, além desse serviço também existe atrelado ao SUS, as Comunidades Terapêuticas que até o ano de 2015, eram fiscalizadas apenas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No tocante às normas de higiene e segurança, somente a partir de 2015 com a Resolução 01 do Conselho Nacional de Políticas sobre as Drogas (CONAD), as Comunidades terapêuticas foram integradas ao sistema de saúde (Paula; Vasconcelos; Albuquerque, 2014). As comunidades terapêuticas, em sua maioria, fundadas e mantidas por instituições religiosas que oferecem um tratamento com base em aspectos religiosos/espirituais. A proposta de trabalho das comunidades terapêuticas leva o paciente a se adaptar ao contexto diferente daquele em que estava habituado, relacionando, assim, o trabalho, a disciplina, a religião e a espiritualidade como fatores indispensáveis no processo de recuperação (Fossi; Guareshi, 2015).

A maior parte das comunidades terapêuticas se encontra atrelada a alguma instituição religiosa e, em sua maioria, mantidas por igrejas evangélicas protestante, e a modalidade de tratamento empregada nestas, versa acerca da conversão do usuário ao protestantismo como uma das etapas do tratamento, dessa forma quando os usuários são questionados nos estudos a respeito de sua religião, a maioria deles se dizem adeptos do protestantismo (Laranjeira; Pinsky; Mitsuhiro, 2014; Negrão, 2008). Os familiares dos usuários de drogas psicoativas descrevem que o tratamento religioso e espiritual oferecido pelas comunidades terapêuticas se apresentam eficazes. Ademais, também relatam que a conversão a uma religião se torna um fator muito importante no tratamento, pois para eles, esse fato diminui a possibilidade de recaídas (Argiles; Willrich; Coimbra, 2013).

As práticas de espiritualidade e religiosidade entre pessoas que se encontram em sofrimento psíquico representam um alívio dos sentimentos de angústia ou solidão, estando em consonância com a literatura científica, pois a crença lhes dá força e confiança para enfrentar os momentos de dificuldade como fonte de apoio para contornar situações difíceis da vida. Como também possibilita a mudança comportamental, em virtude da adesão à religião estimulando alteração de atitudes, onde o indivíduo busca constante melhoria para si

e para o próximo, promovendo um ambiente harmonioso. Ao conectar-se com a fé, a prática de leitura e orações se mostram frequentes, motivando a busca por uma melhor interpretação textual e constante consulta com o manual de fé e prática para decisões e atitudes (Camatta et al., 2021).

De outro modo, o contexto ambiental ao qual o indivíduo está inserido desempenha um papel fundamental na compulsão por drogas de abuso, funcionando como um incentivo, revela um estudo que envolveu pesquisadores das universidades Federal de São Paulo (Unifesp), Federal do Espírito Santo (Ufes), Estadual de Santa Cruz (Uesc) e de Bristol (Inglaterra). O uso de drogas de abuso está inserido culturalmente nas comunidades, implicando em dificuldade no seu manejo, pela presença de tráfico, comercialização e fácil acesso a elas, tornando-se esta, uma condição social de risco para o uso de drogas de abuso (Reis; Uchimura; Oliveira, 2013). A forte influência do meio em que o cidadão vive pode proporcionar meios para a adesão do uso de drogas pela facilidade e incentivo. Sendo assim, também, uma potencialidade para promoção de mudança comportamental de drogaditos se a comunidade oferecer apoio e suporte para o abandono do uso.

Seguindo o modelo de Etiologia apresentado nos Padrões Internacionais de Prevenção ao Uso de Drogas, faz-se importante levar em consideração que fatores macro como pobreza, acesso limitado a cuidados de saúde, aceitação do uso de substâncias no ambiente social, juntamente com indicadores de nível micro como modelagem negativa de papéis, falta de envolvimento e monitoramento dos pais podem contribuir para o comportamento de risco entre os indivíduos (Pillai, 2021). Os aspectos supracitados podem ser vistos como determinantes sociais que potencializam a mudança comportamental do usuário de drogas.

CONCLUSÃO

O controle da dependência química como direito social à saúde carece de investimento, em especial no Sistema Único de Saúde do Brasil. As Políticas Públicas que abrangem os direitos sociais necessitam ser abraçadas pelo gestores públicos e os adictos acolhidos nos equipamentos de saúde, sejam esses com vínculo empresarial, social ou religioso. O fato determinante para iniciação ao uso está no meio ambiente, seja familiar, escolar ou social. Em contrapartida percebeu-se a proteção dos indivíduos provavelmente se ampara em famílias estruturadas, ambientes escolares com ensinamentos acerca do perigo das

drogas e cuidado com amizades. A efetividade do direito social à saúde em sentido amplo, revela-se como fator intrínseco ao controle do uso de drogas psicoativas não prescritas.

Os princípios básicos de vida que cercam o ser humano advindos dos responsáveis pela criação do indivíduo culminam na modulação comportamental frente a fatores que conduzem à dependência química. O controle da dependência química está diretamente vinculado ao direito social à saúde disposto na Constituição Federal do Brasil. Fazendo-se necessária visão ampla de meios, individuais ou coletivos, para prevenção da adicção, promoção de saúde, tratamento e reinserção social. A garantia da efetividade do direito à saúde na prevenção, promoção, tratamento e reinserção do adicto na sociedade. Soma-se ainda, fatores que propiciam ao indivíduo a mudança comportamental de modo positivo como a formação familiar, educação, religiosidade e interação com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA G. C; FERNANDES, I. F. A. L; CLARO, H. C; BOSKA, G. A, SILVA, J. C. M. C, OLIVEIRA, M. A. F. Preditores de problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas entre usuários em tratamento psicossocial. REME - Rev Min. Enferm. 2023[citado em]; 27:e-1514. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2023.41536>

BARBOSA, Diogo Jacintho, et al. "Representações Sociais Do Usuário de Drogas Para a Igreja Católica: As Implicações Para O Cuidado." *Rev. Enferm. UFPE on Line*, 2021, pp. [1-10], pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1146754. Accessed 25 Aug. 2024.

BARBOSA, Diogo Jacintho, et al. "Representações Sociais Do Usuário de Drogas Para a Igreja Católica: As Implicações Para O Cuidado." *Rev. Enferm. UFPE on Line*, 2021, pp. [1-10], pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1146754. Accessed 25 Aug. 2024.

BÜCHELE, F.; COELHO, E. B. S.; LINDNER, S. R. A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas. *Ciencia & saude coletiva*, v. 14, n. 1, p. 267–273, 2009.

CAMATTA, Márcio Wagner et al. "Spirituality and Religiosity Expressed by Relatives of Drug Users: Contributions to Health Care." **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. supl 3, 1 Jan. 2022, pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36074456/, <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0724>. Accessed 25 Aug. 2024.

COLVERO de Oliveira, Renata, et al. "Internações Por Transtornos Mentais E Comportamentais Devidos Ao Uso de Álcool No Brasil E Regiões: Análise de Tendência." **Revista do SUS**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, 32(1):e20211266, 2023.

CONSTITUIÇÃO, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2013, v. 5, n. 8, Jan.-Jun. p. 48-75.

DASILVA, S. Éder D.; FONSECA, M. P.; AY, Ueda; OLIVEIRA, M. A. F de, RODRIGUES, D. P.; RODRIGUES, D. M. Social representations of people with mental health problems resulting from the use of alcohol and other drugs / Representações sociais de pessoas com problemas de saúde mental decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) [Internet]. 29º de março de 2024 [citado 25º de agosto de 2024];16:e-12994. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12994>

FRANÇA GARCIA, Lucas. "Vista Do O Entendimento Da Dependência Química Por Pacientes Em Tratamento Em Uma Unidade de Internação Especializada." *Unicesumar.edu.br*, 2024, periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/11389/7488. Accessed 25 Aug. 2024.

GARCIA-MIJARES, M.; SILVA, M. T. A. Dependência de drogas. Psicologia USP, v. 17, n. 4, p. 213–240, 2006.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. Dependência química: Entenda as causas, consequências e sintomas deste transtorno. Disponível em: <<https://hospitalsantamonica.com.br/dependencia-quimica-entenda-as-causas-consequencias-e-sintomas-deste-transtorno/>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LEANDRO, Bianca Borges da Silva. DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA PELO OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE. Editora Fiocruz. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle>>. Acessado em: 23/08/2024.

MARCHETTI, Silvana Proença, et al. "Dificuldades No Cuidado Em Saúde Para as Pessoas Que Fazem Uso Problemático de Drogas: Uma Revisão Integrativa". *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 29, n. 3, 1 Jan. 2024, <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.17712022>. Accessed 15 Mar. 2024.

MELLO, L. C. de A., VANAZZI, B. M. dos R., LAZZARETTI, M. C. (2023). Experiências de Pessoas em Situação de Rua com o Uso de Substâncias Psicoativas: Um Estudo no Contexto do Distrito Federal. *Revista Polis E Psique*, 12(3), 237–261. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.122037>

MENEZES Mariana Siqueira; FARO, André. "Avaliação Da Relação Entre Eventos Traumáticos Infantis E Comportamentos Autolesivos Em Adolescentes". *SciELO*, v. 43, 1 Jan. 2023, <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247126>. Accessed 31 May 2023.

MORAES, L. M. P.; LOPES, M. V. de O.; BRAGA, V. A. B. Componentes funcionais da teoria de Peplau e sua confluência com o referencial de grupo. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, p. 228–233, 1 jun. 2006.

PIMENTA, T. Tratamento para dependência química: quais são os principais? Blog VittudeVittude, 21 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.vittude.com/blog/tratamento-para-dependencia-quimica-principais/>>. Acesso em: 12 jun. 2024

SIQUEIRA, Alessandra dos Santos et al. "Vista Do POLÍTICAS de DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DA APLICAÇÃO E IMPACTOS NO SISTEMA PRISIONAL de MATO GROSSO DO SUL." *Unipar.br*, 2024, revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/10940/5266. Accessed 25 Aug. 2024.

TEMPORAL, 2010-2020." *Revista Do Sus*, <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000100005>. Acesso 2 Maio 2023.

VINÍCIUS, Marcus. "Abordagem Cognitivo Comportamental Para Dependência Química - Clínica Jorge Jaber". *Clínica Jorge Jaber*, 12 Dec. 2017, clinicajorgejaber.com.br/novo/2017/12/abordagem-cognitivo-comportamental-para-dependencia-quimica-2/. Accessed 25 Aug. 2024.

COGNIÇÃO E COMPORTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS FRENTE À DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Juliana dos Santos Sousa
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem um papel fundamental para os indivíduos no mundo, uma vez que contribui para formação de sua identidade e permite que os indivíduos participem da vida social como elemento essencial para a saúde. Entretanto, atrelado a isso, na atualidade, o uso abusivo de drogas constitui um problema social e uma grande questão de saúde pública, acometendo, principalmente, os grupos mais jovens e também os adultos que trabalham, nos quais as consequências podem ser fatais, dada a possibilidade dos acidentes de trabalho de trânsito e violência na sociedade (Lancheris, 2004).

Outrossim, cabe destacar que as drogas se encontram qualificadas em lícitas e ilícitas, na qual ilícitas são aquelas cujo uso é proibido pela lei, a exemplo da maconha, inalantes/solventes, cocaína, crack, dentre outras, por outro lado as lícitas têm o uso permitido e aceito socialmente, entretanto, possuem restrições legais, como a proibição de venda de bebida alcoólica e tabaco para pessoas menores de 18 anos (Fonseca, 2005). Ademais, cita que as drogas são consideradas substâncias que produzem mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional das pessoas que alteram as estruturas e funções orgânicas, afetando o comportamento e levando a futura dependência, seja por uso ocasional, hábito, vício ou abuso (Alvarez, 2014).

Contudo, quando se fala do campo de área de atuação do indivíduo o uso de drogas, seja lícita ou ilícita, usada por aqueles que exercem serviços na comunidade, não é um fenômeno atual, tendo em vista que, na Revolução Industrial, era tolerado o consumo de bebidas alcoólicas por parte dos trabalhadores das manufaturas, com o objetivo de que resistissem mais tempo no desempenho de suas atividades na linha de produção. Além disso, trazendo para os dias contemporâneos o uso de substâncias psicoativas segundo (Carrillo, 2004) existe cada vez mais entre pessoas incorporadas à vida produtiva, trazendo como consequências a diminuição da produtividade, alteração das relações na ordem laboral, interpessoal, familiar, social e da saúde.

Ademais, para dar suporte aos usuários de drogas, foi criado em 2006, a Lei de Drogas nº 6.368/1976, na qual foi revogada, e foi instituída a Lei nº 11.343, que preconiza que as ações de atenção ao usuário e dependente de álcool e outras drogas e a seus familiares são aquelas que visam a melhoria da qualidade de vida desse estrato populacional, bem como a redução de danos ligados ao uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2006). Nesse sentido, o usuário de álcool e outras drogas passa a ser visto de maneira integral, apontando-se a prevenção e promoção da saúde, assim como possibilitar o acompanhamento por meio de diferentes redes e linhas de cuidados, com o objetivo de reduzir danos à sua saúde (Tisott, 2015).

Contudo, quando se fala do uso de substâncias psicoativas, uma forma de mitigar essa problemática, vem sendo trabalhada desde o ano de 2001, na qual é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a utilização de Intervenções Breves (IB) (Humeniuk R, 2010), ademais as IB são estratégias que objetivam a redução do consumo de drogas e buscam promover saúde e qualidade de vida, com diminuição dos riscos que o consumo nocivo pode causar, em que se dar por meio de abordagens educacionais e motivacionais, com auxílio de qualquer profissional de saúde treinado e capacitado que irá atuar junto ao cliente, levando-o a refletir e perceber que tal consumo coloca sua vida e saúde em risco (Zerbetto, 2017; Oliveira, 2021).

1 IMPACTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM LABORAL

O uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas não é um fenômeno atual, uma vez que, o homem faz uso de substâncias psicoativas por várias razões, como motivos religiosos ou culturais, para facilitar a socialização e até mesmo para se isolar, visto que, Estudos arqueológicos indicam que o consumo do álcool data

de 6.000 a. C., (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas [OBID], 2011). Entretanto, nos dias atuais isso se tornou um problema de saúde pública, visto que, ela tem atingindo o indivíduo de diferentes maneiras, uma vez, tornando-se dependentes das drogas, os usuários a incorporam no seu cotidiano, não aceitam restrições, resistem à disciplina e têm dificuldade de retomar estudos ou trabalho (Jinez, 2009).

Nesse contexto, não se exclui o ambiente laboral como meio de incentivo ao uso dessas substâncias, tendo em vista que o trabalhador em certas ocasiões não consegue lidar com as exigências impostas pelas suas tarefas, gerando ansiedade e estresse, fazendo com que ele busque formas de amenizar tais sentimentos. Contudo, (Lima, 2010), destaca que certa porcentagem de indivíduos, deixa de ser funcional e uma relação de “dependência” se instala, sendo que a droga deixa de ser um meio ou um recurso a mais para o indivíduo lidar com suas dificuldades, tornando-se um fim em si mesmo.

Ademais, (Junior, 2016) expõe que algumas condições de trabalho pode favorecer ou aumentar o uso de drogas, como riscos extremos de segurança; trabalho por turnos ou trabalho noturno; trabalho em locais remotos, com deslocamento para longe de casa; alterações nas tarefas ou velocidade de manuseamento do equipamento; conflitos de papéis; cargas de trabalho (excessivas e demasiada reduzida); desigualdade nas remunerações e demais benefícios; tensão psicológica (estresse) relacionada com o emprego; monotonia e ausência de criatividade; variedade ou controle; comunicações não satisfatórias; insegurança no emprego; e por fim, indefinição dos papéis, logo, tais condições podem contribuir para o adoecimento físico ou mental, levando cada vez mais o trabalhador a buscar as drogas seja elas lícitas ou ilícitas como meio de distração para o alívio do estresse diário.

Outrossim, (Lima, 2010) relata que após certo tempo de uso da substância, um círculo vicioso se instala, em que a droga deixa de ser um meio para lidar com as dificuldades, passando a ser um fim em si mesmo, tendo em vista que tal ato passa a prejudicar a rotina de serviço, bem como a qualidade de vida. Além disso, o uso de drogas, além de produzir efeitos negativos para a saúde do indivíduo acarreta prejuízos para as empresas, uma vez que, vai afetar a produtividade decorrendo do alto índice de absenteísmo e de dificuldades no desempenho das atividades (Felix Junior apud Azevedo, 2016). Nesse sentido, no Brasil, o Ministério da Previdência Social observou um aumento de 24,4% em afastamentos trabalhistas por “dependência química” entre trabalhadores de várias categorias (BRASIL, 2012).

Das consequências do uso de drogas, além de trazer prejuízos pessoais e familiares ao trabalhador, em termos profissionais também é possível notar prejuízos como baixa produtividade, diminuição da performance, acidentes de trabalho, atrasos e desemprego. Por outro lado, para a empresa, há aumento dos custos com demissões e concessão de licenças médicas, maior rotatividade de funcionários (Junior, 2017). Nesse sentido, fica evidente que o consumo de drogas é um problema de saúde pública que afeta, além de outras dimensões do indivíduo, a dimensão trabalho. Logo, a utilização de substâncias psicoativas é um problema de origem multifatorial que deve ser discutido no âmbito da saúde, mas, também, da segurança social, justiça e educação (BRASIL, 2003).

2 POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Ainda que o fenômeno do uso de drogas tenha sido objeto das intervenções governamentais durante o século XX, foi apenas em 2003 que o Ministério da Saúde afirmou seu compromisso de enfrentar os problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas (BRASIL, Ministério da Saúde, 2004a, p. 9). Com isso, o órgão introduziu a possibilidade do desenvolvimento de uma política menos centrada no controle e na repressão. Comprometeu-se a enfrentar os diferentes problemas associados ao consumo de drogas, buscando promover a melhoria das condições sanitárias dos usuários, dos dependentes e da população em geral, em que procura desvincular o usuário do traficante, buscando a descriminalização da dependência química (BRASIL, 2003).

Sendo assim, no documento sobre a política nacional, foram também definidos o marco teórico-político e as diretrizes para a área, em consonância com os princípios e orientações do SUS, da reforma psiquiátrica, e segundo uma lógica ampliada de redução de danos. Propuseram-se como diretrizes: a alocação do uso de álcool e outras drogas entre os problemas da saúde pública, bem como a indicação do paradigma da redução de danos nas ações de prevenção e de tratamento além da desconstrução da concepção do senso comum de que todo usuário de drogas é doente e requer internação ou prisão e a mobilização da sociedade civil para práticas preventivas, terapêuticas e reabilitadoras (Machado, 2017).

Nesse cenário, fica evidente os avanços ocorridos em prol da prevenção e tratamento de usuários de drogas em todas as fases da vida, visto que, o Brasil do início do século XX era voltado apenas para o controle e a repressão, não

dando atenção às práticas de assistências. Logo, a política de saúde para usuários de drogas, estabelecida em 2003, busca romper com a tradição histórica deste último, inaugurando práticas destinadas a superar concepções moralistas, ainda muito presentes na abordagem das questões relativas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil (Machado, 2017). Atualmente, o Ministério da Saúde brasileiro, estabelece a política de Atenção Integral para Usuários de Álcool e outras Drogas como um investimento na atenção psicossocial e comunitária (Alvarez, 2014).

3 O CUIDADO DA MENTE E CORPO PARA PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO LOCAL DE TRABALHO

É sabido que a prática de atividade física perpassa a ideia de que atua apenas dando suporte à saúde motora do indivíduo. Sendo assim, ela atua como um elo terapêutico importante por intervir além do corpo do paciente durante todo o processo de recuperação da dependência química. Nesse sentido, conforme (Barbanti, 2012) a dependência química (DQ) provoca destruição no bem-estar emocional e físico fazendo com que aqueles que abusam das drogas negligenciam seus corpos e componentes importantes da saúde diariamente, inclusive alimentação adequada e exercícios essenciais, são deixados de lado. Parte do tratamento é reparar a ligação danificada entre corpo-mente e investir nos aspectos físicos e psicológicos.

Sendo assim, é de suma importância incluir como parte de um programa de recuperação um planejamento com condicionamento físico que poderá alterar significativamente alguns dos efeitos negativos das drogas no corpo, tendo em vista que o consumo de cocaína, maconha, tabaco e álcool, resultam em alterações das principais vias nervosas, levando ao aumento da exigência metabólica resultando na adaptação destas diversas vias nervosas. Nesse sentido, a prática de atividade física tem gerado diversos benefícios, cabendo destacar a normalização dos níveis de áreas da atenção, memória e controle motor (Ferreira, 2001). Uma vez que irá proporcionar o alívio e redução do estresse; a liberação de endorfinas que atuam na melhora do humor, socialização e efeitos derivados das atividades aeróbias e não aeróbias (Barbatani, 2012).

Ademais, (Corrêa, 2019) expõe que existem evidências científicas e recomendações que visam, através de ações coletivas, a promoção de saúde do trabalhador, dentre elas, destaca-se o incentivo à atividade física. Nesse contexto (Dos Santos Leite, 2020) aponta que, empresas estão adotando métodos

para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, a chamada Ginástica Laboral, na qual se tem visto vários benefícios, diminuindo a desistência, afastamento e o temido estresse, que tem se tornado fator de risco para o abuso de drogas. Logo, tal prática causa sensações de bem-estar e prazer podendo proporcionar aumento significativamente da motivação pela integração com grupos de pessoas, reforçando assim, a autoavaliação e o sentir-se útil, sentimentos estes que são de grande importância na vida de uma pessoa que está se recuperando da drogadição (Mialick, 2010).

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, efetuada durante o interstício de junho de 2024 a julho de 2024. A busca por dados pertinentes ao objetivo do presente trabalho foi realizada por intermédio dos seguintes bancos de dados: BVS saúde, SciELO e Google Acadêmico. Para a pesquisa foram empregados os descritores “Dependência química”. “Fatores que influênciam o uso de drogas” e “Ambiente laboral e uso de drogas”, sendo os critérios de inclusão artigos científicos com período de publicação de 2001 a 2021, que fossem disponibilizados gratuitamente em português e que correspondem ao objetivo da revisão, constituindo uma amostra final com 23 artigos.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que há alterações de aspectos negativos da cognição e o comportamento no ambiente de trabalho de servidores públicos em virtude do estresse contribuindo para o uso de drogas e, em consequência a dependência. Faz-se necessário, maior investimento na saúde de trabalhadores, em especial os de cunho psíquico, constituindo-se em um problema de saúde pública que afeta, além de outras dimensões do indivíduo, a dimensão trabalho.

Portanto, fica evidente que o uso de drogas não é um fenômeno atual, tendo em vista que desde a Revolução industrial era utilizada pelos trabalhadores a fim de resistirem mais tempo de trabalho e terem maior desempenho de suas atividades na linha de produção, logo, não é um evento novo no repertório humano, e sim uma prática milenar e universal, não sendo um fenômeno exclusivo da época em que vivemos, entretanto naquela época não se tinha esclarecimento acerca dos devastos malefícios que a longo prazo isso proporciona a saúde física e mental do indivíduo, bem como de seus familiares.

Nesse sentido, ao longo dos anos após estudos realizados, foi visto que o uso de drogas seja ilícitas ou lícitas é utilizado com frequência por aqueles que estão presentes em ambiente laboral que desenvolve as mais diversas funções, desde o nível fundamental até superior, e isso tem gerado transtornos pessoais, como deterioramento da saúde física e psíquica, como exemplo, da doença milenar, a temida depressão, ansiedade, alteração de humor e alucinações, bem como demissão do ambiente de trabalho, sendo assim, fica evidente que a dependência química atinge todos os níveis sociais e gera danos catastróficos à saúde do homem.

E quando se fala de ambiente laboral isso se torna algo ainda mais delicado tendo em vista que o abuso de substâncias lícitas e ilícitas como também a dependência química interfere no serviço ofertado pelo trabalhador, uma vez que a saúde mental é afetada gerando estresse, depressão e até afastamento temporário de suas atividades, podendo ocasionar demissão. Nesse sentido, para mitigar esse impasse é importante o incentivo à reabilitação, que vai se dar por meio de estratégias que objetivam a redução do consumo e busquem promover saúde e qualidade de vida, com diminuição dos riscos que o consumo nocivo pode causar, como também à prática de atividade física como meio de amparo aos trabalhadores dependentes químicos

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Simone Quadros; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER, Daiani Modernel. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. **Rev enferm UFPE on line**, v. 8, n. 3, p. 641-8, 2014.

BARBANTI, Eliane Jany. A importância do exercício físico no tratamento da dependência química. *Educação Física em Revista*, v. 6, n. 1, 2012.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. Conselho Nacional Antidrogas. (2005). *Resolução nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas*. Recuperado em 15 março, 2010, do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho: conhecer para ajudar. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas/ Serviço Social da Indústria. (2012). Disponível em: <https://www.uniad.org.br/images/stories/arquivos/Curso_SEA_UFSC_SENAD_SESI.pdf>

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CARRILLO, Piedad Liliana Lancheris; MAURO, Maria Yvone Chaves. O trabalho como fator de risco ou fator de proteção para o consumo de álcool e outras drogas. Texto & contexto enferm, p. 217-225, 2004.

CORRÊA, Alessandro Chaves et al. Benefícios da atividade física na saúde e qualidade de vida do trabalhador. Kashiwabara TBL, Rocha LLV, Barros N, et al, organizadores. Medicina Ambulatorial IV com ênfase na medicina do trabalho, v. 6, p. 51-64, 2019.

DOS SANTOS LEITE, Ygor Geann et al. Ginástica Laboral e os Benefícios para o Colaborador. 2020

FELIX JUNIOR, Itamar José et al. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. Estud. pesqui. psicol. online]. 2016, v. 16, n. 1, p. 104-122. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S188-42812016000100007>

FERREIRA, S. E; TUFIK, S; MELLO, M. T. Neuroadaptação: uma proposta alternativa de atividade física para usuários de drogas em recuperação. Rev. Bras. ciênc. . mov.; 9 (1), 2001.

FONSECA, E; BASTOS F. I. Políticas de redução de danos em perspectiva: comparando as experiências americana, britânica brasileira. In: Acselrad G. Aessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

HUMENIUK R; HENRY-EDWARDS, S; ALI, R, et al. The alcohol, smoking and substance involvement screening test (ASSIST): manual for use in primary care. Genebra: World Health Organization, 2010

JINEZ, Lourdes Jordán; SOUZA, José Roberto Molina de; PILLON, Sandra Cristina. Drug use and risk factors among secondary students. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 17, p. 246-252, 2009.

JÚNIOR, Adonias da Silva Sampaio. O Uso de Drogas e a Saúde Mental do Trabalhador. Nova Hileia| Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia. ISSN: 2525-4537, v. 2, n. 3, 2017.

JUNIOR, Itamar José Felix; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; CALHEIROS, Paulo Renato Vitória. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 16, n. 1, p. 104-122, 2016.

LANCHERIS, Piedad Liliana Carrillo; CHAVES, Maria Yvone Mauro. O trabalho como fator de risco ou fator de proteção para o consumo de álcool e outras drogas. Texto & Contexto Enfermagem, v. 13, n. 2, p. 217-225, 2004.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Dependência química e trabalho: uso funcional e disfuncional de drogas nos contextos laborais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, p. 260-268, 2010.

MACHADO, Ana Regina; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 801-821, 2007.

MIALICK, Edilene Seabra; FRACASSO, Laura; SAHD, S. M. P. V. A importância da prática de atividade física como auxílio no processo de tratamento para a dependência química em pessoas de 18 a 35 anos. iade% 20f% EDsica% 20como%

20aux% EDlio% 20no% 20processo% 20de% 20tratamento% 20para% 20a%
20depend% EAncia% 20qu% EDmica% 20em, v. 20, 2010.

OLIVEIRA LC, CORDEIRO L, SOARES CB, et al. Práticas de Atenção Primária à Saúde na área de drogas: revisão integrativa. Saúde debate. 2021; 45(129):514-532

TISOTT, Zaira Letícia et al. Álcool e outras drogas e a implantação da política de redução de danos no Brasil: revisão narrativa. Revista de atenção à saúde, v. 13, n. 43, 2015.

ZERBETTO S. R, FURINO V. O, FURINO F. O. A implementação da intervenção breve na atenção primária à saúde: revisão integrativa. Rev. APS. 2017; 20(1):107-117.

IMPACTOS COGNITIVOS EM ADOLESCENTES ESCOLARES NO BRASIL ENVOLVIDOS PELO USO DE DROGAS

Mateus Lucas da Silva Lima
Alessandra Albuquerque Pessoa
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas por jovens no Brasil tem se tornado cada vez mais evidente, revelando um acesso precoce às drogas lícitas e ilícitas. Segundo um levantamento social realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, 63,3% dos escolares entre 13 e 17 anos já experimentaram bebida alcoólica. Entre esses, 47% relataram ter se embriagado e 22,6% já haviam experimentado cigarro, sendo que 11,3% iniciaram o consumo antes dos 14 anos. No que se refere às drogas ilícitas, o levantamento indica que 13% dos estudantes já experimentaram algum tipo de substância. Esses números se mostram alarmantes pois refletem uma tendência crescente que demanda atenção e ação imediata (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Nos últimos dez anos, houve um aumento significativo no consumo de álcool e drogas entre adolescentes. A pesquisa realizada pelo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021) aponta que antes da pandemia já indicavam uma vulnerabilidade crescente nesse grupo etário, situação que pode ter sido influenciada pelo contexto da pandemia de Covid-19. Por exemplo, a experimentação de bebidas alcoólicas aumentou de pouco mais de 50%

em 2012 para quase 65% em 2019, com um crescimento mais acentuado entre as meninas. O consumo excessivo de álcool também apresentou aumento. O consumo de substâncias psicoativas na adolescência, período caracterizado por ser muito importante para o desenvolvimento cerebral, pode causar danos irreversíveis ao desenvolvimento cognitivo, afetando a memória, a capacidade de aprendizado e o controle dos impulsos.

Esses prejuízos cognitivos comprometem não apenas o desempenho escolar do estudante, como também, a habilidade de tomar decisões responsáveis. Além disso, o uso de drogas está fortemente associado ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental, como depressão e ansiedade, que podem ser tanto uma consequência quanto um fator de risco para o início do uso de substâncias. A evasão escolar, um dos impactos mais visíveis, limita as oportunidades futuras dos jovens, perpetuando ciclos de desvantagem e exclusão social. A educação acerca de drogas, muitas vezes inadequada, contribui para uma percepção distorcida dos riscos associados ao seu consumo. A falta de modelos positivos e a pressão de grupos sociais, como amigos e a própria família, reforçam a normalização do uso de drogas entre os jovens.

Nesse contexto, mostra-se importante o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção precoce que sejam baseadas em evidências científicas e práticas educacionais eficazes. No presente estudo de revisão narrativa foram abordadas as limitações de aprendizado enfrentadas por jovens que iniciaram o uso precoce de drogas e o baixo desenvolvimento cognitivo proporcionado pelo uso precoce de drogas psicoativas. O presente estudo objetivou investigar os impactos cognitivos em adolescentes escolares no Brasil envolvidos pelo uso de drogas por meio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se utilizou de revisão narrativa acerca dos impactos cognitivos em adolescentes escolares no Brasil envolvidos pelo uso de drogas no primeiro semestre de 2024. Foram buscados artigos em português e de livre acesso no PubMed, LILACS, MEDLINE e SciELO publicadas no período de 2013 a 2023 utilizando os termos “Impacto do uso de drogas na cognição de adolescentes” e “Fatores de risco associados ao abandono escolar por uso de drogas”. Após a busca inicial, os estudos foram categorizados de acordo com os principais subtemas identificados na literatura de maneira a apresentar uma visão

panorâmica do estado atual do conhecimento acerca da temática no Brasil, destacando-se aspectos relevantes e convergências entre os estudos.

Principais estímulos para iniciação ao uso de drogas em adolescentes

O uso de drogas entre adolescentes se apresenta como problema de saúde pública no Brasil, exigindo atenção urgente devido aos seus efeitos devastadores tanto a curto quanto a longo prazo. É muito importante entender os fatores que estimulam os adolescentes a iniciarem o uso de drogas para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Um dos principais fatores que contribuem para a iniciação ao uso de drogas em adolescentes representa a influência da pressão dos pares. A necessidade de aceitação social que acontece na adolescência e a pressão dos colegas podem conduzir os adolescentes a experimentar substâncias lícitas que podem ser a porta de entrada para as drogas ilícitas, se consumidas sem controle de forma desregrada e sem responsabilidade.

Ter amigos que usam substâncias, que têm problemas com a lei, que roubaram/danificaram algo, que vendem drogas, que levam drogas a festas e que ficam entediados quando não bebem em festas aumentou progressivamente o risco de os adolescentes usarem álcool, tabaco e drogas ilícitas (Cardoso, 2014, p. 1).

A família desempenha um papel fundamental no comportamento dos adolescentes, desempenhando um papel na construção dos princípios e na organização da personalidade do adolescente, com isso influenciando de forma significativa no comportamento individual por meio de ações e medidas educativas tomadas pelo núcleo família. De acordo com (Mancilha; Covic, 2024), adolescentes que crescem em ambientes familiares desestruturados ou que enfrentam conflitos frequentes têm maior vulnerabilidade ao uso de drogas. A falta de estabilidade e suporte emocional no núcleo familiar pode levar os jovens a buscar alívio ou escapismo em substâncias ilícitas, aumentando o risco de dependência e outros problemas relacionados.

As questões vinculadas diretamente à saúde mental, como depressão, ansiedade e transtornos de conduta, apresentam-se fortemente associadas ao uso de drogas entre adolescentes (Silva et al., 2018) sugerem que jovens quando sofrem de problemas emocionais ou comportamentais podem recorrer às drogas como forma de automedicação, para aliviar a dor de suas emoções ou até

mesmo esquecer os problemas que estão passando em sua vida. A automedicação com substâncias psicoativas pode ser uma estratégia utilizada por jovens para aliviar sintomas de condições como ansiedade e depressão, destacando a necessidade de abordagens de cuidado em saúde que integrem o tratamento de saúde mental e o uso de substâncias (Silva et al., 2024).

A facilidade de acesso a drogas se apresenta como outro fator impactante na iniciação ao seu uso. Ambientes onde há uma alta disponibilidade de drogas, lícitas ou ilícitas, aumentam significativamente o risco de uso entre adolescentes. O estudo de (Gonçalves, 2020), mostra que a percepção de facilidade de obtenção de drogas está associada a taxas mais altas de experimentação e uso regular entre jovens. A mídia desempenha um papel de influência na formação de atitudes e comportamentos dos adolescentes e também em relação ao uso de drogas. A glamourização do uso de substâncias em filmes, música e redes sociais pode criar uma imagem distorcida de normalidade e aceitação ao uso de drogas. Segundo estudo (Reis, 2017), a exposição frequente a conteúdos que promovem o uso de drogas está relacionada a um aumento na probabilidade de iniciação entre adolescentes.

A curiosidade, visualizada com naturalidade, na adolescência e o desejo de experimentar coisas novas também se mostram como motivação importante para o uso de drogas. A fase da adolescência caracterizada por uma busca intensa por identidade e novas experiências, podendo incluir a experimentação de substâncias ilícitas (Khouri et al., 2017). Os adolescentes utilizam substâncias por uma variedade de razões, desde compartilhar uma experiência social ou se sentir parte de um grupo social, aliviar o estresse, buscar novas experiências e assumir riscos. Além de aliviar os sintomas dos transtornos de saúde mental, como depressão e ansiedade. Fatores de risco adicionais incluem baixo autocontrole, falta de controle parental e vários transtornos mentais. As atitudes e o exemplo que os pais dão em relação ao seu próprio uso de álcool, tabaco ou drogas de prescrição se mostram influências poderosas (Khouri et al., 2017).

Nesse sentido, faz-se importante perceber que as estratégias de prevenção e tratamento ao uso de drogas entre adolescentes precisam ser diversificadas e integradas, envolvendo ações educativas nas escolas, suporte familiar, políticas públicas eficazes e programas comunitários. Tais iniciativas devem ser desenhadas para fortalecer os fatores de proteção e minimizar os riscos, promovendo assim um ambiente que favoreça escolhas saudáveis e um desenvolvimento integral dos jovens (Mancilha; Covic, 2024). Entender

os diversos estímulos que impulsionam os adolescentes a iniciarem o uso de drogas é importante, pois essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de programas eficazes de prevenção e intervenção. Uma abordagem abrangente deve considerar uma série de fatores interconectados que influenciam esse comportamento de risco.

Para controlar de forma eficaz o uso de drogas entre os adolescentes, inibindo assim seus impactos negativos desenvolvidos a curto e longo prazo, faz-se necessárias abordagens multifacetadas que envolvam não apenas os próprios adolescentes, mas também suas famílias, escolas, comunidades e políticas públicas. Podendo incluir programas educacionais nas escolas que abordam os riscos do uso de drogas, intervenções familiares para fortalecer os laços familiares e promover um ambiente de apoio, campanhas de conscientização na comunidade acerca dos efeitos nocivos das drogas e políticas governamentais que restrinjam a disponibilidade e o acesso a substâncias ilícitas. É necessário adotar ações colaborativas, buscando trabalhar para reduzir de maneira significativa a incidência de uso de drogas entre adolescentes, promovendo um desenvolvimento saudável, capacitando-os a fazer escolhas positivas para o seu bem-estar físico e emocional.

Limitações enfrentadas de aprendizado entre adolescentes

O uso de drogas tem se tornado cada vez mais comum no meio dos jovens, a experimentação tem acontecido mais cedo. A iniciação a partir do álcool, ao contrário do que muitos pensam, representa a porta de entrada para o uso de drogas. O álcool é a primeira substância consumida por pessoas que mais tarde apresentam problemas com o uso de drogas. O uso de álcool entre os jovens é precedido, na maioria das vezes, pelo uso de tabaco ou maconha (Silva et al., 2024). Esse uso de álcool por si só, é um sério problema de saúde pública, em especial para os adolescentes em virtude da mortalidade e as limitações funcionais causadas pelo abuso ao uso de álcool (Mangueira et al., 2015).

As limitações enfrentadas pelo uso de drogas na adolescência se caracterizam por fatores como a perda de memória, deficiência de atenção e concentração e retardo no desenvolvimento cognitivo. A perda de memória se apresenta como uma limitação onde o jovem perde a sua capacidade de reter novas informações sofrendo com isso dificuldades no aprendizado. Segundo (Carbia et al., 2017), esse fato acontece porque durante a adolescência, o hipocampo apresenta maior neurogênese em relação a idade adulta.

Consequentemente, beber excessivamente durante este período pode resultar em uma perda massiva de células que podem não nascer ou sobreviver. Ainda segundo o autor, foi descoberto que jovens com transtorno por uso de álcool têm um volume hipocampal menor, especialmente o hipocampo esquerdo (Carbia et al., 2017).

Em conformidade com o autor, no nível neuropsicológico, os jovens tiveram um déficit na recordação de informações verbais. Segundo (Rangel, 2018) evidências que subcampos do Sistema Nervoso Central (SNC) na adolescência se mostram sensíveis ao alcoolismo, um fator diretamente ligado à idade. Com isso, os estudos trazem dados que sugerem que transtornos por uso de álcool podem causar patologias aos subcampos do SNC. A deficiência de atenção e concentração devido ao uso de drogas em adolescentes escolares representam um problema recorrente que se encontra em ritmo crescente. Esse remete a um fator muito preocupante pois não afeta somente o desempenho escolar do estudante, mas também o desenvolvimento social deste jovem.

O consumo de drogas como a maconha e cocaína que são substâncias psicoativas causa alterações significativas no SNC. Adolescentes que fazem o uso regular de maconha apresentam maior dificuldade em manter atenção em tarefas prolongadas. Segundo a (Beneton et al., 2021), o uso prolongado de drogas na adolescência também pode conduzir ao desenvolvimento de transtornos como a hiperatividade (TDAH), ansiedade e depressão aumentando ainda mais os problemas de concentração. Além desses fatores, o retardo cognitivo também se mostra como problema muito sério no desenvolvimento desses jovens. Segundo (Pinsky, 2015), a exposição a essas substâncias durante a adolescência pode alterar o desenvolvimento normal do cérebro levando a problemas de aprendizado e dificuldade em tarefas que exigem habilidades cognitivas avançadas.

Os adolescentes que realizam consumo de drogas de forma frequente apresentam também problemas com habilidade de planejamento e com a resolução de problemas, fazendo com que além das dificuldades escolares esse estudante, some-se adiante limitações em atividades simples do seu cotidiano. Tornando-se preocupante por dificultar a integração social desse jovem (Zanini, 2019). Um estudo realizado por (Formiga, 2019), demonstrou que o consumo de álcool pode prejudicar tarefas como o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva. Assim, podendo fazer com que seja gerada a dificuldade de gestão de tempo na organização de tarefas e na adaptação a novas situações ou imprevistos.

Além desses impactos diretos que o uso de drogas causa no desenvolvimento cognitivo, também se observa a geração de estigmas sociais que levam ao isolamento social do usuário (Dias, 2019). Os adolescentes que realizam o uso de substâncias na grande maioria dos casos se afastam das atividades escolares e sociais muitas vezes se afastando até da própria família pela falta de diálogo com os pais, podendo desenvolver problemas de saúde mental como ansiedade e depressão (Teixeira, 2019). Esses problemas por sua vez podem desenvolver o efeito cascata alimentando um ciclo vicioso de uso de drogas, pois à medida que o jovem buscar lidar sozinho com a suas emoções negativas ele acaba por muitas vezes fazendo um uso cada vez mais elevado dessas substâncias (Tiba, 2017).

Por vezes, pelo fato do seu organismo ir se habituando com o uso dessas substâncias, fazendo com que as pequenas quantidades consumidas já não sejam mais suficientes para alcançar os efeitos psicoativos desejados. Além do usuário também aumentar a sua frequência de uso, por sentimentos como solidão e insônia associados a uma maior probabilidade de experimentação e uso frequente de substâncias como álcool e tabaco (Pechansky et al., 2017).

O baixo desenvolvimento intelectual e a evasão escolar de adolescentes escolares desencadeado pelo uso de drogas

O uso de drogas entre adolescentes tem sido associado a uma série de consequências negativas, incluindo impactos significativos no desenvolvimento cognitivo e na frequência escolar. Estudos realizados por (Neto et al., Silva, et al.,) têm demonstrado que o uso de drogas durante a adolescência pode ter efeitos prejudiciais no funcionamento cognitivo dos jovens. A maconha, por exemplo, revela-se como uma substância frequentemente associada a déficits de memória, atenção e capacidade de aprendizado. Pesquisas como as realizadas por (Miguel, 2014) apontam que o uso regular de maconha na adolescência está associado a um declínio no QI e a dificuldades na retenção de informações. Além disso, o uso de drogas como a cocaína e o ecstasy pode afetar neurotransmissores no cérebro, como a dopamina e a serotonina.

Nesse contexto, levando a alterações no humor, na motivação e na capacidade de concentração dos adolescentes. Essas mudanças neuroquímicas podem prejudicar o desempenho acadêmico e a capacidade de lidar com demandas cognitivas complexas. Outras substâncias, como os estimulantes (Ritalina, Concerta), que muitas vezes usados de forma recreativa para melhorar

o desempenho escolar, também podem ter efeitos adversos. O uso indevido dessas drogas pode conduzir a problemas de sono, ansiedade e dependência, afetando negativamente o bem-estar emocional e cognitivo dos adolescentes. Assim, a evasão escolar é uma consequência grave do uso de drogas entre adolescentes.

Os autores (Lobo, 2023; Borja, Martins; 2014) relatam que jovens que fazem uso de substâncias têm maior probabilidade de abandonar a escola em comparação com aqueles que não usam. Fatores como desinteresse nas atividades escolares, queda no desempenho escolar e problemas comportamentais relacionados ao uso de drogas contribuem para esse cenário (Araujo, 2017). A evasão escolar não apenas compromete o futuro educacional dos adolescentes, mas também está associada a um maior risco de desemprego, envolvimento em atividades criminosas e problemas de saúde mental. A falta de perspectiva e o afastamento do ambiente escolar podem criar barreiras significativas para o desenvolvimento pessoal e profissional desses jovens (Bezerra, 2024).

Diante desses desafios, torna-se crucial implementar estratégias eficazes de intervenção e prevenção. Programas escolares e comunitários que oferecem educação acerca dos riscos do uso de drogas, apoio psicológico e orientação para pais e educadores se revelam fundamentais para reduzir o impacto negativo dessas substâncias na vida dos adolescentes. Além disso, políticas públicas visando aumentar o acesso a tratamentos especializados para jovens com problemas relacionados ao uso de drogas e promover ambientes escolares saudáveis e acolhedores se mostram essenciais para prevenir a evasão escolar e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para todos os estudantes.

O impacto cognitivo e a evasão escolar causados pelo uso de drogas entre adolescentes se apresentam como questões complexas, exigindo uma abordagem multidisciplinar e integrada. Faz-se necessário investir em educação, prevenção, tratamento e suporte social para garantir o bem-estar e o sucesso acadêmico dos jovens. Ao enfrentar esses desafios de forma colaborativa e proativa, pode-se promover um ambiente mais seguro e saudável para próxima geração. A criação de ambientes escolares que promovam o bem-estar emocional e físico dos estudantes, aliada a programas de prevenção e apoio, apresenta-se como crucial para reduzir o uso de drogas e suas consequências. É imperativo que pais, educadores e governantes trabalhem juntos para oferecer suporte e orientação adequados aos adolescentes, ajudando-os a desenvolver habilidades de resistência e escolha consciente.

Problemas de Comportamento Desenvolvidos por escolares que Fazem o Uso de Drogas

Os problemas de comportamento resultantes do uso de substâncias psicoativas podem comprometer o desempenho escolar, e a convivência social e o desenvolvimento integral dos estudantes. Adolescentes que fazem uso de drogas, como álcool, maconha e cocaína, apresentam uma maior propensão a comportamentos agressivos e conflitos interpessoais. Esses comportamentos podem se manifestar por meio de brigas físicas, desobediência às autoridades escolares e confrontos com colegas. O uso de substâncias psicoativas está diretamente relacionado ao aumento de comportamentos agressivos entre adolescentes, afetando negativamente o ambiente escolar e a segurança dos estudantes (Rodrigues, 2024).

O uso de drogas interfere significativamente na capacidade dos adolescentes de manter uma rotina escolar regular e de cumprir com suas responsabilidades acadêmicas. Jovens usuários de substâncias frequentemente apresentam altos índices de faltas, atrasos e descumprimento de regras escolares, resultando em suspensões e expulsões (Alves, 2015). Adolescentes que fazem uso regular de drogas têm maior probabilidade de serem disciplinados por comportamento inadequado, prejudicando seu desempenho acadêmico e aumentando o risco de evasão escolar (Leonardo et al., 2016). O uso de drogas entre adolescentes está associado a comportamentos de risco e delinquência, como roubo, vandalismo e envolvimento em atividades criminosas (Silveira, 2015).

Esses comportamentos não apenas comprometem a integridade do jovem, mas também afetam a comunidade escolar como um todo. Os adolescentes usuários de substâncias têm maior probabilidade de se envolverem em atos delinquentes, podendo levar a um ciclo de violência e insegurança no ambiente escolar. Adolescentes que fazem uso de drogas, muitas vezes, afastam-se das atividades sociais e extracurriculares, optando por se isolar ou se associar a grupos que também fazem uso de substâncias. Esse isolamento pode resultar em dificuldades na construção de relacionamentos saudáveis e na participação em atividades escolares. De acordo com (Vasconcelos, 2015), o uso de drogas está associado a um aumento de sintomas de depressão e ansiedade, exacerbando os problemas emocionais e comportamentais dos jovens (Paula, 2020).

Os problemas de comportamento gerados pelo uso de drogas afetam não apenas o usuário, mas também seus colegas e professores. A presença de

estudantes com comportamentos irruptivos pode criar um ambiente de tensão e insegurança, prejudicando a dinâmica da sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem. Conforme (Pereira et al., 2015), a convivência escolar se mostra significativamente afetada pela presença de estudantes que usam drogas, resultando em um clima escolar menos propício para o aprendizado e desenvolvimento pessoal.

CONCLUSÃO

Os impactos cognitivos em adolescentes escolares no Brasil envolvidos pelo uso de drogas incluem prejuízos cognitivos significativos, como perda de memória, deficiência de atenção e concentração, além de retardo no desenvolvimento cognitivo. Estes efeitos comprometem diretamente o desempenho escolar e a capacidade dos adolescentes de tomar decisões responsáveis. Ao longo do texto foi possível perceber o quão complexa se mostra essa problemática, destacando uma tendência preocupante de aumento no consumo de substâncias psicoativas por jovens. Existem diversos aspectos que contribuem para compreensão desta realidade, desde os estímulos para o início do uso de drogas até as consequências diretas no desenvolvimento cognitivo e na permanência escolar dos adolescentes.

Uma das principais constatações deste estudo se trata da influência intensa dos fatores psicológicos, sociais e biológicos na iniciação do uso de drogas em meio aos adolescentes. Foram identificados como estímulos para essa iniciativa a pressão relacionada a questões familiares, disponibilidade de drogas, exposição à mídia e a curiosidade natural na adolescência. Observa-se como fundamental a compreensão destes estímulos para experimentação das substâncias psicoativas para que se possa desenvolver estratégias verdadeiramente eficazes para prevenir e intervir, de forma que sejam abrangentes e multidisciplinares. Ficou evidente que o uso de drogas na adolescência causa uma série de impactos negativos no desenvolvimento cognitivo dos jovens.

Os impactos como perda de memória, deficiência de atenção e até retardo no desenvolvimento cognitivo, efeitos ocasionados pelo uso de drogas, mostram-se devastadores e podem comprometer não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social dos adolescentes. Além da evasão escolar como consequência grave deste cenário, limitando as oportunidades de futuro em meio aos jovens e perpetuando ciclos de desvantagem e exclusão social. Diante destes desafios, sugere-se adotar uma

abordagem integrada e colaborativa para que o problema do uso de drogas entre adolescentes seja enfrentado. Estratégias de prevenção e intervenção devem envolver todo o meio em que o jovem se encontra, como suas famílias, escolas, comunidades e políticas públicas.

É crucial a busca por programas educacionais nas escolas, desde intervenções familiares e conscientização na comunidade até a política governamental. De uma forma que seja eficaz e essencial para reduzir o impacto deste uso de drogas e promover um ambiente saudável e acolhedor para o desenvolvimento dos jovens. Torna-se essencial o investimento em educação, tratamento e suporte social que garanta o bem-estar e o sucesso acadêmico dos adolescentes. A implementação de ambientes escolares que promovam o bem-estar emocional e físico dos estudantes, juntamente a programas de prevenção e apoio, fundamental para a redução do consumo de drogas e suas consequências.

As orientações devem vir por meio dos pais, educadores, profissionais da saúde e governantes trabalhando juntamente para que seja oferecido um suporte e orientações adequadas aos adolescentes, capacitando-os a fazer escolhas conscientes e positivas para seu bem-estar físico, emocional e acadêmico. Fica demonstrado ser essencial reconhecer que o problema do uso de drogas entre adolescentes não pode ser abordado de forma isolada, mas contextualizado com as mais amplas questões sociais e econômicas da saúde pública. A desigualdade socioeconômica, a falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego, a violência urbana e a instabilidade familiar contribuem para vulnerabilidade dos jovens ao uso de drogas. Ademais, qualquer estratégia de prevenção e intervenção deve considerar esses fatores estruturais e buscar promover a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. P. **Educação de jovens e adultos: causas e consequências do uso de drogas ilícitas na configuração de problemas na escolarização dos alunos da escola municipal Francisco Mendes**. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/732>>. Acesso em: 18 ago 2024.

ALVES, T. A. A. F. et al. **Comportamento social na adolescência: As normas e as atividades de rotina na regulação da conduta delituosa**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7907547/mod_resource/content/1/>

regula%C3%A7%C3%A3o%20pela%20rotina%20e%20normas.pdf>. Acesso em: 18 ago 2024.

BENETON, E. R., SCHMITT, M. E ANDRETTA, I. **Sintomas de depressão, ansiedade e estresse e uso de drogas em universitários da área da saúde.** Revista da SPAGESP, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2021.

BEZERRA. Marcos Vinícios de Sousa. **A atuação do estado na proteção dos direitos das crianças e adolescentes em grupos familiares desestruturados pela criminalidade.** Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8032>>. Acesso em: 18 ago 2024.

CARDOSO, L. R. D., MALBERGIER, A. **A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 31, n. 1, p. 65–74, 2014.

CONCLUÍDO, C. **A relação entre o uso da maconha durante a adolescência e o surgimento precoce da esquizofrenia.** Disponível em: <<https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2019/trabalho-1000004579.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2024.

CORREIA, J. R. **Exposição a meios de comunicação violentos e influência comportamental em crianças e adolescentes.** Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/82096>>. Acesso em: 18 ago 2024.

DIAZ, Rafaela Toledo. **Estigmas relacionados a usuários de drogas: um estudo de crenças de profissionais de saúde.** Disponível em: <<http://www.repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9742/1/rafaelatoledodias.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2024.

ESCOLAR, I. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar.** Disponível em: <<https://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2024.

FORMIGA, Mariana Bandeira. **Funções executivas e regulação emocional em dependentes químicos**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34590>>. Acesso em: 18 ago 2024.

GONÇALVES, Fernanda Cristina. **Adolescência e álcool: permissividade e acesso nos territórios escolares de ceilândia**. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/26923>>. Acesso em: 18 ago 2024.

HORTA, C. L. et al. **Efeitos da vitimização por pares sobre o uso de substâncias psicoativas e comportamentos violentos em adolescentes**. Estudos de Psicologia, v. 24, n. 4, p. 402–413, 2020.

KHOURI, Nayara David Mendes Ancanfor Agapito et al. **Uso de drogas na adolescência: associações com sexo, práticas parentais, autoeficácia e perspectiva de tempo futuro**. Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/22358>>. Acesso em: 18 ago 2024.

LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. **Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 46-54, 2016.

LOPES, A. P., REZENDE, M. M. **Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 30, n. 1, p. 49–56, 2013.

MANCILHA, Grasiela Bueno; COVIC, Amália Neide. **Cuidado em saúde ao adolescente em vulnerabilidade ao uso de drogas**. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2024.v48n140/e8516/pt>>. Acesso em: 18 ago 2024.

MIGUEL, Carmen Sílvia. **Estudo comparativo do desempenho cognitivo de portadores adultos do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (tdah) associado a transtorno por uso de substâncias psicoativas (tusp) e portadores adultos de tdah sem a presença de tusp**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUSZKAT, M., MIRANDA, M. C. E RIZZUTTI, S. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade**. Cortez Editora, 2017.

OLIVEIRA, I. M., OLIVEIRA, J. V. E MACIEL, T. **Relação entre o uso descontrolado de bebidas alcoólicas e perda de memória**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 11, n. 2, p. e46411225836, 2022.

PAULA, Waléria de. **Sintomas de transtorno de ansiedade e depressão e uso de substâncias psicoativas entre estudantes ingressantes da universidade federal de ouro preto**. Disponível em: <<https://repositorio.ufop.br/items/dfdc8728-ffc6-4552-b759-6c38ec7b54d1>>. Acesso em: 18 ago 2024.

PEREIRA, Bruno Miranda et al. **Uso de drogas psicotrópicas por adolescentes de escolas públicas**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4836/483647681011.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2024.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio . **Adolescência e drogas**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

RANGEL, Regina Célia. **Implicações do alcoolismo nas funções executivas**. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/36199/36199.PDF>>. Acesso em: 18 ago 2024.

SILVA, C. C. et al. **Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de centro de atenção psicossocial antidrogas/caps-ad**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 3, p. 737–745, 2014.

SILVA, L. B. da. et al. **Automedicação e o uso indiscriminado de psicotrópicos entre jovens**. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 5, n. 2, p. 12–19, 2024.

SILVEIRA, K. S. da S. **A relação entre comportamentos antissociais e fatores de risco e proteção em adolescentes de diferentes contextos**. 2015.

SOUZA BORJA, I. M. F., DE OLIVEIRA MARTINS, A. M. **Evasão escolar: desigualdade e exclusão social**. Revista Liberato, v. 15, n. 23, p. 93–102, 2014.

TEIXEIRA, G. **Manual da adolescência**. Editora Best Seller, 2019.

RESPOSTA COMPORTAMENTAL DE ADULTOS FRENTE À ABORDAGEM DO USO DE DROGAS

Ana Clara de Queiroz Souza
Maria Bianca Antunes Rodrigues
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

A classificação do indivíduo adulto no Brasil leva em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os adolescentes representam aqueles indivíduos que têm entre 12 e 18 anos e o Estatuto do Idoso define como idoso aqueles que estão acima dos 60 anos de idade, o intervalo entre essas duas fases da vida se denomina de fase adulta, indo dos 18 aos 59 anos de idade. Entretanto, para além de uma classificação etária, ser adulto revela ser capaz de vivenciar na sociedade momentos de escolhas, decisões, de construir e desfazer laços afetivos, de estabilidade e instabilidade na vida profissional, financeira e familiar, profissionalizar-se, tornar-se um ser estruturado, agir por si só, sofrer várias pressões sociais e conforme as normas sociais que ora o oprime e ora o liberta.

A população adulta, caracterizada por ser ativa social e economicamente, está inserida em diversos ambientes que permitem o convívio com os demais, sendo facilitado por sua autonomia. Dessa forma, vistos como uma subclasse sadia da população, apesar de ser, também, a fase em que as demandas de saúde se mostram amplas. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os adultos correspondem a 68,5% da população brasileira, sendo

possível observar o crescente índice de envelhecimento populacional, uma vez que os mesmos representam a maioria e irão compor a futura classe de idosos. Devido a essa vasta gama de possibilidades de demandas de saúde na fase adulta, em 2009, o Ministério da Saúde criou o Programa de Atenção Integral à Saúde do Adulto (PAISA), numa tentativa de priorizar os agravos específicos da saúde do adulto.

O PAISA se apresenta pautado no perfil epidemiológico da população, para articular ações individuais e coletivas na promoção, prevenção e recuperação da saúde. Entre as demandas de abordagem relacionadas à saúde do adulto, está o consumo de drogas lícitas e ilícitas, seus impactos físicos, psíquicos e comportamentais. Drogas, enquanto substância que não provém do organismo humano, podem provocar alterações em um ou mais sistemas do corpo. O consumo problemático de drogas se observa reconhecido como uma das marcas da contemporaneidade na subjetividade (Birman, 2016). O Relatório Mundial sobre Drogas 2022, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mostra que cerca de 284 milhões de pessoas — na faixa etária entre 15 e 64 anos — usaram drogas em 2020, 26% a mais do que dez anos antes, sendo 71% dos pacientes do sexo masculino com idade de 25 a 29 anos.

O documento revelou ainda que a substância ilícita mais consumida no Brasil é a maconha: 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já a usaram ao menos uma vez na vida. Em segundo lugar, fica a cocaína em pó: 3,1% já consumiram a substância. Nos 30 dias anteriores à pesquisa, 0,3% dos entrevistados afirmaram ter usado a droga. Entre as substâncias que têm sua venda e consumo permitidos, estão o álcool e o cigarro, enquanto a maconha, a cocaína, a heroína, a dietilamida do ácido lisérgico (LSD), o crack e o ecstasy se mostram proibidos (Vincenzi et al., 2017). Apesar da sensação eufórica e agradável provocada, o uso inconsequente de drogas trouxe à tona sérios problemas, tal como os vícios desencadeados pelas diversas substâncias, quebra de vínculos afetivos familiares e relações sociais fragilizadas.

Soma-se ainda, a evasão escolar por parte de adolescentes e jovens com dependência química, abandono de emprego, aumento da criminalidade e do índice de roubos como forma de sustento de vícios, aumento da população em situação de rua devido à falta de moradia ou abandono familiar (Hospital Santa Mônica, 2019; Dias, 2013). No Brasil, evidencia-se que a problemática do uso de drogas se mostra muito frequente, inclusive o consumo de substâncias ilícitas. Essa realidade está presente em todas as classes sociais e faixas etárias, incentivada, principalmente, pelo acesso rápido e facilitado dos meios de

comunicação, essenciais para o contato com mais pessoas que utilizam e vendem drogas indiscriminadamente (Castro et al., 2024).

A legislação brasileira, entretanto, criminaliza o porte, venda e consumo Art. 28 - Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar drogas. Quando a droga se encontra designada ao consumo próprio, a legislação estabelece que o juiz deverá levar em consideração fatores, como a conduta e os antecedentes do acusado, além da quantidade da substância apreendida. Acresce-se ainda, o local e as condições de apreensão, as circunstâncias sociais e pessoas que estavam incluídas. A lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, em seu Art. 28, institui:

Ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo [...] (BRASIL, 2006, p. 6).

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), decretado pela legislação vigente, prescreve recursos para prevenção do uso indevido de drogas, tratamento de usuários e dependentes, bem como normas para reprimir a produção não autorizada e o tráfico ilegal de substâncias (Jesus, 2023). O uso de substâncias psicoativas atualmente não representa apenas um problema de âmbito social, mas se encontra como uma questão de saúde pública em todo o mundo (Bitencourt, 2014). No contexto brasileiro, identifica-se uma carência de serviços que levam em conta as necessidades e características dos usuários de drogas, conforme aponta uma revisão sistemática da literatura (Costa et al., 2015). A escolha do público adulto para o estudo se justifica por ser a fase da vida de maior consciência dos atos praticados.

Do lado positivo, os adultos frequentemente desempenham papéis-chave na sociedade, influenciando decisões políticas, econômicas e sociais, tornando crucial entender suas atitudes e comportamentos em relação ao uso de drogas. Por outro lado, um aspecto negativo se mostra com muitos adultos já possuem hábitos consolidados, podendo tornar mais desafiadora a modificação de comportamentos relacionados ao uso de substâncias. No entanto, essa compreensão se apresenta essencial para desenvolvimento de intervenções mais direcionadas e efetivas. A presente pesquisa objetivou analisar a resposta comportamental dos adultos brasileiros frente à abordagem acerca do uso de drogas no Brasil.

METODOLOGIA

A revisão narrativa aplicada no presente estudo se apresenta como ato de buscar materiais que já foram publicados acerca do tema proposto para pesquisa e se destacar como publicações amplas, focando na descrição e discussão do estado da arte. Foi analisada a resposta comportamental de indivíduos adultos a serem abordados quanto ao uso de drogas e como isso impacta no bem-estar dessa faixa etária, além do tratamento e da reinserção dos usuários, tendo sido realizada no primeiro semestre de 2024. A elaboração deste texto foi embasada por Rother (2007) e Mendes (2022). Durante o levantamento bibliográfico, utilizou-se como banco de dados Pubmed e LILACS com os termos “Saúde entre indivíduos adultos”, “Uso de drogas por adultos”, “Abordagem social do uso de drogas” e “Tratamento e reinserção social de adictos”, optando por artigos de livre acesso e publicados no período de 2014 e 2024.

O presente estudo aborda a resistência de discussão a respeito do uso de drogas entre o público adulto e o quanto este fator preconiza, socialmente, a promoção de saúde e bem-estar nessa faixa etária. Além da dificuldade de efetivar ações de prevenção para aqueles que não fazem consumo, mas principalmente, para usuários e antigos usuários que estão em processo de tratamento e readaptação social. A investigação buscou informações acerca dos principais desafios na abordagem ao uso de drogas e seu impacto à saúde e a inserção desta temática sem o estigma social nas pautas de saúde, quais métodos e ações têm sido utilizadas para minimizar suas consequências e reduzir seus riscos. Para coleta de dados, foram utilizadas como ferramentas o PUBmed e LILACS, além das Políticas Públicas Nacionais que forneceram informações qualificadas acerca da temática.

A revisão recorreu ainda aos seguintes termos descritores: “Promoção de saúde entre indivíduos adultos”, “Uso de drogas por adultos”, “Abordagem social do uso de drogas” e “Tratamento e reinserção social de adictos”. Para escolha dos artigos foram impostos alguns parâmetros de inclusão, desde que fossem textos completos e em livre acesso na base de dados, que estivessem de acordo com as políticas nacionais e que abordassem questões do uso de drogas pela faixa etária adulta e suas consequências. Já, os critérios exclusivos, estavam aqueles que fugissem da temática, que não estivessem completos e que o acesso fosse restrito. Assim, foi possível desenvolver três aspectos acerca da abordagem do uso de drogas por pessoas adultas, a primeira: Promoção e

prevenção à saúde dirigida a adultos, seguida por: tratamento de dependentes químicos adultos e, por fim: a reinserção social de adictos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Promoção e prevenção dirigidas a adultos

Define-se promoção à saúde como compartilhamento de informações entre os indivíduos e a sociedade com a finalidade de alcançarem uma condição melhor de vida e de saúde, além de buscar o direito à cidadania. A promoção da saúde busca se dedicar ao desenvolvimento e capacitação da pessoa, com a participação social e o fortalecimento das relações interpessoais na comunidade, na economia e no meio cultural (Borges et al., 2018). A diferença entre promoção da saúde e prevenção pode ser realizada, segundo o modelo de Leavell e Clark, de acordo com os objetivos da promoção e o nível da prevenção. Nesse modelo, a prevenção primária se apresenta como uma ação de promoção à saúde, referente a ações coletivas, educação em saúde, tendo como finalidade o melhoramento da vida da população.

As prevenções secundárias e terciárias enfatizam a diminuição dos fatores de risco relacionados aos agentes que causam doenças e ao meio ambiente com educação e observação para controle da adoção ou reforço de medidas apropriadas à saúde no combate da patogênia (Westphal, 2009). Devido ao crescente aumento nos casos de dependência química, a importância de se atentar aos agravantes dessas ocorrências, e com o objetivo de diminuir a incidência da mesma, faz-se necessário os trabalhos preventivos (Soratto, 2016; Silva, 2015). No Brasil, entretanto, a temática de prevenção e promoção ao uso de substâncias vem sendo formada por ações de programas, dificultando sua inserção enquanto política pública. Assim, o empenho para ações de prevenção ao uso de drogas vem sendo disperso e pouco articulado (Pedroso et al., 2019).

A Política Nacional sobre Drogas do Brasil estabelece ações abrangentes e intersetoriais para enfrentar o problema das drogas, focando na redução de dependentes químicos. Entre suas principais ações estão a prevenção ao uso indevido de drogas, tratamento e recuperação de dependentes, reinserção social e repressão ao tráfico de substâncias ilícitas (BRASIL, 2019). A política também promove a capacitação de profissionais de saúde, segurança e educação, além de incentivar pesquisas e o fortalecimento de redes de apoio comunitárias. Essas medidas buscam um equilíbrio entre ações repressivas e

estratégias de cuidado e acolhimento, com ênfase na proteção dos direitos humanos e na promoção da saúde pública (BRASIL, 2019). A Política Nacional sobre Drogas traz em seu decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, ações direcionadas à prevenção do uso indiscriminado de drogas:

A efetiva prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde da população, da promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas e da conscientização e proteção dos fatores de risco (BRASIL, 2019).

A Atenção Básica (AB) se mostra fundamental na promoção da saúde e prevenção do uso de drogas, tratando-se do primeiro nível de contato dos indivíduos com o sistema de saúde. A implementação de estratégias integradas que envolvem educação em saúde, identificação precoce de comportamentos de risco e fortalecimento de vínculos comunitários. Essas ações visam reduzir os fatores de risco e promover ambientes saudáveis, colaborando para a redução do consumo de substâncias psicoativas e oferecendo suporte contínuo à população (Farias et al., 2017). O serviço de saúde designado a encontrar pessoas para promover a prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas se designa Estratégia de Saúde da Família (ESF). Assim, direciona-se para desenvolver ações integrais e resolutivas para distanciar o público do uso de substâncias lícitas e ilícitas e evitar agravos à saúde (Costa et al., 2019).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) busca qualificar a assistência à saúde masculina, para que essa não limite apenas a recuperação, mas também a promoção e prevenção, alinhando-se com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (Costa et al., 2019). O consumo abusivo de drogas pela população masculina se apresenta como fator que conduz a agravos em saúde sérios, como o suicídio. As substâncias psicoativas se mostram potencializadores das tentativas de autoextermínio, mantendo uma relação direta com o comportamento suicida devido ao uso excessivo de álcool e outras drogas (Ribeiro et al., 2016). Dessa forma, compreende-se a necessidade de medidas que visem a promoção e prevenção do uso de substâncias

para a população adulta, a fim de evitar condutas que façam mal à saúde dos indivíduos.

A Política Nacional de Promoção à Saúde (2006) preconiza ações que incentivem a alimentação saudável, a prática de atividades físicas, a prevenção e o controle do tabagismo, além da diminuição da morbimortalidade devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Práticas como produção e divulgação de materiais educativos para sensibilizar os indivíduos acerca do uso de drogas, desenvolvimento de mecanismos para redução de danos, aumento de informações nas redes sociais acerca das consequências do uso de substâncias ajudam na promoção e prevenção de drogas na sociedade brasileira (BRASIL, 2006).

A saúde do adulto, apesar de não ser o foco na prevenção do uso de drogas, necessita de uma atenção especial, pois essa parcela da população também sofre com os agravos decorrentes do uso de substâncias lícitas e ilícitas que prejudicam a saúde. Assim, evita-se o desenvolvimento de dependentes químicos e suas consequências negativas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), intervenções preventivas e educativas se mostram eficazes em reduzir o consumo de substâncias e melhorar a qualidade de vida da população adulta (OMS, 2022).

Tratamento de dependentes químicos adultos

Consumir drogas ilícitas é, por definição, um comportamento desviante. Decorrente da categoria de ilegais, em que ora algumas, ora outras substâncias psicoativas se encontram classificadas em cada cultura, época e sociedade. O consumo de drogas acaba por se constituir em um problema social cuja gravidade extrapola em muito os efeitos nocivos potenciais de seu uso abusivo, tendendo a mobilizar uma ampla rede de instituições locais encarregadas de seu controle (Venturi, 2017). O consumo de drogas está presente nas sociedades há muitos anos, marcado por questões de ordem cultural, religiosa, política, social e econômica (Almeida et al., 2018). Entretanto, ao longo dos anos, o consumo dessas substâncias e suas tendências mudaram significativamente, de forma que novas substâncias e padrões de uso emergiram socialmente, necessitando que os serviços de saúde se adaptem às novas estratégias de prevenção, tratamento e recuperação.

No contexto atual, o consumo de drogas proliferou sem distinguir raça ou classe social, encontrando na contemporaneidade condições ainda mais cômodas à sua propagação, contribuindo para inseparáveis prejuízos à saúde

humana e a toda sociedade (Oliveira, 2014). Como consequência das mudanças comportamentais frente ao uso de drogas, há um risco significativo para o bem-estar do indivíduo, seja ele físico, social, emocional e psíquico, e em casos mais complexos, desencadeia um quadro de dependência química. A dependência química, considerada uma doença mental, influenciada por fatores orgânicos, sociológicos, psíquicos e culturais, torna-se um problema biopsicossocial (Maciel et al., 2014). Dado o fato de que a dependência química se trata de uma doença multifatorial, impactando diretamente em diversos âmbitos da vida e da saúde, seu tratamento deve ser amplo.

A fase inicial, a desintoxicação, é um processo de muitas fases que afeta a estabilidade emocional e física, sendo de extrema importância possuir uma rede de apoio. Há ainda, a psicoterapia, consistindo em um processo que propõe a combinação de terapias de suporte psicológico com medicamentos, devendo ser criteriosamente escolhidos e acompanhados pela equipe. Além disso, em casos mais extremos, as internações para reabilitação podem ser consideradas uma alternativa. As instituições especializadas em recuperação de dependentes químicos expandiram os tratamentos destinados ao apoio a quem não consegue superar essa batalha sozinho, sendo um dos propósitos mais relevantes da internação, o afastamento de ambientes e de pessoas que usam drogas.

Durante o processo de tratamento e recuperação de drogadictos, observa-se possível analisar alguns fatores que se enquadram em causas e consequências que influenciam diretamente em sua condição. A dependência química está intimamente associada à violência, mortes, desorganizações estruturais sociais e familiares, constituindo-se como um grave problema de saúde pública (Nóbrega et al., 2014). Nesse contexto, para além do tratamento clínico e convencional da dependência química, existem as dificuldades desse processo e todas as consequências e impactos que o indivíduo e aqueles que os cercam, que acabam sendo co-dependentes, enfrentando cada fase do processo. O consumo de álcool e outras drogas fragiliza os laços sociais e familiares que até então compõem a vida do indivíduo, causando também prejuízos em suas atividades laborais (Mendes et al., 2014).

A literatura nos mostra que grande parte dos adictos de substâncias psicoativas vem de família cujos membros, principalmente os mais próximos, também são ou tornam-se codependentes durante o processo, reforçando comportamentos nocivos ao indivíduo (DIEHL, 2017). Alguns estudos mostram poucas referências dos dependentes neste aspecto podendo indicar em

comprometimento da relação indivíduo/familiar, sendo necessário em alguns casos atuar em conjunto com a terapêutica de desintoxicação química, para reconstrução dos laços familiares a fim de contribuir para melhoria das condições de dependência (Gabatz et al., 2013; Mendes, Fillipehoor; 2014). No cenário brasileiro, o uso de drogas não representa apenas um fenômeno voltado para criminalidade ou desvio de caráter, mas também uma questão de saúde pública (Garcia et al., 2016).

Ademais, o meio social em que esses usuários de drogas, sejam lícitas ou ilícitas, exerce influência significativa no processo de reabilitação. A vulnerabilidade socioeconômica se apresenta como fator determinante para a propensão ao uso de drogas. Fatores como a baixa escolaridade, a renda per capita, o desemprego e a habitação se apresentam como pautas que devem ser analisadas para identificar as causas e motivos que fazem com que as pessoas optem pelas drogas como alternativa de distração, lazer ou até mesmo meio de vida. A exclusão social e desigualdades econômicas, por exemplo, podem dificultar o entendimento da dependência química como uma condição de saúde, contribuindo para a marginalização do consumo de drogas e sua estigmatização.

Também na chamada guerra às drogas, os sujeitos criminalizados, em sua maioria, encontram-se em situação de pobreza e marginalização, grande parte deles negros e pardos. Havendo uma intensa visão da pobreza como condicionante do delito (Vianna; Chaves, 2016). O contexto social e a disponibilidade de substâncias desempenham um papel significativo no desenvolvimento e na manutenção da dependência química. Viver onde o consumo se mostra aceitável se configura como porta que se abre para que este jovem também seja aceito no meio (Cardoso; Malbegier, 2014; Carvalho et al., 2011, Macedo et al., 2014;). Viver numa comunidade onde a venda de substâncias se revela estimulada por vizinhos ou parentes pode facilitar o ingresso no tráfico e no uso de drogas (Macedo et al., 2014).

Contudo, uma condição social e econômica mais favorável também pode possibilitar um consumo abusivo, estimulado principalmente pela facilidade financeira em adquirir a droga. Os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento das demandas do uso de álcool e outras drogas, apresentando posturas desqualificadas para o serviço, condutas preconceituosas e excludentes, resultam na baixa adesão dos usuários ao tratamento, provocando aumento no número de recaídas e reincidências de casos (Soratto, 2016). É importante entender também que o uso e dependência acarreta consequências não somente ao indivíduo considerado usuário. Percebe-se que aqueles

que estão em volta também acabam sofrendo com uma série de dificuldades em suas vidas e merecem que as intervenções também sejam direcionadas a si, durante o processo de tratamento.

A reinserção social de adictos

A recuperação e a reinserção social se revelam como outras barreiras que o dependente químico deve vencer. Neste momento, ele já passou por todo o tratamento que pode levar meses ou até anos, e ainda não se sente totalmente preparado para retornar ao mercado de trabalho e a interação social como um todo. A reinserção social assume o caráter de reconstrução das perdas e seu objetivo sendo a capacitação da pessoa para exercer em plenitude o seu direito à cidadania [...] abstinência deixa de ser o objetivo maior do tratamento, passando a priorizar a construção de laços de sociabilidade na comunidade (Medeiros, 2015). Propõem-se à promoção e reabilitação da saúde física e psicológica, recuperação, resgatando a cidadania e a reinserção social do indivíduo dependente, por meio de um programa e planejamento terapêutico individual que pode envolver laborterapia e convivência comunitária.

Soma-se ainda, o desenvolvimento de atividades profissionalizantes, programas culturais, atividades religiosas e espirituais e atendimento às famílias (Silva et al., 2015). Nesse sentido, a reinserção social, um serviço complexo e que abrange um trabalho intenso para desenvolvimento de tarefas ocupacionais, trabalho para geração de renda, promover momentos de lazer, acesso à cultura e religião, até mesmo esporte e educação (Paiva, 2014). O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como uma de suas diretrizes a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), implantada com o intuito de oferecer aos usuários um atendimento universal, integral e igualitário. Nela, as condutas e técnicas adotadas pelos profissionais devem estar respaldadas em evidências científicas, promovendo: (re) integração social, protagonismo, fortalecimento da autonomia e dos laços afetivos de acordo com o Ministério da saúde (2017).

Ressalta-se os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad) como principais dispositivos para o acolhimento de usuários que fazem uso prejudicial de drogas. A finalidade desses serviços se revela em promover a reinserção social por meio do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. O CAPS AD, visto pelos gestores públicos, como a unidade de saúde especializada em atender aos dependentes de álcool e drogas, no âmbito das diretrizes determinadas

pelo Ministério da Saúde, tendo por princípio o tratamento do paciente em liberdade, buscando sua reinserção social. Neste sentido, o CAPS AD considera o apoio da família como fundamental no processo de recuperação e readaptação social e profissional dos pacientes.

Como forma de fortalecer a rede de atenção ao dependente químico, as instituições de apoio se colocam como um excelente parceiro, têm seu papel fundamental no processo de socialização, apresenta como propósito fazer os indivíduos se tornarem novamente membros da sociedade. Na reinserção social, a família, como rede social primária do indivíduo e codependente desempenha um papel fundamental. A forma como o indivíduo é acolhido e como as relações se restabelecem entre ele e os seus familiares se mostram importantes para a sua segurança emocional e social, proporcionando-lhe condições favoráveis para se manter em abstinência (Souza et al., 2016). A reinserção social de usuários na perspectiva da família representa a retomada de vínculos e do convívio social por meio da convivência em espaços e instituições sociais e altamente relacionada como apoio ou suporte social.

Na busca de serviços ou instituições que possam apoiar o indivíduo nesse processo e na possibilidade de mantê-lo ocupado, por meio do emprego ou da escolarização, permitindo assim uma possível recuperação e se fazendo essencial dentro de todo processo terapêutico, (Sanchez, 2018). Pensar a reinserção psicossocial do dependente sob o olhar da família é também entender as dificuldades enfrentadas pelo grupo na sua inclusão social, como também o preconceito e a discriminação quando estas pessoas tentam participar de atividades de lazer em ambientes comunitários (Salles & Barros, 2017). O processo enfatiza as partes mais sadias e a totalidade de potenciais do indivíduo, mediante uma abordagem compreensiva e um suporte vocacional, residencial, social, recreação/educacional, ajustados às demandas singulares de cada indivíduo e cada situação de modo personalizado (Sanchez, 2018).

Pessoas adictas têm necessidade de serem compreendidas, não tanto como alguém que busca prazer ou comportamentos autodestrutivos, mas muito mais como pessoas em sofrimento que buscam e necessitam de contato e conforto (Khantzian, 2014). O acolhimento bem-sucedido permite aos dependentes químicos a diminuição de sua ansiedade, inseguranças, promovendo uma crescente interação e sentimento de pertencimento decorrente desse apoio coletivo (Lemes, 2020). Dessa forma, o processo de inclusão social de adictos, deve ocorrer de forma que sejam analisadas as individualidades

de cada um, prestando uma assistência comprometida, assídua e acolhedora. Nesse contexto, descreve o estudioso Cesar Dario Mariano da Silva:

O tratamento deve ser individualizado, haja vista que nem todos são iguais. Ele deve ser orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde. Junto com o uso da droga vem a criminalidade mais grave. Quem usa droga está mais sujeito a ser vítima ou a cometer delitos. Assim, o tratamento deve ser orientado a diminuir essas possibilidades, bem como a reduzir os riscos sociais e à saúde decorrente do uso da droga. Ou seja, em primeiro lugar, o tratamento deve ser voltado a fazer cessar o uso e, não sendo isso possível no momento, a reduzir os riscos dele decorrentes (Da Silva, 2011, p. 18).

A questão social no âmbito da dependência química se mostra como um dos fatores que mais sofrem influência na vida do dependente, causando além de sua criminalização, grande indiferença ao mesmo. Conceitos constantes utilizados nas políticas de saúde mental foram elaborados para lidar também com esse público, tais como reinserção social, reabilitação psicossocial e inclusão social (Sanches, 2018). A reinserção psicossocial do dependente químico por meio do trabalho se apresenta como uma estratégia essencial em sua recuperação, pelo fato do indivíduo exercer a sua autonomia, ter disciplina em termos de horários, rotinas e também desenvolver a sua criatividade e/ou habilidades que se encontravam encobertas devido ao consumo de drogas (Felix Junior et al., 2015).

Entretanto, uma das maiores dificuldades que essas pessoas encontram quando tentam adentrar o meio social novamente, decididamente, o preconceito, enfrentado nos ambientes de lazer, de trabalho e até mesmo na família, os desmotiva e muitas vezes acabam retornando à dependência. Grande parte da população apresenta receio em confiar em pessoas sob processo de reabilitação de dependência química, assim como na reinserção no convívio social de pessoas que estiveram em situação de privação de liberdade (Capital da notícia, 2018). Nesse sentido, deve-se devolver ao indivíduo uma vida social completa, para que seja capaz de exercer sua cidadania e ao mesmo tempo ser aceito por outros como pertencente à sociedade, estando livre de preconceitos. Eis um dos maiores desafios do Estado, dos serviços de saúde, dos empregadores, da família e de todos aqueles que irão o cercar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta comportamental dos adultos frente à abordagem do uso de drogas, verificou-se que, em sua maioria, subestimada é um desafio a ser enfrentado e discutido socialmente. Em se tratando do uso de drogas, a reação de indivíduos adultos frente a abordagem, desperta ainda uma resposta comportamental estigmatizada e antiquada, dificultando a disseminação de conhecimento e experiências acerca da temática, necessário para prevenir o adoecimento e promover saúde. A dependência química se trata de uma questão de saúde pública. No Brasil, apesar da legislação quanto ao uso de drogas, as drogas lícitas e ilícitas estão inseridas na realidade de toda a população, mesmo aqueles que não fazem o consumo direto, estão cercados por usuários. Em contrapartida, ainda há um déficit nos serviços que atendem, ou deveriam atender, às necessidades e características dos usuários.

De maneira que, a procura por esses serviços e essas alternativas, não sejam disseminados a todos que poderiam desfrutá-lo, tanto pela resistência do público quanto pela barreira social criada em torno da temática. As questões socioeconômicas se apresentam como determinantes na inserção dessas substâncias na vida de grande maioria daqueles que consomem, as baixas escolaridades, a desestruturação familiar e as más condições de vida afetam. Até mesmo a percepção do próprio ser como dependente químico, dificultando o processo de entendimento e aceitação de sua condição. Outro fator marcante assimilado pela pesquisa, trata-se da ruptura social, emocional e psicológica que essas substâncias causam no indivíduo. Adicionam a sua vida uma marca que necessita de um longo processo para que seja restaurada. Os laços familiares e pessoais se apresentam fragilizados, o trabalho e o lazer se perdem no vício, acabando se apresentando como a alternativa mais conveniente para o prazer, mesmo que momentâneo.

A esfera governamental já implementa iniciativas e políticas para recuperação e reinserção social dessas pessoas. O processo se inicia na aceitação e na busca por ajuda, a partir disso, muitas intervenções devem ser direcionadas a esse cidadão, com base em suas particularidades, de forma que o seu bem-estar seja o objetivo final. Fica demonstrado que a abordagem do uso de drogas entre a população adulta se apresenta como um método para inseri-lo novamente na sociedade, exercendo sua total cidadania. Espera-se que outros estudos venham a ser realizados permitindo a ampliação do conhecimento e do entendimento a respeito da abordagem entre adultos quanto ao uso de

drogas. Observa-se a necessidade do enfoque nos seus impactos no bem-estar social e individual.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Simone Quadros *et al.* Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. Revista de Enfermagem UFPE On Line ISSN: 1981-8963, Recife, v. 8, p. 1-8, 25 jan. 2014.

BORGES, Claudia Diana *et al.* Prevenção e promoção da saúde: revisão integrativa de pesquisas sobre drogas. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 1-9, maio/ago. 2018

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Aprova a Política Nacional sobre Drogas, 23 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Promoção à Saúde, 30 mar. 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. 11 abr. 2019.

CASTRO, Douglas Amorim Neves *et al.* Lei de drogas: Atenção e reinserção social de usuários e dependentes químicos. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-19, 1 jun. 2024.

COSTA, A. A. C *et al.* Saúde do homem: Ações de prevenção na estratégia de saúde da família. Revista Atenas Higeia, [S. l.], v. 2, p. 1-7, 28 nov. 2019.

FARIAS, Livia . M. S *et al.* O enfermeiro e a assistência a usuários de drogas em serviços de atenção básica. Revista de Enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 11, n. 7, p. 1-10, jul. 2017.

JESUS, Y. Y. S. A legislação de drogas no Brasil e os impactos sociais do tráfico. Libertas Direito, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-38, 20 dez. 2023.

LEAVELL, H.; CLARK, E. G. Medicina Preventiva. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

MENDONÇA, B. E. L *et al.* Inclusão social e reabilitação psicossocial de dependentes químicos apenados. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 206-231, dez.2016.

OLENIRA, C *et al.* Dependência química: O impacto biopsicossocial na vida do indivíduo. *Revista científica eletrônica de Enfermagem da UFEF*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-9, fev. 2019.

OLIVEIRA, Íacara Santos Barbosa *et al.* O trabalho como estratégia de reinserção psicossocial do dependente químico sob a ótica da família. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, Porto Junho, n. 21, p. 1-8, 5 jun. 2019.

REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO. *In*: Ministério da Saúde (Brasil). Guia Estratégico para o Cuidado de Pessoas com Necessidades Relacionadas ao Consumo de Álcool e Outras Drogas: Guia AD. Brasília - DF, 2015.

RIBEIRO, D. B *et al.* Motivos da tentativa de suicídio expressos por homens usuários de álcool e outras drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Santa Maria- RS, p. 1-106, 1 dez. 2012.

SANTANA, G. A *et al.* A TCC no tratamento de mulheres com dependência química: Uma revisão narrativa. *Cadernos de psicologia*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 1-18, ago/dez. 2019.

SANTOS, M. B. L. O uso de substâncias psicoativas e o trabalho do assistente social na reintegração social de adictos na contemporaneidade no Brasil. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - UNINTER, LENÇÓIS PAULISTA SP, 2022.

SILVA, B. W. A Lei de Drogas no Tocante ao Tratamento, Recuperação e Reinserção Social. Monografia (bacharel em Direito) - UniEvangélica, Anápolis – GO, 2019.

SILVA, K. R *et al.* Dependência química: Resultantes do uso abusivo de substâncias psicoativas. *Revista UNINGÁ, Ingá*, v. 56, n. 1, p. 1-10, jan- mar. 2019.

SILVA, S. Ferreira *et al.* Como a Psicoterapia de grupos pode auxiliar no tratamento de pacientes dependentes químicos. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 1-20, jul. 2023.

TARGINO, R *et al.* Risco e proteção no uso de drogas: Revisão da literatura. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS, Manaus - Amazonas, v. 19, n. 3, p. 1-19, jun. 2018.

WESTPHAL, M. F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: Campos, G. W. de S. *et. al.* Tratado de saúde coletiva. 2. ed., São Paulo: Fiocruz, 2009.

PREVENÇÃO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA ENTRE TRABALHADORES DE FEIRAS LIVRES NO BRASIL

Brenda Caetano de Azevedo
Luana Taynara Sousa Ramos
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

De acordo com a décima primeira revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 11), o uso abusivo de drogas pode gerar transtornos, como delírios e episódios psicóticos, ou comportamentos de dependência. A dependência química se mostra como sério problema de saúde pública da atualidade, podendo ser considerada uma patologia ocasionada pelos efeitos de substâncias psicoativas. Euforia, humor instável e sensação de alívio representam alguns dos efeitos causados pelo consumo, induzindo alterações no comportamento e cognição. É válido ressaltar que a dependência decorre tanto de drogas ilícitas quanto de drogas lícitas, sendo evidente a estigmatização e a normalização destas, respectivamente, no âmbito social. Ademais, mostra-se necessário compreender o contexto pessoal e cultural de cada indivíduo, visto que a dependência possui cunho multifatorial – provocada pela combinação de fatores familiares, econômicos, de identidade e de saúde.

O uso abusivo de drogas se apresenta como responsável não somente pela adicção, mas também pela ocorrência de acidentes, autoextermínio e transmissão de doenças, impactando negativamente o próprio usuário, seu ciclo afetivo e a comunidade (Schimith; Murta; Queiroz, 2019; Ribeiro *et al.*, 2018). As feiras

livres representam uma importante parte da manifestação cultural brasileira, remontando aos costumes e hábitos de socialização da população em geral, além da geração de renda para agricultura familiar e a obtenção direta de produtos pelos consumidores. As feiras costumam ser variadas em relação a localização e ao modelo de comercialização, sendo um reflexo das características regionais de seus comerciantes e frequentadores. O perfil dos feirantes pode ser definido a partir de diversas variantes, a exemplo dos feirantes produtores e feirantes mercadores – aqueles que produzem a mercadoria e aqueles que compram e revendem as mercadorias, respectivamente (Araújo; Ribeiro, 2018).

Os comerciantes podem ser associados ao tipo de mercadoria que vendem, sendo peixeiros, açougueiros, raizeiros, barraqueiros e ferreiros. Ainda, segundo Oliveira & Guimarães (2023), as feiras livres constituem um espaço vantajoso para pessoas que desejam iniciar a carreira como comerciantes e necessitam de um público vasto para apresentar seus artigos, já que asseguram retorno financeiro e não são burocráticas, além de ser possível comercializar vários tipos de itens – como exemplos as frutas, verduras, carnes, roupas, alimentos prontos e artesanatos. Conforme (Junior; Schlindwein; Calheiros, 2016), situações estressantes no trabalho proporcionam graves consequências à saúde física e mental dos indivíduos, tornando-se uma das repercussões negativas o uso abusivo de substâncias psicoativas.

A fuga da realidade problemática e exaustiva impulsiona os trabalhadores a consumirem as drogas lícitas e ilícitas como uma válvula de escape e, sem intervenção especializada, muitos progridem para dependência, sofrem com problemas laborais e até mesmo acidentes de trabalho. Tratando-se dos feirantes, esse público diverso necessita de especial atenção em relação à dependência química, uma vez que trabalhadores informais possuem maior chance de utilizarem substâncias psicoativas, como o tabaco, e estão expostos a fatores de risco associados ao ambiente de trabalho das feiras livres (Amorim *et al.*, 2018, Saturnino *et al.*, 2017). Diante da necessidade de mais estudos científicos que abordem a temática, o presente trabalho objetivou analisar a prevenção da dependência química entre trabalhadores de feiras livres no Brasil por meio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

Conforme Ribeiro (2014), a revisão narrativa é de um tipo de revisão da literatura baseado no método qualitativo e que possui como principal objetivo

a abordagem interpretativa e abrangente de um determinado campo de estudo pelo pesquisador, proporcionando uma visão ampla dos fatos, a análise crítica das temáticas trabalhadas sem necessariamente a aplicação de critérios pré-estabelecidos para a busca e o acesso rápido às informações. A justificativa para a escolha da revisão narrativa como metodologia de pesquisa se baseia na compreensão das perspectivas teóricas e práticas a partir de uma concepção contextualizada da literatura, explorando o tema de maneira condizente com o objetivo do estudo.

Diante disso, a presente revisão narrativa foi efetuada durante o primeiro semestre de 2024 acerca da prevenção da dependência química entre trabalhadores de feiras livres no Brasil, sendo a busca de dados realizada nas plataformas Pubmed, LILACS e SciELO, utilizando os descritores “Feira livre”, “Dependência química” e “Educação em saúde”. Os critérios de inclusão foram artigos científicos com período de publicação de 2014 a 2024, disponibilizados gratuitamente em português e que correspondessem ao objetivo da revisão. Já os critérios de exclusão compreendem os artigos em duplicidade e que fugiam ao foco do presente estudo. Ao final do estudo, vinte e quatro artigos foram selecionados, porém três textos não cumpriram todos os critérios, constituindo uma amostra final de vinte e um artigos.

Educação em saúde como instrumento do controle da dependência química

A Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), define-se como o somatório de ações coletivas e também individuais que visam promover e conservar a saúde, fortalecendo o desenvolvimento de uma atenção integral humanizada ao impactar as comunidades (BRASIL, 2012). No cotidiano das Unidades Básicas, a Promoção da saúde e a Prevenção de agravos se configuram como práticas amplamente realizadas, visto que objetivam promover, por intermédio do conhecimento epidemiológico e social, uma melhor qualidade de vida para população e a implementação de intervenções contra fatores de risco relacionados às enfermidades (Brixner et al., 2017, Sena; Carvalho, 2019). Desse modo, faz-se importante se atentar para a qualificação profissional, enquanto protagonista, bem como, as condições de trabalho oferecidas pelo ambiente laboral.

A educação em saúde se apresenta como a estratégia utilizada nos serviços, especialmente a Atenção Básica, para sensibilizar o público com relação ao

uso abusivo de drogas, auxiliar no processo de construção do pensamento crítico e promover a participação social na tomada de decisão acerca da temática. Mediante tal realidade, é indispensável trabalhar a educação em saúde acerca da dependência química com familiares e/ou cuidadores, uma vez que essas figuras influenciam diretamente, seja de forma positiva ou negativa, na eficácia dos tratamentos. Orientações básicas sobre o período de Abstinência, sobre os impactos da Redução de riscos e também sobre a importância da responsabilidade social para com os dependentes, precisam ser prioridades no plano terapêutico do indivíduo (Brito; Sousa, 2014; Ribeiro et al., 2018).

Por intermédio de ações educativas se torna possível promover o entendimento, pelos usuários, que a dependência química representa uma condição patológica e a identificação dos danos à saúde. Posteriormente, o indivíduo dependente reconstrói sua autonomia no âmbito da saúde e desenvolve a capacidade de pensar criticamente acerca dos efeitos danosos causados pelo vício, tornando-se apto a identificar sinais e sintomas relativos à adicção e a buscar ajuda profissional qualificada para enfrentar o período de abstinência. Ademais, cria-se um espaço para o relato de experiências pessoais, incentivo à prática de atividades de lazer e esporte e promoção do conhecimento acerca de métodos de reabilitação, como a psicoterapia, os grupos de Narcóticos Anônimos e os grupos de educação em saúde (Lucchese et al., 2016).

Outrossim, mostra-se imprescindível que os serviços de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em especial os CAPS ad (álcool e outras drogas), e as Unidades Básicas de Saúde exerçam a promoção de saúde e prevenção da dependência química de maneira conjunta, possibilitando intervenções educativas ao indivíduo em sua própria comunidade. Entende-se a intersetorialidade entre os entes componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como um elemento chave para a implementação de ações educativas efetivas, visto que o CAPS é um serviço de caráter transitório, seu objetivo é auxiliar o indivíduo até que este recupere sua autonomia e independência, portanto sendo preciso acompanhamento nos demais pontos de atenção à saúde da comunidade na qual o dependente químico convive (Paula et al., 2014).

As ações intersetoriais entre Atenção Primária à Saúde (APS) e CAPS visam a prestação de uma assistência qualificada, centrada na pessoa. Bem como, na equipe multidisciplinar enquanto instrumento para realização da reabilitação e informação acerca das repercussões da adicção em substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, buscando sempre impactar positivamente o usuário, bem como sua rede de apoio. Posteriormente, os profissionais devem priorizar

os princípios da Reforma Psiquiátrica e controlar a estigmatização ao prestar a educação em saúde para o público de dependentes químicos, levando em consideração as opiniões dos pacientes e suas famílias, promovendo assim a participação social (Ribeiro et al., 2018).

Doenças relacionadas ao uso de drogas não prescritas

O termo drogas não prescritas se refere a medicamentos ou drogas que não são receitados por profissionais de saúde. Envolve medicamentos de venda livre como dipirona, drogas ilícitas como a cocaína, drogas legais como o álcool e substâncias controladas como os ansiolíticos. Um dos principais problemas de saúde relacionados ao uso de drogas não prescritas se revela ser a dependência química. Definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “estado psíquico e algumas vezes físico resultante da interação entre um organismo vivo e uma substância, caracterizado por modificações de comportamento e outras reações que sempre incluem o impulso a utilizar a substância de modo contínuo ou periódico com a finalidade de experimentar seus efeitos psíquicos e, algumas vezes, de evitar o desconforto da privação”.

Segundo o Ministério da Saúde, “no Brasil, em 2021, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 400,3 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de drogas e álcool”. Drogas como opiáceos, cocaína, e metanfetaminas, especialmente viciantes, podem levar à deterioração da saúde física e mental do usuário em um curto período. A abstinência também causa sofrimento intenso, dificultando a recuperação. Substâncias como cocaína, metanfetamina e alucinógenos podem desencadear episódios de ansiedade, paranóia e até mesmo psicose. Além das doenças mentais, o corpo também sofre gravemente com o abuso de drogas ilícitas. Problemas cardíacos, hepáticos e pulmonares se mostram frequentemente observados em usuários crônicos. Substâncias injetáveis, como heroína, aumentam o risco de infecções graves, incluindo HIV e hepatite, devido ao compartilhamento de agulhas.

O uso prolongado de drogas pode conduzir à deterioração geral do organismo, resultando em incapacidades permanentes e até mesmo na morte. A conscientização acerca desses riscos se apresenta como essencial para prevenir o uso e abuso de drogas. Em 2017 foram registrados 20.637 casos de intoxicação por medicamentos e 50 óbitos, sendo a principal causa de intoxicação no país. A automedicação traz uma série de riscos e o uso indiscriminado

de medicamentos pode levar ao agravamento de doenças, reações adversas, interações medicamentosas perigosas e até dependência. Além disso, a automedicação pode mascarar sintomas de doenças mais graves, retardando o diagnóstico e o tratamento adequado (Ferreira et al., 2021; Silva, 2021).

Segundo uma pesquisa realizada em 2018 do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ) no Brasil, 79% das pessoas com mais de 16 anos admitem tomar medicamentos sem prescrição médica ou farmacêutica, mostrando quão habitual é a automedicação pelos brasileiros (Melo et al., 2021). Segundo Barros et al. (2023), o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, problemática comumente presente no Brasil, está relacionado ao desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e também ocasiona outros danos à saúde dos indivíduos, a exemplo da dependência, dos transtornos mentais induzidos pelo álcool e a intoxicação. O consumo de álcool no Brasil se apresenta como normalizado e segundo dados da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel, 2023) vem crescendo principalmente em jovens menores de 35 anos, fazendo-se necessário trabalhar essa pauta, pois o álcool pode ser tão prejudicial quanto as drogas ilícitas.

A Organização Mundial de Saúde-OMS estabelece que as pessoas com maiores possibilidades de usar drogas seriam aquelas que desconhecem o efeito das drogas, com saúde deficiente, de personalidade frágil e com facilidade na obtenção das drogas. É evidente que indivíduos com menor escolaridade, poder aquisitivo limitado e maior vulnerabilidade psicológica tendem a ser mais propensos ao uso de drogas, uma vez que os sujeitos vulneráveis socialmente enxergam o álcool, o tabaco e outras substâncias como um meio de fuga da realidade. Diante disso, torna-se imprescindível investir em ações preventivas que informem a população sobre os riscos do consumo e da dependência química, que também promovam a saúde mental e ofereçam alternativas de lazer e ocupação (Ribeiro, 2018).

Formação do “eu, família e o social” no controle da dependência química

O processo de tratamento da dependência química envolve um conjunto de ações para reabilitação do usuário e a redução de danos, sendo a família do indivíduo dependente um ente vulnerável que também necessita de cuidados específicos vinculados à saúde física e psicológica. O ciclo familiar se mostra

lesado diretamente pelos efeitos prejudiciais do uso abusivo e da adicção em substâncias psicoativas, posto que ocorre a convivência cotidiana e a troca de valores e normas entre os membros da parentela. Ainda, é relevante ressaltar que a família se configura como fator de risco ou de proteção no que concerne à dependência química. Caso o sujeito, em situação de dependência química, esteja inserido em uma realidade familiar desestruturada, a utilização de drogas se torna propiciada pelos membros (Braun; Dellazzana-Zanon; Halpern, 2014).

Em contrapartida, se a configuração familiar se apresenta benéfica, as chances de recuperação se mostram maiores, demonstrando a influência das relações parentais como elemento chave para planejar intervenções de controle da dependência química. De acordo com (Reichert; Silva; Micheli, 2023), o público acometido pela dependência química sofre represálias sociais e constantemente afirmam ser vítima de discursos estigmatizantes. A questão das drogas, não é somente um problema de saúde pública, mas também um tema que desperta questionamentos morais, principalmente em se tratando das substâncias ilícitas. A visão negativa da comunidade sugere que todos os dependentes químicos são violentos, envolvidos com a criminalidade e que a dependência se mostra meramente causada por um desvio de caráter, excluindo assim a concepção de dependência química como doença e rejeitando seu aspecto multicausal.

A propagação de discursos preconceituosos além de provocar um impacto danoso à forma como o indivíduo se identifica e como enxerga sua condição, corrobora para diminuição da busca da família e usuários pelos serviços especializados em reabilitação. O conhecimento acerca da vulnerabilidade social que grande parte dos usuários vivenciam no cotidiano se apresenta como um outro fator indispensável durante o processo de controle da dependência. As condições socioeconômicas e culturais do meio onde os sujeitos estão inseridos influencia fortemente na tomada de decisão com relação ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Alguns dos determinantes que indicam a possibilidade de maior propensão à dependência remete ao desemprego, baixa escolaridade e arranjos familiares abusivos (Una-SUS, 2014).

Ante o exposto, evidencia-se que a família dos usuários de substâncias psicoativas deve ser alvo de atenção e cuidado das equipes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), bem como deve assumir seu papel de agente político de mudanças. A participação dos familiares durante os tratamentos e o apoio nos momentos de recaída é fundamental, porém também se faz útil o

protagonismo desses grupos no cenário político de saúde. O conhecimento e a defesa pelos direitos dos dependentes químicos ainda é um quesito pouco abordado, sendo portanto dever da família a busca ativa pelo cumprimento das leis, pelo acesso às políticas e também pela formação de organizações não governamentais destinadas a esse grupo (Santos; Surjus, 2019; na-SUS, 2014).

Ao compreender as densas camadas biopsicossociais que envolvem a dependência química, os profissionais da saúde devem optar por uma abordagem pautada no acolhimento, na escuta qualificada e na realização de práticas livres de julgamentos equivocados – evitando assim, a internalização de estereótipos negativos e, por conseguinte, o agravamento do quadro clínico dos sujeitos que sofrem com essa condição patológica. Uma das principais lacunas da Rede de Atenção à Saúde é o despreparo dos profissionais durante as abordagens, o que torna fundamental a preparação adequada da equipe multiprofissional para atender às demandas relativas aos usuários de drogas e suas famílias, sendo necessárias a qualificação por intermédio da educação continuada e a articulação efetiva entre as equipes da Atenção Primária e dos serviços de Atenção Psicossocial (Paula et al., 2014, Amorim et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevenção da dependência química entre trabalhadores de feiras livres no Brasil se mostrou dificultada pela negativa de compreender que a dependência química se trata de uma doença com graves repercussões no comportamento e cognição dos indivíduos, além de afetar negativamente os demais âmbitos do cotidiano: trabalho, relações familiares e vida social. Dentre as motivações para o uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas estão as situações estressantes no ambiente laboral, principalmente entre os trabalhadores informais e autônomos, a exemplo dos feirantes.

A exposição constante aos fatores de risco em conjunto ao desejo de fuga da realidade provoca a busca pelas drogas, podendo progredir até o surgimento de um transtorno mental e também para a dependência química caso as medidas corretas de reabilitação não sejam implementadas pelos serviços de Atenção Primária à Saúde e Centros de Atenção Psicossocial. A promoção de saúde e prevenção ao uso de drogas por intermédio de ações educativas deve ser trabalhada junto aos usuários, famílias e toda a comunidade.

Rodas de conversa, relatos de experiência e incentivo à prática de atividades de lazer como medidas utilizadas para sensibilizar a população acerca

dos riscos e realidades relativas à dependência química, além de estimular práticas saudáveis de vida ao público. Ao planejar os cuidados de reabilitação e redução de danos se mostra imprescindível considerar o estado de saúde física e psicológica do feirante, bem como sua realidade socioeconômica e cultural – compreender as vulnerabilidades sociais fornece o aporte adequado para adaptar a assistência às necessidades reais do usuário.

Para desenvolver ações de prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas com o público de feirantes é necessário contemplar as particularidades individuais e também coletivas dessa categoria, uma vez que o peso das experiências pessoais e comunitárias influencia de maneira direta na tomada de decisão em relação à adesão ao tratamento. Promover a sensibilização dos trabalhadores de feiras livres acerca da prevenção da dependência química envolve a utilização de uma linguagem acessível e de recursos mais práticos do que teóricos, discutindo as vivências e explicando os malefícios do vício no cotidiano daqueles que são o pilar da economia local.

Ademais, revela-se de fundamental importância amenizar a estigmatização associada à dependência química na comunidade, tendo em vista o receio pelo julgamento alheio e do discurso preconceituoso acabando por afastar os indivíduos e sua rede de apoio do acompanhamento e tratamento da dependência. Para controlar a dependência química entre feirantes, sugere-se que a equipe multiprofissional de saúde deverá promover uma assistência integralizada, intersetorial, centrada na pessoa, com escuta qualificada. Deve ser considerado os determinantes sociais, prezando pela valorização da participação e autonomia do usuário no processo de recuperação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Thiago Aquino de et al. Determinantes de saúde mental e abuso de substâncias psicoativas associadas ao tabagismo: estudo de caso controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4233-4242, outubro de 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.02752018>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out.

2018. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes . Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 12% no SUS. 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/atendimento-a-pessoas-com-transtornos-mentais-por-uso-de-alcool-e-drogas-aumenta-11-no-sus>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília, 2012.

BRAUN, Lori Maria; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; HALPERN, Sílvia C.. A família do usuário de drogas no CAPS: um relato de experiência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 122-144, dez. 2014 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 10 jun. 2024.

BRITO, Rafaella Medeiros de Mattos; SOUSA, Tiago Monteiro. Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica. **Revista da Abordagem Gestáltica.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 77-85, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRIXNER, Betina et al. Ações de promoção da saúde nas estratégias saúde da família. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 18, supl. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/cinergis.v18i0.11182>. Acesso em: 8 de jun. 2024.

FERREIRA, F. DAS C. G. et al. O impacto da prática da automedicação no Brasil: Revisão Sistemática/ The impact of the practice of self-medication in Brazil: Systematic Review. **Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 3, p. 1505–1518, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34115/basrv5n3-016>. Acesso em: 8 de jun. 2024.

LUCCHESI, Roselma et al. Educação em Saúde com Pessoas Usuárias de Álcool e outras Drogas. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 21, n. 4, jan. 2017. ISSN 2176-9133.

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/47074>>. Acesso em: 10 jun. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v21i4.47074>.

MELO, J. R. R. et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. e00053221, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>

OLIVEIRA, Vasti Pereira Dutra de; GUIMARÃES, Eduarda Marques. Feiras livres, uma cultura urbana. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 1, n. 36, julho de 2023. Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/142>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PAULA, M. L. de . et al.. Assistência ao usuário de drogas na atenção primária à saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 2, p. 223–233, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-737222025006>. Acesso em: 09 jun. 2024.

REICHERT, Richard Alexander; SILVA, Eroy Aparecid; MICHELI, Denise de. Uso de drogas, práticas educativas e promoção de saúde: reflexões e estratégias de redução de danos. São Paulo: UNIFESP, 2023. ISBN 978-65-87312-85-9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371635000_Uso_de_drogas_praticas_educativas_e_promocao_de_saude_reflexoes_e_estrategias_de_reducao_de_danos. Acesso em: 09 jun. 2024.

RIBEIRO, J. L. P. Research review and scientific evidence. **Psicologia Saúde & Doença**, v. 15, n. 3, 2014. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150309>. Acesso em: 11 jun. 2024.

RIBEIRO, Wanderson Alves et al. Adolescência, tabaco, álcool e drogas: uma revisão no olhar preventivo da educação em saúde na ESF. **Revista Pró-UniversUS**, v. 9, n. 1, 04 jun. 2018. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1115>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SANTOS, K. L.; SURJUS, L. T. de L. E S. Ativando as engrenagens da educação permanente na rede de atenção psicossocial: os desafios no cuidado a pessoas em abuso de substâncias psicoativas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180299, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180299>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SATURNINO, Milena Nascimento Guirra et al. Modos de ver e de fazer: saúde, doença e cuidado em unidades familiares de feirantes. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2163-2172, maio de 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.10602017>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SCHIMITH, Polyana Barbosa; MURTA, Geraldo Alberto Viana; QUEIROZ, Sávio Silveira de. A abordagem dos termos dependência química, toxicomania e drogadição no campo da Psicologia brasileira. **Psicologia & Sociedade**, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180085>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SENA, Jeane Paranhos da Silva; CARVALHO, Keline Santos de. Gestão da Atenção Básica: Um enfoque na prevenção de doenças e agravos. **REVISE - Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde**, v. 2, fluxo contínuo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46635/revise.v2ifluxocontinuo.1393>. Acesso em: 8 de jun. 2024.

SILVA, Sarah Gabriely Tavares da. Intoxicação por medicamentos devido à automedicação. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/36997>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA; UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS – UNASUS. Álcool e outras drogas: da coerção à coesão. 2014. Disponível em: <https://unasus.ufsc.br/alcooleoutrasdrogas/files/2015/03/M%c3%b3dulo-6.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

VIGITEL. **Vigitel Brasil** 2006-2023: tabagismo e consumo abusivo de álcool. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2023-tabagismo-e-consumo-abusivo-de-alcool/@@download/file>. Acesso em: 09 jun. 2024.

COMPORTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Jeferson Víctor Viana Silva
Layany Alves da Silva
Sabryna Vitória Azevedo Neves
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias que causam alterações mentais e, por conseguinte, motoras, encontra-se diretamente vinculado a história da humanidade. Fazendo uma breve reflexão relacionada ao longo do tempo, diferentes grupos sociais passaram a utilizar dessas substâncias em variados contextos, influenciados por perspectivas midiáticas ou culturais, incluindo festas, tratamentos de doença ou rituais religiosos. Nesse sentido, no cenário o termo “drogas”, popularmente, vincula-se a uma ideia de substância ilícita e nociva, porém, em designações científicas, o termo “drogas” refere-se a substâncias químicas que, quando introduzidas no corpo humano, provocam alterações na função fisiológica ou psicológica. Essas substâncias podem ser utilizadas com finalidades terapêuticas, recreativas, ou como parte de rituais religiosos e culturais.

Em estudo recente, publicado em 2023 na revista “*Nature Reviews Drug Discovery*”, descreve as drogas como “agentes químicos que interagem com alvos moleculares específicos no corpo para produzir efeitos terapêuticos ou prejudiciais, dependendo de seu uso, dosagem e contexto de administração” (Smith et al., 2023). Assim, trazendo para uma perspectiva tupiniquim, torna-se importante ressaltar e citar o consumo do álcool, sendo um desses exemplos

de substâncias nocivas, atuando de forma direta causando objeções sociais graves a indivíduos. Hodiernamente, a faixa etária com maior consumo de álcool nas capitais do Brasil se apresenta de 25 a 34 anos, com 35,4% da população fazendo uso de bebidas alcoólicas, conforme dados Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL).

Em contrapartida, os indivíduos com mais de 65 anos tiveram a menor prevalência, com 17,6%, apresentados em dados coletados no ano de 2023. Em síntese, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio do Vigitel, acerca do consumo de álcool nas capitais brasileiras, apresenta correlações que a ingestão de bebidas alcoólicas entre pessoas com estudos de mais de 12 anos, em nível secundário da educação, foi comum a um índice de 34,5% dessa população. Desse modo, em tal cenário, o ensino superior brasileiro, necessita de ações e estratégias para promover ações com seus trabalhadores e colaboradores, tomando medidas eficazes sejam aplicadas no âmbito institucional e esse mal que consome tal público seja exposto e controlado com ações de promoção à saúde e redução do estresse – principal causa que assola os trabalhadores universitários e torna propício o uso de substâncias nocivas.

As ações institucionais das universidades públicas brasileiras no controle da dependência química perante seus colaboradores e a influência cultural que propicia podem minimizar o uso de substâncias psicoativas. As práticas integrativas em saúde se apresentam como estratégias aliadas a promoção de ambientes livres de fatores que conduzem a dependência química apresentando relação direta com atividades colaborativas das instituições de ensino superior públicas brasileiras no controle da dependência química nos ambientes institucionais e extra muro. O presente estudo de revisão narrativa utilizou como fonte de dados, os bancos Pubmed e LILACS com os termos “dependência química e universidade”, “trabalhador e drogas” e “promoção da saúde em universidades”. Buscou-se artigos de livre acesso em português publicados de 2014 a 2023. Objetivou-se analisar o comportamento das instituições de ensino superior públicas brasileiras no controle da dependência química.

O aprendizado do trabalhador da universidade pública diante do contexto da dependência química: uma visão na perspectiva do ambiente laboral

No contexto da universidade pública brasileira, encontra-se uma variedade de níveis de educação entre as pessoas. Incluindo-se estudantes de graduação,

pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), bem como professores e técnicos com diferentes níveis de formação acadêmica, desde graduação até o estágio pós-doutoral. O ambiente universitário valoriza a educação contínua e o desenvolvimento profissional, sendo comum encontrar pessoas buscando constantemente novos conhecimentos e qualificações. Essa consciência, de forma direta, favorece o entendimento dos riscos propiciados por substâncias químicas ao serem ingeridas, como observam Carmo e Siqueira (2020). Todavia, apesar do nível de maturidade e conhecimento das consequências do uso de drogas, lícitas ou ilícitas, por vários fatores, pode-se ter exceções nesse quadro, já que, várias pessoas, mesmo com níveis elevados de educação, fazem o uso de alguma substância que causa dependência. O fato ocorre devido à motivação individual, influenciada por vários aspectos contextuais, como exemplifica (Chiavenato, 2000, p. 302)

A motivação representa a ação de forças ativas e impulsionadoras: as necessidades humanas. As pessoas são diferentes entre si no que tange à motivação. As necessidades humanas que motivam o comportamento humano produzem padrões de comportamento que variam de indivíduo para indivíduo.

Nesse sentido, os fatores aliados ao contexto ambiental nos quais os trabalhadores estão inseridos, sejam docentes, discentes ou técnicos, suportando diariamente uma alta carga horária de trabalho, muitas das vezes, em ambientes laborais com pouca ergonomia e alta pressão para resultados, respectivamente, no ato de ensinar, de aprender ou nos processos administrativos das universidades públicas brasileiras. Corroborando com esse pensamento, Maslach (2001), afirma que os estressores crônicos ocorridos na situação de trabalho se constitui de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Sendo esses, causados por objeções que exemplificam a síndrome de Burnout, além de ansiedade e crises fazendo os colaboradores serem afastados de suas atividades.

A intensificação das exigências de produção científica e a competição no ambiente acadêmico aumentam a sobrecarga de trabalho, muitas vezes levando os docentes a jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais, sendo um dos agravos para o afastamento dos professores na rede pública universitária (Silva; Pereira; Oliveira, 2017). Além disso, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentados em 2020, mostram que as taxas de evasão nas universidades públicas brasileiras

variam significativamente entre cursos e instituições, mas têm apresentado uma tendência de crescimento, tendo em vista a perspectiva dos estudantes. Segundo o Censo da Educação Superior, a taxa de evasão nas universidades públicas brasileiras tem sido uma preocupação constante. Em 2020, cerca de 18,4% dos estudantes matriculados em cursos de graduação em universidades federais não conseguiram concluir seus cursos no prazo previsto.

Nesse contexto, devido à exaustão da função, independente dela, em parâmetro de atuação na universidade pública, todos os colaboradores estão postos a alta pressão, cobrança e horas semanais que se tornam exaustivas e podem acarretar vários problemas. Todavia, para amenizar o impacto na vida dos trabalhadores, faz-se necessário a utilização e disponibilidade, por parte de decisão institucional dos recantos de ensino superior, das práticas integrativas em saúde que buscam reduzir os níveis de estresse na função do dia a dia. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), referem-se a um conjunto de abordagens terapêuticas que buscam integrar conhecimentos tradicionais e científicos para promover o bem-estar e a saúde. Dentre as 29 disponibilizados para utilização por meio dos profissionais de saúde, encontra-se a massoterapia, valorada como grande auxiliadora para o alívio de tensões, como exemplifica (Santos; Silva, 2022).

Torna-se fundamental que os gestores de universidades públicas brasileiras, utilizem-se dos benefícios da massoterapia no plano de desenvolver ambientes mais confortáveis para trabalhadores, tendo esse procedimento ajudado a reduzir o estresse, aliviar dores musculares e melhorar a circulação sanguínea, contribuindo para o bem-estar físico e mental. A busca por melhoria no ambiente laboral se inicia com o cuidado com o trabalhador que executa no cotidiano as atividades requeridas pela população ou comunidade universitária, trazendo a perspectiva do dever cumprido sem adoecimento, ideal para relação harmônica desse espaço tão importante na sociedade como universidade pública. Nesse sentido, o exemplo de promoção a saúde tem que vir do equipamento de formação de futuros profissionais.

Incentivo ao autocuidado frente ao estresse no ambiente de trabalho público

Na contemporaneidade, o serviço público brasileiro se caracteriza por um cenário complexo e desafiador, marcado por diversas situações que comprometem a sanidade mental e o bem-estar dos colaboradores. Entre os

principais fatores que contribuem para essa realidade preocupante, destaca-se o **estresse**, que se apresenta como um problema multifacetado e de graves consequências. Observa-se, que um dos elementos mais presentes no cotidiano dos servidores públicos representa a **alta demanda de trabalho**. Além disso, essa sobrecarga de tarefas, muitas vezes, combinada com **prazos apertados e irreais**, gera um ritmo de trabalho acelerado e extenuante. Essa pressão constante por resultados imediatos contribuindo para o acúmulo de tarefas, a sensação de urgência constante e a dificuldade em conciliar as demandas profissionais com a vida particular.

O estresse, essa resposta inata do organismo, surge como um mecanismo de defesa essencial para nossa sobrevivência. Quando confrontados com situações de perigo ou ameaça, nosso corpo entra em estado de vigilância, mobilizando uma sequência de alterações físicas e emocionais para nos preparar para lutar (OMS, 2024). Nesse contexto, o cortisol, também conhecido como hidrocortisona, um glicocorticoide primário e mais abundante produzido pelo córtex adrenal tem um papel muito importante na regulação de vários processos metabólicos no corpo, incluindo o metabolismo da glicose, a quebra de proteínas e a disponibilização de ácidos graxos. A secreção de cortisol se mostra fortemente regulada e acompanha um padrão circadiano, onde normalmente, as concentrações de cortisol atingem o pico pela manhã ajudando a impulsionar o metabolismo do corpo para o dia seguinte e diminuem gradualmente ao decorrer do dia, atingindo uma quantidade mais baixa à noite (Bueno, 2011).

Esta flutuação natural nos níveis de cortisol tem grande importância para manter um equilíbrio saudável no corpo. Embora o estresse agudo desencadeie um aumento temporário nos níveis de cortisol, como parte de um mecanismo de proteção, a exposição crônica ao estresse pode levar a uma elevação prolongada da secreção de cortisol. Este aumento persistente na produção desse hormônio podendo ter efeitos prejudiciais em vários sistemas fisiológicos (Bueno, 2011). No ambiente laboral esses altos níveis de estresse conduzem a uma série de consequências negativas, tanto para os trabalhadores quanto para as organizações. Desse modo, a permanência desse fator pode afetar a produtividade e a qualidade do trabalho. Destacando com uma dessas consequências proeminentes, a Síndrome de Burnout, atualmente conhecida como Síndrome do Esgotamento. Trata-se de um estado de exaustão física, mental e emocional manifestada como consequência de situações de trabalho desgastantes e prolongadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

Portanto, o trabalho público deve estar em equilíbrio com todas as fases da vida humana, de forma a coexistir harmonicamente com outras áreas, uma vez que tem um grande impacto nas relações afetivas e sociais dos indivíduos, não se limitando apenas ao espaço de trabalho. Nesse contexto, o trabalho não pode ser encarado como algo separado do restante da vida de uma pessoa, mas sim como parte de um todo interligado (Azevedo; Dias, 2019). Nesse sentido, em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e competitivo, a busca incessante por produtividade se tornou um mantra para empresas. No entanto, a chave para alcançar resultados excepcionais reside em um aspecto muitas vezes negligenciado: o bem-estar dos colaboradores. O comportamento do autocuidado precisa ser urgentemente observado e estimulado pelos gestores e trabalhadores.

Assim, ao investir na valorização da saúde física, mental e social dos funcionários, as organizações podem desbloquear um potencial inexplorado, impulsionando de forma significativa a produtividade e o sucesso a longo prazo. Ilustrando esse tema do incentivo das empresas ao autocuidado dos seus funcionários, uma pesquisa mostra que o interesse de companhias em criar ações voltadas à redução do estresse cresceu 33% nos últimos 5 anos, enquanto pedidos de afastamento por adoecimento mental saltaram 26% entre 2019 e 2020 (CNN, 2024). Sob a ótica dessa perspectiva, a CloudWalk, rede global de pagamentos, declarou um compromisso exemplar com o bem-estar de seus colaboradores. A empresa se destaca por suas ações voltadas à saúde mental e o forte cuidado emocional dos colaboradores, não apenas durante o “Setembro Amarelo”, mas durante todo o ano (EXAME, 2024).

Por outro lado, mesmo com as iniciativas citadas anteriormente, o estresse e seus efeitos negativos na saúde se apresentam de maneira marcante no ambiente laboral. Segundo (Martins; Michalowski, 2015), os efeitos do estresse no trabalho podem ser minimizados por meio de planejamento organizacional e da implementação de medidas para reduzir a carga de trabalho, promovendo um ambiente de trabalho mais positivo. Além disso, outro fator bastante importante remete a associação do estresse e a procura de novas formas de atenuar esse sofrimento causado pelos problemas enfrentados no trabalho. A relação entre o ambiente corporativo e o abuso de substâncias químicas é discutida no contexto de estresse e burnout. Segundo Maslach e Leiter (2016), condições adversas no trabalho podem levar os funcionários a recorrer ao uso de substâncias como uma forma de enfrentamento.

No contexto do controle da dependência química nas instituições de ensino superior brasileiras, esse incentivo ao autocuidado se destaca com uma importante ferramenta capaz de transformar a realidade corporativa, oferecendo aos servidores diferentes recursos que possam permitir lidar com os desafios e as pressões enfrentados durante as suas longas jornadas de trabalho. Portanto, torna-se necessário a ampliação de estratégias relacionadas ao aprimoramento e fornecimento de recursos financeiros que tenham como objetivo principal o desenvolvimento do acolhimento dos colaboradores públicos. Nesse sentido, buscando inserir no interior do ambiente de trabalho alternativas para diminuir o estresse e prevenir o surgimento da dependência química no meio institucional público, visando o melhoramento ou disponibilidade das ações de saúde nas instituições de ensino superior.

Ações de saúde promovidas por instituições de ensino superior pública no controle da dependência

Considerando a produção de cachaça na Paraíba e a dependência química gerada devido ao fácil acesso, torna-se evidente a necessidade de enfrentar essa problemática, tendo as universidades públicas um papel fundamental na compreensão e controle dessas questões. Ao promoverem pesquisas, oferecerem cursos e desenvolverem programas de extensão, essas instituições contribuem significativamente para o entendimento dos aspectos biopsicossociais da dependência química. Além disso, fornecem espaços para debates e reflexões, capacitam profissionais da saúde e oferecem suporte à comunidade de trabalhadores, visando à prevenção, tratamento e reinserção social dos indivíduos afetados por esse problema. Ao abordar a dependência química de maneira multidisciplinar e baseada em evidências, as universidades públicas contribuem para construção de políticas públicas mais eficazes e promoção de uma sociedade mais consciente e solidária em relação a essa questão tão complexa e impactante.

A produção de cachaça na Paraíba, Estado do Nordeste brasileiro, possui um destaque significativo tanto cultural quanto econômico, sendo uma atividade tradicional que movimenta a economia local e atrai turistas interessados em conhecer os métodos artesanais de produção. No entanto, essa prática também está ligada a um problema de saúde pública: a dependência química do álcool. Estudos apontam que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas pode levar a sérios problemas de saúde, incluindo dependência química. Assim,

embora a cachaça represente um importante patrimônio cultural e econômico para a Paraíba, mostra-se crucial que políticas de conscientização e prevenção ao abuso do álcool sejam implementadas. Algumas universidades públicas brasileiras têm desenvolvido várias ações de promoção de saúde focadas no controle da dependência química.

Destacando-se pelas iniciativas de prevenção, intervenção e apoio contínuo aos estudantes. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por exemplo, criou uma Comissão Permanente para a Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental, que inclui a dependência química como uma das áreas prioritárias. Essa Comissão articula mecanismos internos e estabelece diálogos com outras instituições de ensino superior para implementar políticas de saúde abrangentes. Segundo Maria de Jesus Dutra dos Reis, Vice-Reitora da UFSCar, busca-se articular mecanismos e estruturas internas que viabilizem a implementação institucional da Política de Saúde Mental nos quatro campi da IES. Além disso, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) faz parte da Rede Iberoamericana de Universidades Promotoras da Saúde, reforçando seu compromisso em promover a saúde e prevenir a dependência química.

A UFES adota políticas que abrangem a criação de ambientes saudáveis, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde para melhor atender a comunidade acadêmica. A Assessoria de Políticas de Gestão da UFES, enfatiza que a promoção à saúde é realizada por complexas interações, sendo essencial para área da saúde fazer parte do projeto institucional. Essas ações indicam um progresso significativo, mas também destacam a necessidade de resolver um problema ainda maior. Apesar de tais iniciativas, ainda há muitos desafios a serem enfrentados no combate à dependência química. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros e estruturais nas universidades, que muitas vezes limitam a expansão e a eficácia dos programas de prevenção e tratamento.

Além disso, há uma necessidade premente de uma abordagem mais holística e integrada, envolvendo não apenas as universidades, mas também o governo, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. A estigmatização em torno da dependência química também continua sendo um desafio significativo, impedindo muitas pessoas de buscar ajuda e apoio de forma aberta e eficaz, as instituições de ensino precisam alcançar esses docentes e discentes. Outro desafio crucial se revela a falta de conscientização e educação acerca dos riscos e consequências do uso de substâncias psicoativas. Apesar dos esforços das universidades e de outras instituições, muitas pessoas ainda

não compreendem totalmente os danos físicos, mentais e sociais associados à dependência química.

E no contexto educacional atual, surge uma preocupação ainda maior em relação ao papel dos educadores na promoção do uso de substâncias químicas, como a maconha. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, uma proporção significativa de estudantes brasileiros tem experimentado substâncias psicoativas. Por exemplo, estudos anteriores indicam que entre 10% a 15% dos estudantes entrevistados afirmaram ter consumido maconha pelo menos uma vez na vida, com uma tendência de aumento entre os adolescentes mais velhos. Esses dados lançam luz sobre a influência potencial dos educadores na percepção e no comportamento dos alunos em relação ao consumo de drogas.

Ao promoverem mensagens que minimizem os riscos associados ao uso de substâncias químicas, alguns professores podem inadvertidamente contribuir para normalização do consumo de drogas entre os jovens estudantes, gerando consequências adversas para sua saúde e bem-estar futuro. Para enfrentar efetivamente o desafio da dependência química, as universidades públicas devem agir de maneira proativa, não apenas na abordagem e compreensão do problema, mas também na implementação de estratégias práticas de prevenção e tratamento. Além de promoverem pesquisas e oferecerem cursos acerca da dependência química, essas instituições devem investir em programas de conscientização, campanhas educativas e serviços de apoio para seus docentes e discentes.

Ao criar um ambiente que valoriza a saúde mental e o bem-estar, as universidades podem desempenhar um papel fundamental na redução do consumo de substâncias e na promoção de estilos de vida saudáveis. Contudo, para alcançar resultados significativos na luta contra a dependência química, mostra-se imprescindível uma abordagem colaborativa e integrada. As universidades públicas devem buscar parcerias com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e comunidades locais para implementar políticas abrangentes de prevenção e tratamento. Torna-se essencial o engajamento de toda a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores, técnicos e gestores, na promoção de um ambiente saudável e livre de drogas. Apenas por meio dessa colaboração e comprometimento conjunto, pode-se esperar alcançar progressos reais na redução da dependência química e na construção de uma sociedade mais saudável e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premente implementação de ações estratégicas que busquem desenvolver ambientes nas universidades públicas que melhorem a qualidade de vida dos colaboradores, mostra-se como comportamento esperado das instituições de ensino superior públicas brasileiras no controle da dependência química. Há necessidade de declinar ambientes que propiciem à dependência química influenciados diretamente pela alta demanda e elevada cobrança por métricas e resultados. À luz dessas descobertas, torna-se evidente que os colaboradores desempenham papéis fundamentais para existência universitária sob uma ótica institucional, acolhedora e promotora de saúde. Ao refletir acerca dos desafios enfrentados pelos trabalhadores em ambientes universitários, torna-se fundamental o reconhecimento das ações utilizando de práticas integrativas em saúde.

O estresse e a pressão por resultados, apresentam-se como principais causadores de afastamento do ensino superior. Dessa forma, implicando, na importância de implantação ou implementação de atividades de cuidado na área de saúde do trabalhador, seja ele o estudante, professor ou técnico. Faz-se importante reconhecer as limitações do presente estudo ao analisar apenas o cenário das universidades públicas brasileiras citadas em estudos, impedindo a generalização dos resultados obtidos. Espera-se ter contribuído de forma direta para os avanços do desenvolvimento científico no panorama de estratégias que elevem a saúde do trabalhador e a relação entre ambientes que propiciam o uso de substâncias psicoativas não prescritas. Além de possibilitar autocuidado e reflexão acerca da temática, possibilitando a mudança dos gestores públicos universitários na possibilidade de oferta de ações de controle do ambiente laboral perturbador.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Bárbara Karina Neves; DIAS, Leonardo Francisco. Estresse ocupacional em trabalhadores bancários: impacto biopsicossocial e redução da produtividade. 2019.

BIREME/ OPAS/ OMS-ALVES, Márcio. Estresse | Biblioteca Virtual em Saúde MS. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/estresse/>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Síndrome de Burnout. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2023: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/view>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BUENO, Juliano Ribeiro. Cortisol e exercício: efeitos, secreção e metabolismo. Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício, v. 10, n. 3, p. 178–180, 10 set. 2011.

CAMPOS, E. C. Impactos do consumo excessivo de álcool na saúde pública. Revista de Saúde Pública, v. 49, n. 2, p. 123-129, 2015.

CARMO, Dilce Rejane Peres do; SIQUEIRA, Daiana Foggiato de. Relações entre o uso de substâncias, ansiedade, depressão e estresse por trabalhadores de universidade pública. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, n. 1, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0839>.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Makron Books, 2000.

CNN BRASIL. Empresas ampliam programas de bem-estar em meio à preocupação com saúde mental. 20 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/sobe-33-o-interesse-das-empresas-em-criar-aco-es-de-sau-de-mental-diz-pesquisa/>. Acesso em: 23 maio 2024.

EXAME. Setembro Amarelo: 5 empresas que investem no bem-estar dos colaboradores. Disponível em: <https://exame.com/bussola/setembro-amarelo-5-empresas-que-investem-no-bem-estar-dos-colaboradores/>. Acesso em: 23 maio 2023.

GESTÃO UFSCAR. Construção de Política de Saúde Mental avança entre universidades. Disponível em: <https://www.gestao.ufscar.br>. Acesso em: 03 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Acesso em: 08 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2020: principais resultados. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/censosuperior/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MARTINS, Juliano; MICHALOSKI, Ariel Orlei. Qualidade de vida e estresse no trabalho. 2015.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. Burnout: A guide to its origins and its consequences. Thousand Oaks: Sage Publications, 2016.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job burnout. *Annual Review of Psychology*, v. 52, n. 1, p. 397-422, 2001.

MULLARD, A. The evolving landscape of drug discovery. *Nature Reviews Drug Discovery*, v. 23, p. 159-161, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41573-024-00036-0>.

SANTOS, Ana Cristina dos; SILVA, Fabíola de Freitas Cardoso. Benefícios da Massoterapia e Práticas Integrativas para a Qualidade de Vida do Grupo da Terceira Idade do Abrigo Frei Otto Shelter. *Estética do movimento*, 2022.

SILVA, A. B.; PEREIRA, C. M.; OLIVEIRA, D. A. T. Análise das relações entre suporte social e saúde mental em adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 2, p. 450-463, 2017. DOI: <10.1590/2175-353920170213111132>.

SILVA, M. R. A dependência química do álcool e seus efeitos na sociedade. *Jornal de Estudos sobre Drogas*, v. 22, n. 4, p. 456-465, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Ufes integra Rede Iberoamericana de Universidades Promotoras da Saúde. Disponível em: <https://www.ufes.br>. Acesso em: 03 jun. 2024.

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL

Bárbara Pinheiro Araújo
Naelly Lays Monteiro Florêncio
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

A dependência química, segundo o Ministério da Saúde (2022), mostra-se como um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após o uso repetido de uma determinada substância. A dependência química pode estar relacionada ao uso de uma substância específica, como o fumo, o álcool ou a cocaína, podendo ainda, envolver um conjunto de substâncias diferentes. A adicção se trata de uma doença complexa e multifatorial, afetando o indivíduo fisicamente e psicologicamente. A discussão acerca do uso de drogas envolvendo profissionais de diversas áreas se apresenta imprescindível para o desenvolvimento do tratamento da dependência química, atentando-se ao aumento do uso de substâncias. Pesquisas apontam que cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo em 2020, divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Além do aumento global do uso de drogas, no Brasil, o índice crescente de dependentes químicos também desperta preocupação. Considerando que, no país, em 2021, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 400,3 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de drogas e álcool. O número mostra um aumento de 12% em relação a 2020.

No Brasil, foram implementadas diversas políticas públicas voltadas à dependência química, que buscam garantir acesso gratuito e igualitário à saúde. De acordo com Batista de Oliveira *et al.* (2022) o indivíduo que necessita de tratamento devido ao abuso de álcool e outras drogas pode ser atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), um direito universal à saúde garantido pela Constituição Federal. Para isso, o paciente deve procurar as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD).

Ainda assim, a falta de informação à população acerca do serviço disponibilizado pelos CAPS AD mantém muitos dependentes sem atendimento (Carvalho, *et al.*, 2023). O tratamento da dependência química inclui profissionais de diversas áreas da saúde, sendo a atuação do farmacêutico no tratamento da dependência de caráter essencial na evolução do paciente. Brustolin *et al.* (2019) apontam a pertinência da assistência farmacêutica aos usuários, uma vez que há uma expectativa inicial relacionada aos medicamentos, tendendo a se reafirmar ao longo do processo terapêutico devido aos efeitos perceptíveis de diminuição da abstinência e da compulsão. O acompanhamento farmacoterapêutico se destacou por descentralizar o cuidado da lógica médica, uma visão inovadora de evolução de práticas em saúde que favorecem o usuário e o farmacêutico. O presente estudo objetivou avaliar a atuação do farmacêutico no tratamento da dependência química no Brasil por intermédio de uma revisão narrativa.

METODOLOGIA

Este estudo de revisão narrativa da literatura acerca da atuação do farmacêutico no tratamento da dependência química no Brasil, destacou os serviços de cuidado farmacêutico e o tratamento farmacoterapêutico. De acordo com Siddaway *et al.* (2019), as revisões de literatura reúnem, sintetizam e criticam uma ou mais literaturas para fornecer uma impressão geral em relação a uma determinada questão de pesquisa, abordando informações científicas. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2024 com coleta de dados nas bases de dados Pubmed e LILACS utilizando os termos “Dependência química; Cuidado farmacêutico; Perfil farmacológico; Comorbidades da dependência química”. Os critérios de inclusão foram artigos que abordassem a temática da dependência química e a atuação do farmacêutico no tratamento, publicados nos últimos 10 (dez) anos.

Em contrapartida, os critérios de exclusão foram os artigos fora do eixo temático, artigos sem livre acesso e artigos que foram publicados antes de 2014. Nesse domínio, das vastas publicações encontradas, 37 artigos foram utilizados. Diante da conclusão do estudo dos artigos selecionados para integrar a análise, os dados extraídos para a formação desta revisão narrativa foram categorizados da seguinte forma: O profissional farmacêutico e a dependência química; O uso de medicamentos no tratamento da dependência química; O tratamento das comorbidades advindas da dependência química e o acompanhamento do farmacêutico.

O profissional farmacêutico e a dependência química

A dependência química se apresenta como doença multifatorial, podendo afetar o indivíduo psicologicamente, cognitivamente e, também, desencadear diversos problemas de saúde. Devendo-se ressaltar a participação de diversos profissionais nas equipes responsáveis pelo tratamento, como farmacêutico clínico, psicólogos, médicos, enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais. Conforme pesquisa realizada pela Ebserh (2024), para que o diagnóstico da dependência química seja realizado, necessita que três ou mais dos seguintes sintomas estejam presentes: Forte desejo de consumir o álcool ou a droga; dificuldade de controlar o início e término do consumo; sinais de síndrome de abstinência; desenvolvimento de tolerância; prazer apenas no uso do álcool ou da droga; persistência no uso do álcool ou da droga, a despeito de consequências nocivas.

O tratamento deve ser realizado empregando uma avaliação multidisciplinar, que pode compreender o uso de medicações, psicoterapia e suporte social. Além disso, algumas pessoas, eventualmente, podem necessitar de uma internação breve para realização do tratamento de abstinência. Ficando demonstrado um exemplo de bom funcionamento de equipe multiprofissional no serviço público de saúde e diferencial para o sucesso dos programas terapêuticos (Hott *et al.*, 2019). O farmacêutico tem papel de relevância na saúde, sendo necessário difundir o conhecimento acerca da importância desse profissional atuante nos serviços de saúde junto à equipe multidisciplinar. O farmacêutico clínico se revela o profissional inserido no cuidado ao paciente em prol da melhoria da qualidade de vida, por meio do acompanhamento no uso correto de seus medicamentos visando promoção à saúde.

Deve estabelecer uma relação de cuidado centrada no paciente; desenvolver ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde; participar ativamente na formulação e no acompanhamento da farmacoterapia; realizar intervenções farmacêuticas (Vieira *et al.*, 2022). A intervenção da dependência química requer um esquema terapêutico complexo, exigindo, principalmente, que o paciente manifeste adesão ao tratamento. Diante disso, o farmacêutico desempenha um papel fundamental no tratamento, buscando garantir a melhora do quadro do paciente e minimizar os problemas relacionados aos medicamentos (PRM). De acordo com Grangeiro e Belém (2022), o farmacêutico se torna corresponsável pela qualidade de vida do paciente, por meio da realização do acompanhamento, direcionamento e o monitoramento da farmacoterapia a qual o paciente esteja submetido.

Soma-se ainda, a disponibilização de todas as informações essenciais relacionadas aos medicamentos, assegurando a adesão ao tratamento e o uso racional de medicamentos, evitando a intoxicação. O processo de desintoxicação se mostra um caminho necessário à reestruturação das funções metabólicas e estabilidade emocional do dependente químico. Nesse contexto, a farmacoterapia representa uma importante aliada nesta trajetória demonstrada por evidências científicas que favorecem uma abordagem para o tratamento da dependência química baseada em acompanhamento terapêutico e monitoramento dos sintomas de abstinências graves (Ferreira *et al.*, 2020). Entretanto, para que a farmacoterapia aplicada cumpra o objetivo de ser eficaz e segura, mostra-se fundamental que o paciente complete o tratamento indicado e não suspenda o uso dos medicamentos sem orientação profissional.

Ademais, o aumento da demanda da atuação do farmacêutico no tratamento da terapia intensiva assegura a importância do farmacêutico no cuidado do paciente em estado crítico. Segundo a Resolução nº 675, de 31 de outubro de 2019, Lee *et al.* (2019), em uma revisão sistemática acerca da atuação do farmacêutico na equipe multiprofissional em terapia intensiva, encontrou dados que demonstraram redução significativa na mortalidade, no tempo de internação na UTI e no número de eventos previsíveis e não previsíveis (CFF, 2019). Portanto, a atuação do profissional farmacêutico se revela benéfica tanto para a equipe quanto para o paciente, reduzindo os erros nas prescrições, administrações erradas dos medicamentos, problemas relacionados à farmacoterapia, as quais podem trazer danos à saúde.

Além de contribuir para a promoção em educação em saúde, resultando em qualidade de vida e melhores resultados na terapia medicamentosa do

paciente. Assim, a longo prazo, a diminuição no número de retornos de consultas médicas dos pacientes (Fernandes, 2019). Diante do exposto, entende-se que se mostra imprescindível a atuação do farmacêutico no tratamento da dependência química, tendo em vista serem profissionais devidamente capacitados para instruir os pacientes por meio da educação em saúde relacionada aos medicamentos e aplicar as intervenções farmacêuticas quando necessárias. Cavalcante *et al.* (2022) apontam que o impacto do farmacêutico em unidades de terapia intensiva tem apresentado redução de erros de prescrição e nos custos de medicamentos e o aumento da otimização da farmacoterapia, garantindo assim a segurança dos pacientes.

A relação direta do farmacêutico com o dependente químico favorece a evolução do paciente além do uso correto de medicamentos. O cuidado farmacêutico e o acolhimento ao paciente ficando demonstrado como a garantir que o paciente seja capaz de aderir às intervenções terapêuticas, atenuando os índices de indivíduos que abandonam o tratamento. Segundo Gonçalves *et al.* (2019), o acolhimento oferecido na admissão do paciente no serviço se torna decisivo na adesão ao tratamento, a abordagem inicial realizada pelo serviço pode resultar em adesão, quando proporcionar o estabelecimento de relações de respeito e aceitação mútuas, bem como a criação de vínculos não apenas entre os pacientes, como também entre os usuários do serviço e a equipe profissional.

O uso de medicamentos no tratamento da dependência química

No Brasil, o uso de drogas se revela um fator cultural e de socialização entre os usuários. Ademais, a apologia ao uso de drogas nas mídias tem se assegurado como um forte estimulador para o aumento desenfreado do uso de substâncias lícitas e ilícitas, sobretudo influenciando os adolescentes. A segunda edição do Relatório Brasileiro Sobre Drogas (2021) mostrou, por meio de pesquisas, que o índice de uso de álcool na população foi de 44%, sendo a droga lícita mais usada. E o tabaco, segunda droga mais usada, apresentou uso de 27% na população. O aumento da população usuária de drogas exige que sejam implementados esquemas terapêuticos satisfatórios para tratar a dependência química, atenuando os sinais de fissura, abstinência e tolerância presentes nos usuários.

Nesse contexto, o alcoolismo, doença desencadeada pelo uso excessivo e prejudicial de álcool apresenta o tratamento para a dependência alcoólica

requerendo diversas intervenções e devendo ser administrado conforme prescrito pelo profissional responsável. O uso de álcool associado a certos medicamentos pode provocar problemas na absorção do medicamento, causar potencialização do efeito do fármaco e afetar o metabolismo dos medicamentos. O dissulfiram (DSF) foi a primeira intervenção farmacológica aprovada pelo *Food and Drug Administration* (FDA) para tratamento da dependência de álcool. O DSF oral supervisionado se mostra eficaz quando incorporado a um tratamento que inclua intervenções elaboradas com a finalidade de criar novas habilidades sociais, por meio de aconselhamento, além de atividades de ressocialização e recreacionais que estimulem a abstinência.

É importante a adoção de estratégias que aumentem a adesão ao tratamento. O dissulfiram, inibidor irreversível da enzima acetaldéido-desidrogenase, quando ingerido em concomitância com o álcool leva à formação de acetaldéido, cujo acúmulo provoca cefaleia, náuseas, vômitos, taquicardia e intenso mal-estar (Figueira; Senna Júnior, 2021). O acamprosato e a naltrexona consistem em importantes recursos farmacológicos no tratamento da síndrome de abstinência alcoólica (Santos; Andrade, 2022). O uso do Naltrexona reduz e previne o desejo de consumir álcool, e possui poucos efeitos colaterais. O fármaco não bloqueia totalmente os efeitos do álcool, mas modifica a sensação de prazer que pode ser proporcionada pelo álcool, fazendo o ato de consumir a substância menos prazeroso. O medicamento Acamprosato atua diminuindo as recaídas do tratamento (Oliveira; Cabral; Sousa, 2022).

O tratamento do alcoolismo se apresenta individual e complexo, devendo-se avaliar o caso clínico do paciente de modo único, empregando conduta terapêutica necessária para minimizar os sintomas e buscar solucionar o problema do paciente. Entretanto, além dos medicamentos já citados, o Topiramato, também, torna-se fármaco muito usado no tratamento da dependência de álcool. De acordo com Oliveira *et al.* (2022), o topiramato, utilizado para aliviar o desejo intenso, classificado como agente antiepilético, possui diversos efeitos no cérebro, bloqueando a ação da substância glutamato relacionada aos sintomas da abstinência do álcool, controlando a vontade de ingerir álcool e tabaco. Mediante estudo realizado, Freitas (2022) afirma que o topiramato atende bem aos benefícios propostos, no âmbito dos seus limites de atuação farmacológica, sendo necessário cautela no seu uso, especialmente, em conjunto com outros fármacos.

Nesse sentido, revela-se importante que os profissionais da saúde estejam cientes das interações e possíveis complicações, prestando cuidadosa

assistência aos seus pacientes em tratamento. Diferentes classes farmacológicas foram utilizadas no tratamento do alcoolismo, incluindo ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos, antiepiléticos, anti-histamínicos e anticolinérgicos. O diazepam foi identificado como o principal benzodiazepínico utilizado. Os antidepressivos, como a amitriptilina, podem ser utilizados para controlar sintomas como ansiedade, depressão e insônia, frequentemente associados à síndrome de abstinência. Esses medicamentos são prescritos de acordo com as necessidades individuais de cada paciente (Marques; Marinho, 2023).

Nesse sentido, para garantir a adesão ao tratamento se faz necessário que os profissionais construam uma relação de cuidado e atenção com o paciente, visando educar os indivíduos acerca da minimização de efeitos adversos, e além disso, acompanhar a evolução do paciente. Os profissionais de saúde encaminhados pelo caso se tornam responsáveis pela atividade de acompanhamento ao paciente, podendo em certas situações substituir, suspender ou adicionar outras medidas terapêuticas, caso necessário. Em contrapartida, o tratamento do tabagismo, também, mostra-se como um processo desafiador e, para a melhora de saúde e estilo de vida do indivíduo, pode-se necessitar de tratamento farmacológico. O tabagismo, definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma doença crônica, mata mais de 8 milhões de pessoas anualmente. Filho *et al.* (2021) apontam que o melhor tratamento para o tabagismo se apresenta por meio de medidas comportamentais, associadas a terapia farmacológica.

O uso excessivo de nicotina, substância química presente nos cigarros, causa dependência marcante nos usuários, e tem associação a respostas compensatórias envolvendo sensação de prazer e satisfação. De acordo com Tomaz (2022), estudos afirmam que o tratamento farmacológico para cessar a dependência ao uso de cigarros demonstraram uma maior eficácia em relação aos tratamentos não-farmacológicos. Entre os medicamentos usuais, a bupropiona, vareniclina e a reposição de nicotina se revelaram os fármacos de primeira linha de escolha no tratamento do tabagismo no Brasil. Podendo, também, ser administrada a associação destes medicamentos, caso seja avaliada a necessidade para melhora da condição clínica do paciente, sendo a vareniclina, fármaco com maior eficácia para cessação da dependência em tabaco, tendo sido desenvolvida especialmente para tratamento do tabagismo.

A vareniclina atua como antagonista dos receptores colinérgicos nicotínicos, com alta seletividade pelos receptores nicotínicos de acetilcolina. O medicamento se liga a esses receptores e produz efeito de alívio dos

sintomas de fissura e abstinência, além de bloquear o efeito de recompensa do tabagismo, impedindo a liberação adicional de dopamina (Gaya, 2023). A bupropiona, medicamento com o potencial de diminuir o desejo de fumar, apresenta-se como inibidor seletivo da recaptção de norepinefrina e dopamina, com atuação inferior na recaptção de serotonina. Em contraponto, a nicotina atua como estimulador da produção destes neurotransmissores. Além disso, a bupropiona age como antagonista não competitivo de diversos receptores nicotínicos de acetilcolina. Dessa forma, a bupropiona aumenta a capacidade dos pacientes em se absterem do ato de fumar e minimiza os sintomas de abstinência (Tomaz, 2022).

O tratamento do tabagismo necessita de avaliação inicial do caso do paciente para definir a melhor farmacoterapia a ser empregada. Assim, requer que seja avaliado o nível de dependência do usuário e o estado de saúde em que se encontra. Nesse contexto, entre os medicamentos usados, a terapia de reposição de nicotina se apresenta, com frequência, implementada no tratamento desta dependência. Lima *et al.* (2022) afirmam que a Terapêutica de Substituição da Nicotina (TSN) se revela a mais utilizada. Esta, consistindo na utilização de fármacos com nicotina, segundo um esquema de desabituação do ato de fumar e que reduz os sintomas de privação e previne o aumento de peso associado à cessação tabágica. Na terapia de substituição da nicotina a biodisponibilidade se mostra muito menor comparada à presente nos cigarros, diminuindo os sintomas da abstinência parcialmente. Atualmente, existem gomas de mascar e adesivos de nicotina indicados para garantir o objetivo terapêutico.

De outro modo, no Brasil, o aumento do uso de cocaína e crack, subproduto da cocaína, tem despertado o crescimento no número de estudos acerca dos possíveis tratamentos para cessar a dependência dessas drogas e atenuar os sintomas de abstinência e “fissura”, apresentando-se de forma muito agressiva nos usuários dessas substâncias. O uso de cocaína e/ou crack causa diversos danos à saúde, sendo necessário a implementação de uma terapia intensiva no tratamento, objetivando a meta de melhorar a qualidade de vida e estado clínico dos pacientes. De acordo com Prudência (2019), embora esses psicoestimulantes apresentem alto potencial de causar dependência, ainda não há um protocolo farmacoterapêutico clínico seletivo. Dessa forma, vários estudos vêm sendo realizados para avaliar quais medicamentos podem potencialmente melhorar a abstinência por cocaína, reduzindo assim, o desejo e o consumo dessa substância.

Nesse contexto, os agonistas GABAérgicos, como os antiepilépticos, mostraram benefícios quando utilizados no tratamento da dependência em cocaína e seus derivados, com o topiramato e a tiagabina obtendo mais resultados positivos. Estes parecem diminuir os níveis extracelulares de dopamina induzidos pela cocaína, reduzindo a propriedade reforçadora da droga. Ademais, psicoestimulantes e antidepressivos também se mostram como classes que vêm sendo investigadas como promissoras para o tratamento da dependência de cocaína. Estudos realizados com roedores mostraram que a mirtazapina, um antidepressivo, produzia uma redução significativa da autoadministração de cocaína. Além disso, estudos apontam que os agonistas e antagonistas dopaminérgicos podem ter um impacto na eficácia dos efeitos de recompensa da cocaína, reduzindo a motivação para consumir cocaína (Gonçalves, 2021).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu uma pesquisa acerca da vacina Calixcoca, contra a dependência em crack e cocaína. O medicamento desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) induz o sistema imune a produzir anticorpos que se ligam à cocaína na corrente sanguínea. Essa ligação transforma a droga numa molécula grande, que não passa pela barreira hematoencefálica. A proposta visa enfrentar a dependência em cocaína e seus derivados, como o caso do crack. Atualmente, não existem tratamentos registrados em agências regulatórias para essas dependências. As alternativas disponíveis são o uso de medicamentos com função sintomática, ou seja, que ajudam a tolerar a abstinência ou diminuir a impulsividade (CFF, 2023).

O tratamento das comorbidades advindas da dependência química e o acompanhamento do farmacêutico

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) representam condições de saúde de caráter duradouro, impactando na vida do indivíduo e na dos que fazem parte do seu convívio social. As doenças cardiovasculares e respiratórias se mostram como principais tipos de DCNT, em consonância com neoplasias e diabetes (Fernandes *et al.*, 2023). O tabagismo está vinculado a milhares de mortes anualmente, sendo responsável por desencadear diversas DCNT, como doenças que acometem o sistema cardiovascular e o respiratório, causando câncer de pulmão, enfisema pulmonar e bronquite crônica (Fernandes *et al.*, 2023; Araújo; Costa; Peixoto, 2023). O alcoolismo, também considerado um fator de risco para o desenvolvimento de DCNT, podendo causar câncer

de pulmão, além de Hepatite B e C, Esteatose, Hepatite Alcoólica e Cirrose Hepática (Fernandes *et al.*, 2023; Lanza *et al.*, 2021).

No estudo observacional do tipo ecológico, realizado por Fernandes *et al.* (2023), foram analisadas variáveis acerca da senescência, tabagismo, alcoolismo e inatividade física, em diversas regiões e países. O fator de risco que se mostrou mais favorável ao desenvolvimento de DCNT e mortalidade, foi o processo de envelhecimento da população. O tabagismo, por sua vez, foi indicado como o segundo maior fator de risco, sendo que pessoas de vulnerabilidade social e econômica se mostram mais propensas a fumar, consumirem tabaco, ter dificuldade de minimizar a utilização do fumo ou cessar o tabagismo e, até mesmo, virem a óbito precocemente. Já o hábito de consumir bebidas alcoólicas representa o quarto maior fator de risco de doença crônica. Em relação ao consumo de álcool por gestantes, destaca-se que tal prática pode desencadear a ocorrência de abortos, natimortalidade e prematuridade.

O feto pode sofrer as consequências da ingestão do álcool, podendo causar problemas físicos, mentais e de aprendizado. Além disso, torna-se pertinente pontuar que existem diversas desordens fetais alcoólicas (FASD) sendo as principais a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), Defeitos Congênitos Relacionados ao Álcool (ARBD) e as Desordens do Neurodesenvolvimento Relacionados ao Álcool (ARND) (Lanza *et al.*, 2021). A quantidade de álcool que a gestante consome, o tempo que a substância fica no organismo do feto e a concentração dela, faz com que o feto desenvolva atraso no crescimento, hipóxia e alterações no sistema nervoso central, sendo as mais recorrentes a falta de corpo caloso, microcefalia, alterações no cerebelo, dificuldades de memória e aprendizado (Lanza *et al.*, 2021).

O consumo a longo prazo e o processo de privação de bebidas alcoólicas podem causar diversos danos ao Sistema Nervoso Central (SNC). Nesse sentido, sendo as complicações mais relevantes que ocorrem no SNC a Intoxicação Alcoólica, Crises Convulsivas, Delirium Tremens e Neuropatia Alcoólica. Além destas, demência, encefalopatia de Wernicke e Degeneração Cerebelar Alcoólica também podem surgir (Lanza *et al.*, 2021). O câncer, considerado grave problema de saúde pública, possui caráter multifatorial. Fatores internos do organismo como os genéticos e fatores externos relacionados ao meio ambiente e aos hábitos do indivíduo podem facilitar o desenvolvimento de câncer. As neoplasias que surgem no trato digestório podem ser decorrentes de hábitos alimentares ruins, do tabagismo, alcoolismo e sedentarismo, por exemplo (Gonçalves *et al.*, 2022).

A segunda maior causa de morte por câncer está relacionada ao câncer gástrico, causado por diversos fatores que, por vezes, estão vinculados ao meio ambiente e a genética do acometido. O consumo do tabaco se apresenta como um fator de risco para câncer gástrico, principalmente, porque em sua fumaça se encontram constituintes carcinogênicos que modificam o material genético das células. Dependendo do tempo de uso do tabaco, do período inicial de uso e quantidade de exposição à droga, o risco de adquirir câncer se torna elevado (Gonçalves *et al.*, 2022). Em um estudo descritivo, 51 pacientes em isolamento por aerossol foram entrevistados, sendo em sua maioria do gênero masculino, com idade entre 23 a 50 anos. Foi verificado que antes ou durante o tratamento da tuberculose, os pacientes fizeram uso de drogas ilícitas, álcool e/ou cigarros, sendo o consumo deste último o maior entre os entrevistados (Oliveira *et al.*, 2020).

O tabagismo, alcoolismo, drogadição e efeitos adversos do tratamento, fazem com que indivíduos não terminem o tratamento da tuberculose (TB). Em relação ao consumo de álcool, estudos relataram que tal substância modifica a resposta imunológica, fazendo com que haja uma maior predisposição a doenças do trato respiratório, como a TB. Além disso, a mortalidade vinculada a TB se apresenta maior em pessoas que possuem o hábito de fumar (Oliveira *et al.*, 2020). Ademais, o tabagismo pode causar diversos problemas relacionados à saúde bucal, como cáries dentárias, doenças periodontais, halitose e câncer oral. O alcatrão presente nos cigarros provoca o aparecimento de manchas nos dentes, além de causar cáries. A nicotina provoca inflamação crônica na boca e prejudica o fluxo sanguíneo.

O uso de tabaco facilita o desenvolvimento de câncer bucal, pois possui substâncias como a nitrosamina que causam danos ao DNA das células. Quando o tabaco está em associação com o álcool, há o aumento dos casos de câncer bucal, irritando sinergicamente a mucosa oral (Araújo; Costa; Peixoto, 2023). Todas as comorbidades advindas da dependência química devem ser acompanhadas e tratadas de forma individualizada e atenciosa, atendendo as necessidades de cada um, a fim de promover a melhora do quadro clínico do paciente. Nesse prisma, torna-se fundamental a participação do farmacêutico na equipe multiprofissional, visto ser o farmacêutico, responsável por auxiliar no tratamento farmacológico e não farmacológico, acompanhar a farmacoterapia e promover o uso racional dos medicamentos.

O farmacêutico se apresenta como profissional que está vinculado diretamente aos medicamentos e deve auxiliar o paciente em seu processo

saúde-doença. O profissional deve promover intervenções farmacêuticas, fazendo com que o acometido por determinadas patologias tenha um maior esclarecimento acerca do uso dos medicamentos e siga com o tratamento. Referente a atuação do farmacêutico na oncologia, suas atribuições vão desde a administração de medicamentos de suporte, adição e conciliação medicamentosa, ajuste nas doses dos medicamentos, monitorização dos fármacos, promoção do uso racional, promover a adesão terapêutica e evitar a ocorrência de reações adversas (Peixoto, 2021). A atuação do farmacêutico se mostra fundamental no tratamento da tuberculose, visto promover a dispensação de fármacos, orientação correta do uso de medicamentos, armazenamento dos medicamentos de forma correta e analisa possíveis interações medicamentosas.

Nesse contexto, faz que o paciente busque aderir ao tratamento, evitando a evolução da doença e as resistências bacterianas. O farmacêutico pode auxiliar, ainda, utilizando um plano de acompanhamento farmacoterapêutico com o intuito de coletar dados, identificar problemas, elaborar um plano de cuidado e atender de forma individualizada o paciente para que haja adesão ao tratamento e restauração da saúde do acometido (Nicoletti, 2020). No tocante ao tratamento farmacológico da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) causada, por vezes, pelo tabagismo, vez-se fundamental para promover a melhora da qualidade de vida e bem-estar ao indivíduo. O farmacêutico irá participar da avaliação inicial do paciente e, acompanhá-lo durante o tratamento, solucionando problemas que venham a surgir, ajustando posologias, avaliando a efetividade do tratamento e promovendo o uso seguro e racional dos fármacos (Corcini; Garcia, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do farmacêutico no tratamento da dependência química no Brasil ficou demonstrada ser essencial por se tratar de uma doença multifatorial e complexa, afetando os indivíduos em diversas áreas da vida pessoal e social. Nesse contexto, faz-se necessário a atuação de uma equipe multiprofissional para tratar os sintomas de abstinência, “fissura” e tolerância que acompanham o estado clínico dos usuários, além de tratar as possíveis comorbidades advindas do uso excessivo de drogas. O acompanhamento farmacêutico aos pacientes mediante aplicação de estratégias para favorecer a adesão ao tratamento, além da atuação no monitoramento da resposta do paciente ao

tratamento farmacoterapêutico, garante o sucesso das intervenções terapêuticas e preserva a saúde do paciente.

O farmacêutico possui um papel indispensável na atenção farmacêutica, sendo o profissional da equipe de saúde com maior compreensão acerca dos medicamentos. Portanto, o profissional mais capacitado para evitar os problemas relacionados a medicamentos e, nesse sentido, proporcionar um tratamento mais seguro e eficaz ao paciente. Na equipe multiprofissional responsável pelo tratamento de adictos, atuando na educação em saúde, monitoramento da prática farmacoterapêutica, evitando interações medicamentosas e as reações adversas a medicamentos e, também, auxiliando aos demais profissionais a fim de estabelecer o esquema farmacoterapêutico mais indicado para cada paciente. A relação farmacêutico e paciente tem demonstrado resultados positivos na diminuição do abandono do tratamento, elevando a probabilidade de um tratamento eficaz, no qual o paciente possa se abster das drogas e melhorar sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRUSTOLIN, M.; FETTERMANN F. A.; BITTENCOURT R. A.; RIBEIRO V. B. Eficácia do tratamento do tabagismo na perspectiva da redução de danos e do cuidado farmacêutico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 17, p. e1565, 14 nov. 2019.

CARVALHO, D. P et al. Dependência química e o tratamento integral humanizado pelo SUS: uma breve revisão de literatura. **Cesuca Centro Acadêmico**, [S. l.], p. 9, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/2597>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CAVALCANTE, M. G.; ARRUDA, K. C. de O.; SOUSA, M. A. L. de; FRANCELINO, E. V. A importância da integração do farmacêutico em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI): Uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 37-46, 2022. DOI: 10.25191/recs.v7i1.17. Disponível em: <http://publicacoes.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/recs/article/view/17>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CFF. Conselho Federal de Farmácia. RESOLUÇÃO Nº 675, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019. Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/

Conselho Federal de Farmácia, [S. l.], p. 1, 22 nov. 2019. Disponível em: <blob:https://cff-br.implanta.net.br/133d61cf-9c25-418d-a967-1fbecd585a6d>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CFF. Do Brasil: vacina da UFMG contra a dependência de cocaína e crack vence prêmio internacional. **Conselho Federal de Farmácia**, [S. l.], p. 1, 24 out. 2023. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/24/10/2023/do-brasil-vacina-da-ufmg-contra-a-dependencia-de-cocaina-e-crack-vence-premio-internacional>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CORCINI, D. S.; GARCIA, R. M. A. Atenção farmacêutica a pacientes portadores de doença pulmonar obstrutiva crônica e asma. **Revista de APS**, v. 23, n. 4, 2020.

DE ARAÚJO, M. L.; COSTA, I. M. R. de O.; PEIXOTO, F. B. Patologias bucais relacionadas ao tabagismo. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 6, p. e12878-e12878, 2023.

DE FREITAS, T. N. F. Alterações laboratoriais decorrentes do uso do topiramato e comparativo com alterações existentes nas doenças em tratamento: epilepsia, obesidade e transtorno do uso do álcool – revisão bibliográfica. 2022. 39 f. Monografia (Graduação em Biomedicina) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/46700/4/Alterac3%a7%c3%b5esLaboratoriais_Freitas_2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

DE OLIVEIRA, B. B. et al. Formas de detecção breve da dependência química no SUS. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 21, n. 1, 18 jul. 2022.

DE OLIVEIRA, E. K. C; CABRAL, L. A; de SOUSA, J. I. 2022, 19 p. Fármacos e estratégias para o tratamento do alcoolismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Farmácia). Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/10097/1/Farm%c3%a1cia_2022_1_Lucas%20Aguiar%20Cabra_l_F%c3%a1rmacos%20e%20estrat%c3%a9gias%20para%20o%20tratamento%20do%20alcoolismo.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

DE OLIVEIRA, R. L. et al. Relatos de uso de tabaco, álcool e drogas ilícitas entre pacientes em tratamento para tuberculose. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 14866-14877, 2020.

EBSERH. Dependência química é doença e tem tratamento. **Agência Gov.br**, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/dependencia-quimica-e-doenca-e-tem-tratamento>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FERNANDES, L. de O; TEIXEIRA, N. W; KOCK, K. de S. Relação do tabagismo, inatividade física, consumo de álcool e população idosa com a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis: um estudo ecológico com base de dados mundial. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e14812340643-e14812340643, 2023.

FERNANDES, L. L. A importância do farmacêutico hospitalar juntamente com a equipe multidisciplinar na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). **Revista Farol**, [S. l.], p. 14, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/167/131>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FERREIRA, A. de S. et al. Perfil farmacoterapêutico em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad) do Nordeste brasileiro. **HSJ**, v. 10, n. 3, p. 56-63, 4 ago. 2020.

FIGUEIRA, B. G; de SENNA JUNIOR, V. A. A importância da terapia medicamentosa com Dissufiram associado ao alcoolismo – Uma revisão da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 2035–2056, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i10.2728. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2728>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FILHO, C. B. B. et al. Tabagismo no Brasil: impacto econômico na saúde pública e seu tratamento. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 1, n. 1, p. e9043, 15 out. 2021

GAYA, P. V. Eficácia do uso de marcadores genéticos na escolha do tratamento farmacológico com bupropiona e vareniclina e implicações na combinação das drogas: Estudo randomizado, controlado. **Digital Library**, [S. l.], p. 31-32, 31

mar. 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5131/tde-27102023-174256/publico/PatriciaVivianeGaya.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

GONÇALVES, A. F. D. Tratamento da dependência à cocaína: uma revisão da literatura. *Experiência profissionalizante na vertente de investigação e farmácia comunitária*. **Ubibliorum**, [S. l.], p. 29-36, 18 nov. 2021. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11710/1/8609_18367.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

GONÇALVES, J. R. L et al. Adesão ao tratamento: percepção de adolescentes dependentes químicos. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 1, p. 57–63, 2019. Disponível em: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.000415. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/161531>. Acesso em: 4 jun. 2024.

GONÇALVES, R. P et al. Fatores de risco do câncer gástrico: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e12211324787-e12211324787, 2022.

GRANGEIRO, A. K. P; BELÉM, M de O. O papel do farmacêutico clínico na Unidade de Terapia Intensiva. **Cadernos ESP**, Fortaleza-CE, Brasil, v. 16, n. 4, p. 75–83, 2022. DOI: 10.54620/cadensp.v16i4.798. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/798>. Acesso em: 4 jun. 2024.

HOTT, R. de C.; TEIXEIRA, D. de A.; MOREIRA, M. C. H.; MOREIRA, L. E. A importância da farmácia clínica no programa antitabagismo para idosos no Distrito de Americaninha no município de Novo Oriente – MG. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/650>. Acesso em: 4 jun. 2024

LANZA, A. T. de F. et al. O consumo de álcool e seus principais efeitos deletérios no corpo humano: uma revisão descritiva. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 6, p. 82-99, 2021.

LIMA, A *et al.* O processo de cessação tabágica e o contributo do farmacêutico: impacto na saúde pública. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, [S. l.], p. 57, 27 set.

2022. Disponível em: <https://actafarmacaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/299/243>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MARQUES, A. C; MARINHO, M. R. M. Uso de benzodiazepínicos no tratamento da dependência de álcool. **Unifametro**, [S. l.], p. 17-22, 14 jun. 2023. Disponível em: http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/1349/1/ALEXANDRE%20COUTO%20MARQUES%20MARIA%20RAYSSA%20MELO%20MARINHO_TCC.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. II Relatório Brasileiro sobre Drogas. **Sumário Executivo**, [S. l.], p. 8, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/SumarioExecutivoIIRelatrioBrasileirosobreDrogas.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. GOV. Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 12% no SUS. **DIA DE COMBATE ÀS DROGAS E AO ALCOOLISMO**, [S. l.], p. 1, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/atendimento-a-pessoas-com-transtornos-mentais-por-uso-de-alcool-e-drogas-aumenta-11-no-sus#:~:text=No%20Brasil%2C%20em%202021%2C%20o,ano%20com%20356%20mil%20registros>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SUS oferece tratamento para parar de fumar. Conheça e participe!. **GOV**, [S. l.], p. 1, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/sus-oferece-tratamento-para-parar-de-fumar-conheca-e-participe>. Acesso em: 4 jun. 2024.

NICOLETTI, G. P. et al. A importância do profissional farmacêutico no processo de cura da tuberculose. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 85213-85238, 2020.

PEIXOTO, K. F. A importância do farmacêutico na oncologia: uma revisão. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Farmácia. Universidade Federal de Campina Grande. Cuité – PB. Brasil, 2021.

PRUDÊNCIO, J. K. L. Levantamento bibliográfico sobre o uso clínico de antiepilépticos no tratamento da dependência por cocaína. **Biblioteca digital**, [S. l.], p. 6, 13 jun. 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24216/1/2019_JessicaKellerLopesPrudencio_tcc.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

SANTOS, S. M. P; ANDRADE, L. G. Fármacos para o tratamento do alcoolismo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 558–567, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i3.4614. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4614>. Acesso em: 6 jun. 2024

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, n.1, p. 747–770, 2019

TOMAZ, P. R. X. Avaliações farmacogenética e da relação de metabólitos da nicotina em pacientes tratados com fármacos antitabagismo. **Digital Library**, [S. l.], p. 21-22, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5166/tde-03102022-124014/publico/PauloRobertoXavierTomazVersaoCorrigida.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNODC. Relatório Mundial sobre Drogas 2021 avalia que pandemia potencializou riscos de dependência. **UNODC**, [S. l.], p. 1, 24 jun. 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-do-unodc_-os-efeitos-da-pandemia-aumentam-os-riscos-das-drogas--enquanto-os-jovens-subestimam-os-perigos-da-maconha-apon-ta-relatorio.html. Acesso em: 2 jun. 2024.

VIEIRA, D. F. S. et al. Atenção farmacêutica na farmácia clínica. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1162>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PREPARAÇÃO DE GRADUANDOS EM SAÚDE PARA A ATUAÇÃO NO CONTROLE DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Renata Pachú Florêncio
Liana Clébia de Moraes Pordeus
Clésia Oliveira Pachú

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino, necessitam observar a Diretriz Curricular Nacional e incorporar o Sistema Único de Saúde na formação profissional com a democracia e direito fundamental à saúde. A valorização da vida, da concepção da morte, abordadas durante a graduação vislumbrando os problemas de saúde recorrentes na atenção básica, urgência e emergência, na promoção da saúde e na prevenção de riscos e doenças, implicando na melhora dos indicadores de qualidade de vida e morbimortalidade. A temática saúde se apresenta em diversos ambientes laborais, porém a observação, seja na cognição ou comportamento, carece de sensibilidade individual e social do indivíduo com pluralidades, inúmeras necessidades e conduzindo expectativas e aprendizagem únicas, em especial se tratando do dependente químico.

A prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas se revela como uma das formas de aplicar ações que possam de forma efetiva impedir, retardar ou minimizar o uso de drogas e os devidos prejuízos relacionados. Nesse sentido, a prevenção deve ir além das informações, pois necessita ser acompanhada por ações educativas, firmando o compromisso do ambiente escolar, a família e a comunidade. A partir desses tipos de intervenções, torna-se possível traduzir

a oportunidade de sensibilização mediante a exposição às drogas psicoativas, sendo a partir do entendimento adquirido, mediante a exposição da temática, o indivíduo tenha acesso às informações pertinentes no tocante ao uso de álcool e outras drogas (Cardoso *et al.*, 2022). De acordo com Jimenezes e Tucci (2017), as drogas se apresentam como substâncias que causam risco à saúde do indivíduo, podendo ser classificadas em lícitas e ilícitas.

No Brasil, pode-se observar que as drogas mais consumidas pelos jovens remetem as substâncias lícitas, legalmente aceitas na sociedade e podendo ser comercializadas, a exemplo o álcool, tabaco e medicamentos. Em relação a droga ilícita mais consumida, a maconha aparece como sendo a droga mais amplamente utilizada. Além disso, faz-se necessário pontuar que o uso de álcool e outras drogas se encontra com mais recorrência entre os adolescentes (Silva *et al.*, 2015). Diante disso, denota-se a importância do ambiente escolar como agente de prevenção ao uso de drogas, uma vez que a escola pode possibilitar discussões e veiculação de informações acerca dessas substâncias para adolescentes, as instituições de ensino se apresentam como alguns dos espaços mais frequentados por esse público (Jesus *et al.*, 2018).

Outrossim, um dos principais fatores para o ambiente escolar ser necessário para a promoção da prevenção às drogas, revela-se o aumento em ritmo acelerado do uso e abuso de drogas entre os adolescentes, visto que de acordo com pesquisas epidemiológicas, o consumo se inicia por volta dos doze anos de idade, faixa etária em que os adolescentes estão mais propensos a utilizar drogas pela primeira vez (Silva *et al.*, 2015). Parte-se do princípio de saúde formatada pelo social, pensamentos e comportamentos na e diante da sociedade, do mesmo modo o adoecer na visão social, como se percebe o adoecimento e o doente. Nesse sentido, inexistente melhor forma de tratar que o Sistema Único de Saúde e assim, as Diretrizes Curriculares dos cursos da saúde remetem a formação de futuros profissionais sensíveis aos apelos de garantia da dignidade humana.

É válido ressaltar a preocupação de pesquisadores acerca do consumo de substâncias psicoativas no percurso da graduação em saúde, onde o futuro profissional necessita da preparação para não pertencimento ao adoecimento por adicção e, sim, acolher o drogadicto e sensibilizá-lo para abandono das drogas não prescritas que promovem risco a saúde. A presente pesquisa de revisão narrativa, apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” sob ponto de vista teórico ou contextual. Foi realizada no primeiro semestre de 2024 e organizada em dois aspectos: legislação e efetividade da

tríade universitária na formação de profissionais em saúde e problemas sociais e sociedade: o controle da dependência química. Objetivou-se investigar a preparação de graduandos em saúde para a atuação no controle da dependência química por meio de uma revisão narrativa.

Legislação e efetividade da tríade universitária na formação de profissionais em saúde

A formação do profissional da saúde deve ser pautada no processo ensino-aprendizagem sob diversificado saber/fazer, teoria/prática, entre olhares que ampliem o leque de possibilidades do graduado no equipamento de saúde provendo o ambiente laboral de informações qualificadas acerca da execução do serviço ao qual se destina, nesse sentido cumprindo a norma constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e produzindo o avanço necessário para efetividade do compromisso com o social. Nesse contexto, faz-se necessário que a pesquisa e a extensão sejam integradas ao cotidiano do graduando promovendo habilidades e abrindo para integração deste ao serviço (Winters, 2016). A chegada do profissional aos equipamentos de saúde deve protagonizar aperfeiçoamento ao contexto laboral, seja ao equipamento de saúde, aos usuários e/ou aos profissionais do setor.

As principais regulamentações se mostram na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana e no trabalho. Soma-se ainda, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais, vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social. Nesse sentido, seguida pelo Decreto 5.154, de 23 de Julho de 2004, que regulamenta dispositivos da LDB no tocante a educação profissional e tecnológica esclarecendo a necessidade da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 06/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em especial os normativos relativos as saídas intermediárias e a qualificações. As bases para o planejamento de cursos e programas de Educação

Profissional, segundo itinerários formativos, por parte das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, mostram-se os Catálogos Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do Ministério da Educação (MEC) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Nesse sentido, estão entre os princípios norteadores a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; a contextualização e flexibilidade.

Adiciona-se ainda, a interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas normas complementares definidas por órgãos próprios do respectivo Sistema de Ensino. Nos Projetos Pedagógicos e Regimentos Escolares das próprias Instituições Educacionais e suas exigências. Ressalta-se que os cursos especiais de livre oferta que compõem a formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional se caracterizam pela ausência de atos normativos por parte do Poder Público, conforme estabelecido no artigo 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996).

Nesse contexto, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão demonstra a necessidade de contextualização de questões relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos futuros profissionais da saúde envolvendo diversos atores sociais do cenário educacional e da saúde, somado a escuta dos movimentos sociais, conselhos de classes e entidades. No Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 apresenta como estratégia a destinação de 10% da carga horária da graduação para extensão universitária orientando para áreas de grande pertinência social. Este posicionamento corrobora com a Carta Cidadã onde demonstra a necessidade da formação de uma sociedade livre, justa e solidária. Nesse sentido, a formação profissional deve atentar para o desenvolvimento humano e social. Assim, aprimorar a atenção, gestão ou controle social da saúde por meio da resolutibilidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, durante o período de graduação, entende-se que a formação do profissional da saúde permanece durante sua jornada laboral ativa, sendo a problematização e a aprendizagem baseada em problemas apresentado caminhos para contemplação das necessidades de intervenção da tríade universitária (Berbel, 2012; Berbel, 1998). O direcionamento da formação profissional da saúde para o SUS assegura a integralidade da atenção e

humanização da assistência, na atualidade, observa-se o distanciamento entre a formação do profissional e a realidade que o espera tornando insuficiente para atuação diante da necessidade da diversidade de assistência (Maestri et al., 2026). Ressalta-se a importância dos profissionais de saúde frente a responsabilidade assumida no cuidado das doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida, limitando e incapacitando. No Brasil, as doenças crônicas não transmissíveis respondem por 75% de mortes, sendo a principal causadora de morbidade das populações de baixa renda e escolaridade, por sua vulnerabilidade de maior exposição aos riscos e restrito acesso aos serviços de saúde e as práticas de promoção à saúde e prevenção de doenças.

Assim, ficando demonstrado a necessidade de direcionar a atividade de ensino a pesquisa da realidade social do espaço a ser trabalhado no futuro próximo pelo indivíduo em formação, evitando a ausência de sensibilidade do profissional e aproximando as ações deste para melhoria das comunidades assistidas pelo SUS. A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual está se desenvolvendo. Quem realiza a pesquisa pode, num nível mais elementar, aprender as bases do método científico ou, num nível mais avançado, aprender refinamentos técnicos de métodos já conhecidos. O importante no processo ensinar/aprender será a contribuição entregue e efetivada pelos pares.

A sociedade e a comunidade se beneficiam com a aplicação do novo conhecimento gerado nos indivíduos que a compõem. Para poder ser chamada de científica, a pesquisa deve obedecer aos rigores que impõe o método científico, sendo a principal propriedade a reprodutibilidade. A definição de pesquisa varia de acordo com os autores: Para Goldenberg (1993), a pesquisa é um trabalho capaz de avançar o conhecimento. Para outros estudiosos, seria descobrir algo que ainda não foi dito (Eco, 1989). E, a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É válido ressaltar que as bases para realização da pesquisa foram instituídas por Galileu Galilei, Francis Bacon, e René Descartes, no século XVI, podendo ser dividida em três etapas: planejamento, execução e divulgação.

A pesquisa em si, realiza-se com o objetivo de descobrir algo novo, ou para corroborar ou refutar algo já conhecido. A motivação básica que leva o indivíduo a realizar uma pesquisa científica se revela, o aprendizado, seja do

método científico, seja das técnicas empregadas ou ainda do assunto em foco na pesquisa. Outros aspectos menos nobres como projeção acadêmica, titulação ou melhoria financeira se mostram como motivos que também levam o indivíduo a realizar uma pesquisa científica. A pesquisa se inicia sempre de uma pergunta. Existem perguntas cujas respostas se encontram na literatura. Há perguntas cujas respostas não são conhecidas. O pesquisador deve procurar respostas às perguntas que ainda não foram respondidas ou o foram de maneira incompleta, insatisfatória ou inadequada. Em suma, a finalidade é a busca de novos conhecimentos, sendo o progresso do conhecimento baseado na pesquisa (Goldenberg, 1993).

A pesquisa se inicia a partir da curiosidade na observação ao mundo. Esta observação curiosa gera então uma dúvida a respeito de algo que não se conhece ou do qual se duvida. A dúvida se expressa verbalmente por uma pergunta. Da busca pela resposta pode surgir então uma pesquisa científica caso não seja encontrada uma resposta adequada ou que nos convença na literatura disponível. Sanadas as dúvidas ou na tentativa de conhecê-las de perto surge a necessidade de intervenção social. A extensão universitária representa uma ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. O Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU) define a extensão universitária como um processo interdisciplinar que visa a comunicação e articulação entre a universidade e a sociedade.

O PNEU reforça a importância da extensão universitária, afirmando que sem a interação dialógica, a universidade pode ficar isolada e descolada dos problemas sociais. A extensão universitária é uma forma de interação entre a universidade e a comunidade, que permite o compartilhamento do conhecimento adquirido na instituição com o público externo. A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15). A Extensão Universitária, conforme destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária, demanda também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa (FORPROEX, 2012).

Nesse sentido, a extensão universitária, visa à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social (FORPROEX, 2012,

p. 16). As Diretrizes, pactuadas no FORPROEX e apresentadas na Política Nacional de Extensão Universitária, que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária são as seguintes: Interação Dialógica; Interdisciplinariedade e interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da universidade, deixando claro a necessidade da universidade intervir nos problemas sociais e formar o acadêmico com sensibilidade para atuação das demandas das comunidades.

Nesse contexto, seria o graduando o principal ator na pesquisa científica por, quando cumprida a intervenção social, protagonizar mudanças comportamentais. Nesse pensamento, a Universidade Estadual da Paraíba institucionalizou o Núcleo de Educação em Saúde (NEAS/UEPB) por meio da Resolução UEPB/CONSUNI/016/2013 envidando esforços para efetividade da tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão. Soma-se ainda, o Institucional Programa Educação e Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas (PEPAD) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde/Doença e Direitos Sociais (GEPsADDS), certificado pela Instituição de Ensino Superior frente ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). O GEPsADDS, conceitua saúde como o mínimo atendimento aos direitos sociais. Assim, requerendo aos graduandos, em especial, a sensibilidade, autonomia e protagonismo em requerer o cumprimento do texto constitucional, com ênfase no artigo 6º, a cidadania ativa.

Problemas sociais e sociedade: o controle da dependência química

A desumanização e a falta de perspectiva para o futuro de crianças e adolescentes envolvidos no consumo de drogas, consequência da ausência de garantia dos direitos constitucionais a moradia, trabalho, lazer, educação de qualidade e a saúde. Nesse sentido, observam-se iniciativas de organizações não governamentais enriquecedoras como o Alcoólicos Anônimos (AA), o Narcóticos Anônimos (NA) e o governamental Programa de Erradicação as Drogas (PROERD), configurando-se a adicção como um tema transversal da cidadania, conforme previsto no Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. É válido ressaltar ser a drogadição um desafio para sociedade e governo necessitando do planejamento, engajamento e resiliência para (con)vencer a reação de autocuidado em prol da coletividade.

O consumo de substâncias psicoativas vem desde a antiguidade, mas com o passar do tempo essa história vem assumindo versões diferentes, gerando opiniões e conflitos principalmente quando se diz respeito a sua legalidade (Santos et al., 2018). Vários são os motivos e as formas como são obtidas essas substâncias psicoativas, modificando-se bastante ao longo dos tempos, adotando características próprias de acordo com cada época e cada segmento social em que está inserida, conduzindo a vulnerabilidade individual, social e comunitária (BRASIL, 2015). “Nas últimas décadas, o fenômeno do uso de drogas alcançou extraordinária importância pela sua difusão, pelo consumo em larga escala pelos jovens e por suas consequências sociais e sanitárias, além do incremento da criminalidade e violência” (Almeida, 2014, p. 2).

A dependência química se caracteriza como transtorno mental afetando vários aspectos no indivíduo, entre os quais, atua modificando o psicológico e o próprio comportamento social do indivíduo que sofre com as consequências geradas por este tipo de transtorno (Silva; Calheiros, 2017). Devido à problemática gerada com o consumo de substâncias psicoativas, não é satisfatório apenas a identificação e tratamento dos sintomas, importante se faz, avaliar as consequências e os motivos, para que assim seja possível a utilização de outros parâmetros para auxiliar no comportamento em relação às drogas (Fernandez; Sakae; Magajewski, 2018). Estes alinhados a informações qualificadas para melhor condução dos trabalhos voltados ao controle da dependência química.

Neste contexto, a venda de álcool e outras drogas no Brasil estão relacionadas, na maioria das vezes, ao fácil acesso e ao seu baixo custo, onde os jovens são motivados por parte dos colegas a fazerem uso dessas substâncias. Contudo, drogas como o álcool e tabaco são associadas aos graves problemas de saúde pública e ainda podem servir como porta de entrada para uso de outras substâncias (Trindade; Diniz; Júnior, 2018; Glória; Xavier, 2016).

De acordo com Guerra e Vandenberghe (2017), o uso abusivo de substâncias psicoativas é considerado problema de saúde pública, causando transtornos na vida de seus usuários. Tal fato vem contribuindo para aumento de inúmeros problemas encontrados não só para quem usa drogas ou são dependentes delas, como também afeta nos contextos sociais. O indivíduo passa a ter comportamento violento, dificuldades no trabalho, abandono dos estudos, problemas na família, problemas psiquiátricos, entre outros agravamentos.

A causa do envolvimento das pessoas com o uso de substâncias psicoativas não representa apenas o motivo da busca dos efeitos que essas substâncias proporcionam. Várias são as causas envolvidas para uso dessas drogas, como

facilidade do acesso destas substâncias, imagem ou ideia que pessoas fazem a respeito das drogas, personalidade de cada indivíduo, histórico familiar, ambientes que são frequentados. Além do preço baixo, em consequência, aumento do consumo (Wanscher; Prado; Frigo, 2014). Sendo assim, o uso de drogas na maioria das vezes está vinculado ao prazer imediato, proporcionado pela própria droga. Esta, com o uso repetido, causa no indivíduo a necessidade de cada vez mais consumir, aumentando de tal forma a dose e a frequência. Desta forma, gera necessidade psicológica pela procura da droga e fissura biológica que passa a sofrer com a abstinência quando não faz uso da mesma (Assis; Pereira, 2016).

O uso da substância química, por si só, é um dos fatores para desenvolvimento da síndrome de dependência (Capistrano et al., 2018). Somado a outros aspectos relacionados ao próprio indivíduo e a sociedade, são fatores fundamentais para ocorrência desse transtorno mental e, ocasiona o surgimento de diversos transtornos em diferentes momentos da vida. Neste contexto, o consumo precoce de drogas contribui para desenvolvimento de comportamentos variados, como aumentos dos índices de mortalidade prematura e risco de doenças sexualmente transmissíveis, comportamento violento. Além disso, pode aumentar o risco de desenvolver depressão e ansiedade (Capistrano et al., 2018). Sendo problemático, não apenas por gerar transtornos ao usuário, mas sim, para todas as pessoas que participam de sua vida. Assim, faz essas pessoas serem afetadas com as consequências promovidas pelo consumo dessas substâncias (Neves et al., 2017).

O consumo de substâncias psicoativas vem crescendo de acordo com as atualizações que a sociedade vem sofrendo (Silva; Oliveira; Graça, 2018). Vale destacar que sempre surgem novas classes de substâncias psicoativas, novas formas de consumo e, assim podendo ocasionar maior habitualidade de utilização. O aumento no consumo abusivo de substâncias psicoativas se apresenta como problemática gerando vários transtornos para sociedade, proporcionando impactos em setores como economia, saúde pública e educação de jovens. As transformações causadas por essas substâncias variam de acordo com as características de cada pessoa, vários são os fatores envolvidos, como aspectos emocionais e físicos de quem as consome, o tipo de droga escolhida, quantidade, frequência do uso, como também os resultados que surgem em quem as consomem. As drogas são vistas como substâncias que promovem várias mudanças no ser humano, como no grau de consciência, humor e age

alterando o estado emocional do ser humano (Alvarez; Gomes; Xavier, 2014). Tais fatores concorrem para o aparecimento de doenças crônicas.

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) se apresentam como doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração (Brasil, 2019). Para deter o crescimento das DCNTs, são necessárias ações integradas e sustentáveis, cuja finalidade é prevenir e controlar os principais fatores de risco modificáveis, a exemplo do tabagismo, inatividade física, alimentação inadequada, obesidade e sobrepeso, dislipidemias, e consumo abusivo de álcool. Assim, realizar intervenções sociais para conhecimento de aspectos do controle da dependência química (Prevenção, Promoção, Tratamento e Reinserção) se faz importante para população no sentido de ampliar fatores para desenvolvimento de ações de controle da dependência química. Por meio desse conhecimento que se planeja novas maneiras para diminuir o uso e seus efeitos (Ferraz et al., 2018). Neste contexto, objetiva-se promover educação e prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber a ínfima preparação de graduandos em saúde para a atuação no controle da dependência química. O cumprimento das Diretrizes curriculares dos cursos de graduação deve atentar para um perfil profissional na perspectiva do trabalho coletivo em saúde como prática social, organizado de forma interdisciplinar e interprofissional, proporcionando conhecimentos, habilidades e atitudes que possam superar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho. Nesse sentido, o posicionamento contrário à formação em saúde na modalidade à distância por impossibilitar a sensibilidade do futuro profissional e a vivência necessária com a pluralidade de protagonistas na saúde.

A sensibilização de gestores, docentes e acadêmicos de universidade, sabedores da exigência de cumprimento da tríade, reforça a realização de intervenções sociais que se faz necessário por sabidamente serem estes os protagonistas da educação, mudança comportamental. Acadêmicos de saúde devem atentar que a saúde se encontra na redução das queixas sociais devendo a universidade prepararem os agentes de forma prática para atuação nas comunidades. Espera-se ter contribuído para reflexão, sensibilização e inspiração de aprimoramento ou novos rumos da educação superior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D. M.; MIRANDA, F. A. N. Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. *Escola Anna Nery*, 15(2), 339-345, 2011.

BERBEL, N. A. N. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma reflexão teórico-epistemológica. Londrina: EDUEL, 2012.

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 2, n. 2. p. 139-154, 1998.

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. *Edições Sesc*; (1 de janeiro de 2015) p. 129-146, 2015.

BRASÍLIA. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Estratégias de Intervenção Breve para diferentes populações. 2014. Disponível em: <<https://www.obid.senad.gov.br/nova-arquitetura/publicacoes/tratamento/estrategias-de-intervencao-breve-para-diferentes-populacoes>>. Acesso em: 20 out. 2021.

CARDOSO, Vania, *et al.* “**Lícitas E Ilícitas**: As Drogas Como Temática No Ensino de Ciências” *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, 19 Nov. 2022, p. 10–22.

ECO, H. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva; 1989.

FRANZONI, P. G. R; CRUZ, R. P.; QUARTIERI, M. T. Ensinando a metodologia da problematização com o Arco de Maguerez a partir da estratégia world café. *Reflexão e Ação*, v. 27, n. 3, p. 191-207, set/dez. 2019.

GOLDENBERG, S. Orientação normativa para elaboração de tese. *Acta Cir Bras* 1993;(Supl 1):1-24.

JESUS, I. S *et al.* **Percepção de estudantes da educação básica sobre drogas**: um olhar à luz de Merleau-Ponty., [s. l.], 2018.

MACEDO, Rita de Cássia; CAVEIÃO, Cristiano. O papel da família no tratamento de adolescentes envolvidos com o uso de drogas e sua inserção no sistema socioeducativo. *Caderno Saúde e Desenvolvimento*, S.l, v. 5, n. 9, p. 1-15, dez. 2016. Disponível em: . Acesso em: 26 jul 2018.

MORI, Valéria Deusdará; REY, Fernando González. A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. *Psicol. teor. prat.* [online]. 2012, v. 14, n. 3 [citado 2019-10-30], p. 140-152 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300012-&lng=pt&nrm-iso>. ISSN 1516-3687.

ROCHA, Tiago Humberto Rodrigues; SOARES, Jéssica Bezerra; FREITAS, Livia Mazza de. Atividades de extensão em oficinas sobre situações de risco psicossocial e violência com usuários de um serviço de saúde mental: relato de experiência. *Aletheia* [online]. 2012, n. 38-39, p. 228-239. ISSN 1413-0394.

SILVA, Maurício de Oliveira; MOURA, Marcos Anjo de. Isso é Brasil: sequência didática sobre o combate às drogas na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação, Ciência e Saúde**, v. 1, n. 4, p. 1-18, outubro a dezembro, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Alessandra Albuquerque Pessoa, graduanda em Ciências Biológicas, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, pesquisa ambientes 100% livres de fatores que conduzem à dependência química.

Ana Clara de Queiroz Souza, graduanda de enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, dedica-se à prevenção ao uso de drogas.

Ana Vitória Cabral de Lima, Graduanda enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, aprofundando-se na prevenção ao uso de drogas nas redes sociais.

Bárbara Pinheiro Araújo, graduanda em farmácia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, trabalha com o consultório farmacêutico itinerante.

Beatriz Macedo Ignácio Ferreira, graduanda em Educação Física, licenciatura, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, explora a integração entre educação, saúde e cultura.

Brenda Caetano de Azevedo, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, foca seus estudos em doenças crônicas não transmissíveis.

Clésia Oliveira Pachú, professora doutora do Departamento de Farmácia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, líder de grupo de Pesquisa e estudos em saúde/doença e direitos sociais (GEPsADDS/UEPB/CNPQ); coordena o Núcleo de Educação e Atenção à Saúde (NEAS/UEPB) e o Programa Educação e Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas (PEPAD/UEPB), estágio

pós-doutorado em Neurociência Cognitiva e Comportamento na Universidade Federal da Paraíba.

Débora Dantas Oliveira, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, analisa o Direito à saúde como uma questão de cidadania.

Gabriel Medeiros Pereira, graduando em Educação Física, licenciatura, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, desenvolve projetos que conectam educação, saúde e cultura.

Jeferson Victor Viana Silva, graduando em Educação Física, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, atua em intervenções voltadas melhoria da qualidade de vida de trabalhadores.

Juliana dos Santos Sousa, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, se concentra na promoção da saúde do indivíduo por meio da efetividade do corpo sã, mente sã.

Layany Alves da Silva, graduanda em farmácia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, investiga e realiza intervenções voltadas à saúde dos trabalhadores.

Liana Clébia de Moraes Pordeus, professora doutora da Universidade Federal da Paraíba, vinculada à pós-graduação em Neurociência Cognitiva e Comportamento.

Lívia Maria Oliveira Santos, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, atua em intervenções voltadas a dependentes químicos de Campina Grande-PB.

Luana Taynara Sousa Ramos, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, avalia doenças crônicas não transmissíveis.

Maria Bianca Antunes Rodrigues, graduanda em enfermagem, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, enfatiza a prevenção ao uso de drogas.

Mateus Lucas da Silva Lima, graduando em Ciências Biológicas, licenciatura, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, examina ambientes 100% livres de fatores que conduzem à dependência química.

Naelly Lays Monteiro Florêncio, graduanda em farmácia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, atua no consultório farmacêutico itinerante.

Renata Pachú Florêncio, graduanda em medicina, pela Afya, estuda o controle da dependência química.

Sabryna Vitória Azevêdo, graduanda em farmácia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, explora intervenções voltadas para trabalhadores.

Thalita Soares de Freitas, graduanda em Ciências Biológicas, bacharelado, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, explora as informações em saúde.

Victor de Andrade Nascimento, graduando em Ciências Biológicas, licenciatura, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, trabalha com a coleta com informações em saúde no meio digital.

A formação de graduados em saúde aprimora o pensamento e comportamento frente a adicção de forma direta e inequívoca ao Sistema Único de Saúde. A obrigatoriedade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação remete as Instituições de Ensino Superior na reflexão/ação do controle da drogadição. Na presente Obra Pesquisadores/Extensionistas revelam necessidades para implementação de projetos de relevância social, apontando-se para dependência química.